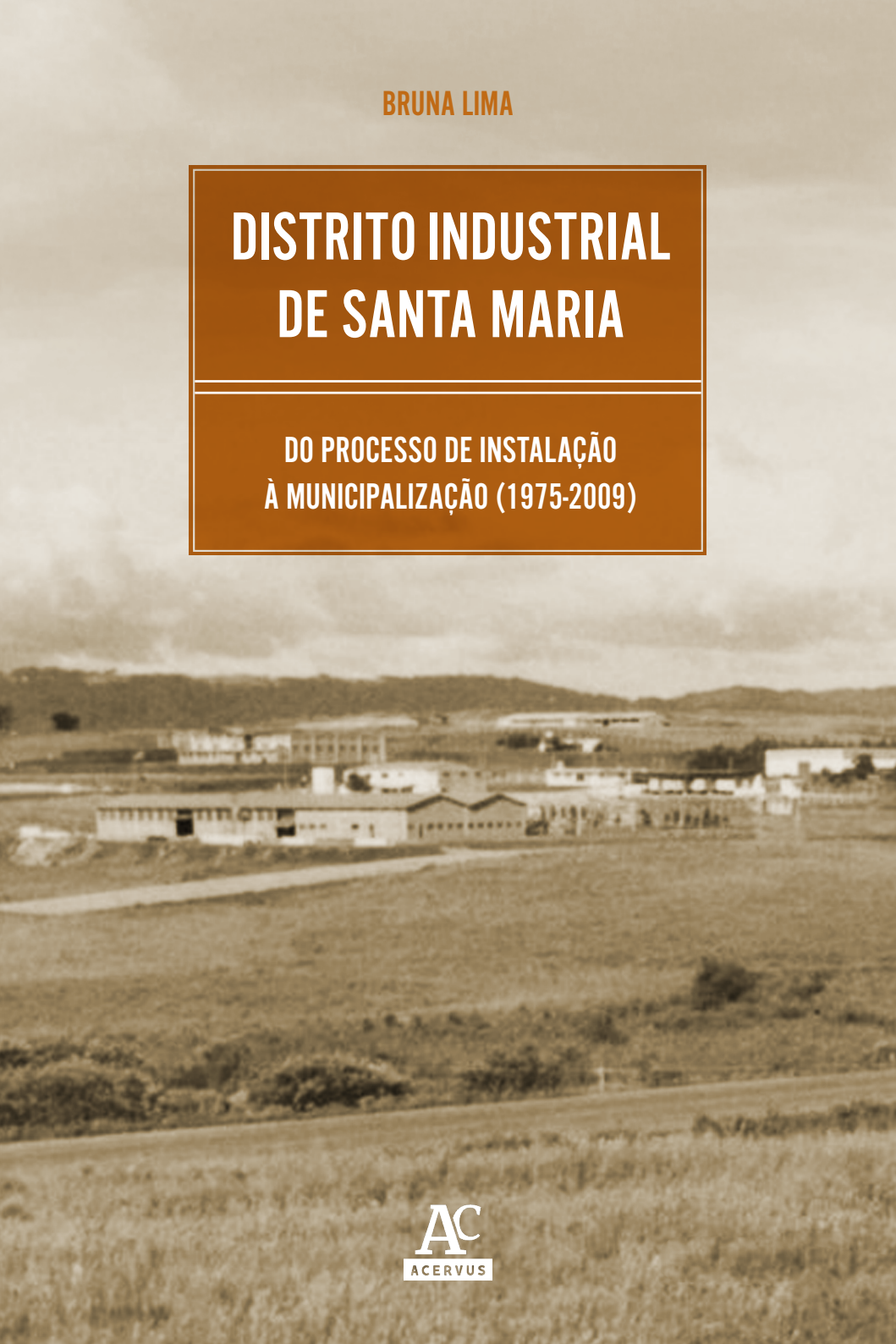
BRUNA LIMA

DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA

DO PROCESSO DE INSTALAÇÃO À MUNICIPALIZAÇÃO (1975-2009)



ACERVUS

© Bruna Lima, 2025
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editoração e Capa
Alex Antônio Vanin

Preparação dos originais
Karine Calza Costa Curta

Projeto Editorial
Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa
Vista do Distrito Industrial de Santa Maria, sem data [1970-1990]. Arquivo Histórico de Santa Maria.

Conselho Editorial
Alexandre Saggiorato (UPF)
Athany Gutierres (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Erkan Akdogan (Ankara Üniversitesi/Turquia)
Federica Bertagna (UniVR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Liz Brewster (Lancaster University/Reino Unido)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L732d Lima, Bruna
Distrito Industrial de Santa Maria [recurso eletrônico] : do processo de instalação à municipalização (1975-2009) / Bruna Lima. – Passo Fundo : Acervus, 2025.
10 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-5230-042-3 (Ebook).

1. Desenvolvimento econômico. 2. Distrito Industrial - Santa Maria (RS). 3. Municipalização. I. Título.
CDU: 981.65 Santa Maria

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Bruna Lima

Distrito Industrial de Santa Maria:

do processo de instalação à municipalização (1975-2009)

ACERVUS

Passo Fundo
2025

Sumário

Introdução 7

1. Políticas desenvolvimentistas brasileiras e a criação de distritos industriais no Rio Grande do Sul 22

1.1. Ideias desenvolvimentistas que ultrapassam décadas de história 24

1.2. Distritos e áreas industriais: uma tentativa de fortalecimento e expansão da indústria gaúcha 54

2. Santa Maria e o seu Distrito Industrial 86

2.1 A primeira proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria como uma das fases da sua etapa de instalação 112

2.2. O Distrito Industrial em sua nova área: a segunda fase da sua etapa de instalação 120

2.3 A instalação das primeiras indústrias no Distrito Industrial de Santa Maria e o início de seu processo de expansão 128

2.4 A retomada: os problemas e as perspectivas para o Distrito Industrial de Santa Maria e as suas implicações para o mundo do trabalho 136

Conclusão 149

Referências 154

Introdução

O presente trabalho toma como objeto de investigação o Distrito Industrial de Santa Maria, situado em um município estrategicamente localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul. Mais do que recompor a cronologia de sua instalação, esta pesquisa debruça-se sobre as problemáticas e os gargalos estruturais que marcaram a sua efetivação, em um percurso que se estende até o seu processo de municipalização, consolidado em 2009. Busca-se compreender, em última análise, os fatores econômicos, sociais e políticos que frustraram as elevadas expectativas de desenvolvimento regional nele depositadas.[1]

[1] Este texto apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em História, realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com algumas revisões e adequações, mas sem o acréscimo ou retirada de fontes, de modo a preservar a originalidade do texto, no momento em que ele foi escrito. Importante destacar que algumas figuras foram suprimidas, devido a qualidade. Hoje, sua publicação, após doze anos, reflete o esforço de retomar questões ainda não aprofundadas.

A compreensão dessas expectativas exige, contudo, um recuo no tempo: embora a delimitação temporal desta pesquisa se inicie em 1975, com o começo das atividades do Distrito Industrial, é preciso retomar os estudos até 1968, quando tais anseios começaram a ser levantados. Dentro desse recorte, são tratadas questões pontuais que permitem entender tanto o processo de instalação do Distrito quanto os problemas que podem ter envolvido o setor industrial de Santa Maria.

Historicamente, a cidade consolidou sua identidade socioeconômica em torno do setor de serviços, da presença militar, do entroncamento ferroviário e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Esse desenho urbano e produtivo alimentou um discurso recorrente na memória coletiva local: o de que "Santa Maria é uma cidade sem indústrias" ou desprovida de "vocação industrial". Ocorre que a criação de um Distrito Industrial, por si só, não produz automática nem linearmente o crescimento econômico regional. Desse modo, mais do que uma fatalidade socioeconômica local, a trajetória do Distrito precisa ser problematizada à luz das ambiguidades e das transformações do capitalismo no fim do século XX.

Então, para estudá-la, consideramos a ampliação que a terminologia "mundos do trabalho" oferece, a qual não se restringe aos aspectos políticos da formação da classe trabalhadora, mas abrange outras questões que compõem o "local ou espaço de trabalho". Sob essa perspectiva, a instalação de um Distrito Industrial em uma cidade produz alterações em sua estrutura social: à medida que o empreendimento se consolida e atrai indústrias, aumenta a necessidade de trabalhadores, somam-se novas demandas sociais, reorganiza-se o espaço urbano e tornam-se possíveis processos migratórios. Por isso, a sua viabilização extrapola o plano econômico e mobiliza também dimensões

políticas e sociais, conforme os impactos decorrentes de sua implantação.

Reflexões desse tipo, que ampliam as possibilidades de pesquisa, foram desenvolvidas por Batalha (2006). Segundo o autor, o "processo de afirmação e fortalecimento da história do trabalho passa pela capacidade que seus pesquisadores precisam adquirir para detectar as falhas, as deficiências e as insuficiências nos procedimentos e abordagens empregados" (Batalha, 2006, p. 91).

Sobre a industrialização brasileira, existe um número significativo de trabalhos acadêmicos, inclusive acerca do "desenvolvimento econômico e industrial". Nesses estudos, os autores frequentemente fazem referência à região Sudeste do Brasil, onde o crescimento industrial foi mais intenso do que em outras regiões, como a Sul. Gomes e Ferreira (1988), por sua vez, situam dois momentos importantes dessa produção.

De acordo com as autoras, ocorreu uma importante mudança de pensamento entre o que foi produzido nas décadas de 1950 e 1960 e o período posterior, isto é, a década de 1970. Isso se deu porque, durante o primeiro período, havia uma forte influência do pensamento cepalino. Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) "tinha por objetivo produzir análises próprias que permitissem um melhor entendimento da problemática latino-americana, em substituição aos modelos teóricos dominantes desenvolvidos a partir da realidade histórica de outros países" (Gomes; Ferreira, 1988, p. 4).

Já no período posterior, mais precisamente a partir do fim da década de 1960, teria ocorrido uma crise desse "modelo desenvolvimentista cepalino [...], decorrente do fato de a industrialização brasileira não ter correspondido às expectativas" (Gomes; Ferreira, 1988, p. 6). Diante disso, foram elaboradas novas interpreta-

ções a respeito da industrialização brasileira, que ora se aproximavam das anteriores, ora as contrariavam, em diversos aspectos.

Em relação aos processos de industrialização do Rio Grande do Sul, especialmente os vinculados ao pensamento desenvolvimentista, essa produção não tem a mesma densidade. Ainda assim, a Fundação de Economia e Estatística (FEE)[2] produziu um expressivo número de pesquisas e análises sobre a economia do estado, entre as quais se encontram materiais que fornecem dados estatísticos e reflexões sobre a sua indústria, principalmente durante a segunda metade do século XX.

Além disso, merecem destaque os trabalhos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que, mesmo voltados a outro período, pensaram a industrialização gaúcha de forma não isolada das demais regiões do país e, ao mesmo tempo, não tomaram a região Sudeste (eixo Rio-São Paulo) como o padrão nacional, identificando as especificidades da indústria sul-rio-grandense. Em especial, Pesavento (1997) reúne referências sobre a origem e a organização das primeiras indústrias do estado, que subsidiaram a segunda parte do primeiro capítulo desta pesquisa.

Foi acrescida à análise, ainda, uma bibliografia voltada à história empresarial, a fim de compreendermos não só as aspirações, mas também as articulações e as relações estabelecidas entre os próprios empresários e entre estes e o poder público. A menção aos empresários justifica-se por entendermos que eles também estão inseridos no mundo do trabalho e das relações políticas. Nesse sentido, é possível destacar o trabalho elaborado

[2] Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE): fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1973 e responsável, por mais de quatro décadas, pela produção de pesquisas, indicadores e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha. Foi extinta em 2018, e parte de suas atribuições passou ao Departamento de Economia e Estatística (DEE), vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

por Padoin (1992), bem como os de Trevisan (1986) e de Lobo (1997), este último voltado, principalmente, a conhecer os principais aspectos que envolvem o estudo de uma história empresarial e a apreender como ocorreram a inserção e o desenvolvimento dessas pesquisas no Brasil.

Ao iniciarmos os estudos sobre temas que, de certa forma, não deixam de envolver a "história econômica", percebemos que é relativamente pequeno o número de trabalhos de historiadores dedicados a eles, principalmente a partir do século XX. A industrialização e o desenvolvimento são pouco explorados por historiadores, de modo que a maioria das obras que contemplam essas temáticas acaba sendo produzida por pesquisadores da área de Economia. Essa constatação é reforçada pelo trabalho de Fragoso e Florentino (1997, p. 35), que registra a produção de "um número cada vez menor de trabalhos vinculados as conjunturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial". Mesmo passados alguns anos, tal cenário permanece válido.

Diante disso, a temática justifica-se pelo fato de o Distrito Industrial de Santa Maria e as questões a ele relacionadas terem despertado pouco interesse na produção historiográfica local. Aliás, a maioria dos pesquisadores que se dedicam a temas vinculados ao município concentra-se nos períodos de fundação e formação inicial da cidade, estendendo suas análises, no máximo, até a primeira metade do século XX. Dessa forma, aspectos concernentes à história mais recente de Santa Maria são pouco lembrados ou explorados, o que se verifica nas publicações específicas sobre a cidade. No livro *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*, organizado por Beatriz Teixeira Weber e José Iran Ribeiro, há inúmeros artigos dedicados a esse mesmo recorte inicial; apenas um deles abordou a segunda metade do século. Na segunda publicação, *Nova História de Santa Maria: ou-*

tras contribuições recentes, organizada pelos mesmos pesquisadores, esse número chega a crescer, mas ainda não representa a maioria dos trabalhos. Em publicação mais recente, de 2022, na coletânea *História de Santa Maria: novos olhares*, organizada por Gustavo Figueira Andrade, Carlos Eduardo Piassini e Maria Medianeira Padoin, percebe-se a uma ampliação de temas e recortes temporais, porém o número de trabalhos é ainda reduzido no tocante a industrialização de Santa Maria.

No que concerne a esse tema e, de forma mais específica, ao Distrito Industrial, registram-se poucos trabalhos, entre eles o de Padoin (1992). Em sua dissertação de mestrado, a autora estudou o empresariado comercial de Santa Maria e sua constituição enquanto classe por meio da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM). Nesse estudo, Padoin (1992) elencou elementos que contribuíram para essa constituição, entre os quais a possível industrialização da cidade, propiciada pelo Distrito Industrial – o que poderia ser considerado um "ato inovador" em nível de discurso. Ademais, ao afirmar que o Distrito Industrial foi um ato malsucedido (Padoin, 1992), o trabalho da estudiosa abriu caminho para outras pesquisas, voltadas, principalmente, a encontrar razões para esse insucesso.

O trabalho de Beber (1998) também abordou a indústria santa-mariense e, de forma mais breve, o Distrito Industrial. Trata-se de uma compilação da história dos 200 anos de Santa Maria, sobre os mais variados aspectos, escrita, entre outras fontes, com base na memória do autor, que vivenciou parte da criação do Distrito Industrial quando foi presidente da CACISM e diretor de uma comissão por ela criada, cuja finalidade era fornecer subsídios para o desenvolvimento econômico da cidade. Essa comissão recebeu o nome de Comissão de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria (CODESMA).

Além dessas obras, em 2011, o senhor Odilo Pedro Marion, empresário e proprietário de uma das primeiras indústrias estabelecidas no Distrito Industrial de Santa Maria, organizou sua autobiografia. Esta, evidentemente, não se propõe a fornecer um estudo sobre o Distrito, mas, sem dúvida, parte de sua trajetória pessoal aparece vinculada a ele. Na narrativa, o autor relatou como foi a sua chegada à área, ressaltando todas as dificuldades encontradas e colocando-se, inclusive, como "o primeiro invasor do Distrito Industrial" (Marion, 2011, p. 186). Marion foi, ainda, um dos impulsionadores da criação de uma associação entre os empresários ali instalados, a Associação Distrito Vivo, que desempenhava, entre outras funções, a de requerer investimentos para a área.

A respeito dos distritos industriais, de forma mais geral, destacam-se os trabalhos de Botelho (1998), de Keller (2008) e de Galvão (2000). Embora esses autores não sejam especificamente da área de História, apresentam-se como referências importantes para a construção desta pesquisa, pois, além de discutirem a viabilidade e os problemas vinculados às áreas industriais, contribuem para a elaboração das reflexões teóricas necessárias ao estudo do caso de Santa Maria.

Já na área de História, a tese de Fontes (2002) é uma contribuição relevante, pois, ao analisar o complexo industrial da empresa Nitro Química, em São Miguel Paulista, auxilia-nos a compreender as transformações ocorridas naquela localidade e oferece um parâmetro comparativo. Cabe ressaltar que o autor teve como foco principal o impacto que as migrações e a consequente urbanização tiveram na formação da classe trabalhadora. Sua pesquisa concentrou-se, sobretudo, entre as décadas de 1940 e 1960.

Isso posto, o estudo do processo que ocasionou a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria precisa ocorrer de forma

integrada ao contexto em que ele estava inserido, para que se possa, de fato, compreender os objetivos a que ele se propõe. A partir desse viés, torna-se pertinente situar a discussão sobre a industrialização, pois esse fenômeno aparecia como uma solução não só para os problemas econômicos, mas também para os de cunho social, tal como já mencionado. Logo, a pesquisa investiga como esse pensamento, que via na indústria o progresso e a superação de parte dos entraves do país, se refletia nas políticas econômicas de cada período.

A compreensão do contexto que envolveu a formação social brasileira é fundamental, pois ajuda a entender como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial em Santa Maria, permitindo observar que ele não se configurou como uma ação isolada. Pelo contrário, ele estava inserido em uma lógica mais ampla e desempenhava determinada função no contexto a que se vinculava. Dessa forma, ainda que o Distrito representasse um fenômeno aparentemente tão micro, ao relacioná-lo com aspectos mais gerais desse cenário, é possível compreender uma parte da história de Santa Maria e do país até então tão pouco explorada, principalmente pelos historiadores.

Por conseguinte, durante a execução desta pesquisa, foram encontrados alguns estudos sobre outras áreas industriais ou agroindustriais no Brasil[3]. Isso nos levou a questionar por que um trabalho com essa perspectiva ainda não havia sido elaborado para o caso de Santa Maria. O início dessa discussão encontra-se na última seção do primeiro capítulo, em que o Distrito Industrial de Santa Maria aparece situado no âmbito de uma proposta que pretendia fortalecer a indústria gaúcha.

[3] Destaque para o trabalho de Nascimento (2011), sobre o Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Contudo, é importante destacar que não foi apenas uma política de disseminação de áreas industriais no Rio Grande do Sul que pode ter viabilizado a criação do Distrito Industrial de Santa Maria. Afinal, como a cidade não era considerada uma área prioritária para esse fim, era necessário que o próprio município encaminhasse uma solicitação ao Governo do Estado, demonstrando o interesse em criar uma área industrial[4]. Ora, trata-se de um dado importante, pois revela que ideias relacionadas ao desenvolvimentismo também estavam presentes na cidade.

Portanto, com o intuito de contribuir para a construção do conhecimento no âmbito do mundo do trabalho, buscamos desenvolver uma interpretação centrada no contexto e nas políticas econômicas correspondentes a cada período. A partir dessa análise, é possível reunir os elementos necessários para compreender a inserção do Rio Grande do Sul e de Santa Maria nesse processo.

Em 2009, o Distrito Industrial voltou a ser pauta de discussões, pois foi municipalizado. Ou seja, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, não mais o Governo do Estado, passou a ser responsável por sua manutenção. Além da municipalização, destaca-se o crescimento populacional em seu entorno. Esse aumento não decorreu apenas do Distrito Industrial, haja vista que a cidade cresceu como um todo. Ainda assim, ele representa um fator relevante, principalmente no que se refere a relação de mão de obra disponível e os níveis salariais.

Ao interrogar o passado para atribuir sentido às inquietações do presente, esta pesquisa busca desnaturalizar o fracasso inicial do projeto industrial de Santa Maria, inserindo o muni-

[4] As áreas que tinham uma maior emergência, e por isso tinham uma prioridade maior em relação a Santa Maria, eram o Polo Petroquímico e o Distrito Industrial de Rio Grande.

cípio no panorama mais amplo das transformações históricas e econômicas do estado sul-rio-grandense e do país.

Nessa perspectiva, destacamos ainda que este estudo surgiu não apenas de uma identificação com o tema, mas também da constatação de que Santa Maria ainda carrega rumores de ser uma cidade sem indústrias, conquanto disponha de um setor de serviços que se beneficiou da presença da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e de um expressivo número de Organizações Militares, bem como da Universidade Federal de Santa Maria. Em outras palavras, reforça-se o discurso de que os setores ligados à indústria não tiveram uma relevante representatividade econômica na cidade.

Diante disso, formulamos algumas perguntas: por que instalar um Distrito Industrial justamente em um local que supostamente não teria uma "vocação industrial" e que, aparentemente, apresentava outras possibilidades que não a indústria? Como a ideia de criação do Distrito Industrial se relacionou com o contexto de crescimento econômico e com as políticas econômicas empreendidas no período? Quais seriam os principais objetivos de se criar um Distrito Industrial? Como ocorreu essa instalação em Santa Maria? O que o Distrito Industrial representa? Foram alguns desses questionamentos que motivaram a reflexão e o direcionamento desta pesquisa em torno do Distrito Industrial de Santa Maria.

De forma sistemática, este trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro, abordamos os principais aspectos do processo de industrialização do Brasil a partir da década de 1930, período em que, embora não tenha se iniciado naquele momento, esse processo se intensificou, sobretudo em razão do cenário internacional no qual o país estava inserido e da adoção de uma nova orientação econômica. Tal recorte decorre da compreen-

são de que o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria não deve ser analisado de forma isolada; ao contrário, é necessário atribuir significado a esse episódio da história local sem desconectá-lo de um contexto mais amplo.

Essa proposta, que retoma parte da formação histórica do país, mostra-se necessária para compreender como se chegou às ideias de criação de distritos industriais. Além disso, permite abordar a crítica elaborada por Trevisan (1986) a uma parcela da historiografia brasileira dedicada à história econômica, segundo a qual o Brasil teria se desenvolvido tardiamente e de forma dependente nos moldes capitalistas. Para a autora, contudo, essa interpretação desconsidera que, mesmo quando fornecia produtos primários a outros países, o Brasil já estava inserido nesse "sistema" capitalista, desempenhando nele uma função específica.

Na primeira parte do primeiro capítulo, utilizamos principalmente referências bibliográficas, tanto da História quanto da Economia, para analisar a forma como as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo atravessaram diferentes períodos históricos e ganharam ainda mais força durante os governos ditatoriais. Na segunda parte, recorremos, majoritariamente, a fontes documentais.

Essas fontes dizem respeito, sobretudo, aos relatórios elaborados por dois órgãos estaduais: a Comissão Especial dos Distritos Industriais, ligada à Assembleia Legislativa, e a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), vinculada ao Poder Executivo. Além de fornecerem subsídios para se pensar em políticas de industrialização no Rio Grande do Sul, esses documentos apontavam diretrizes e elementos para a disseminação dos distritos industriais no estado. Naquele período, industrialização era quase sinônimo de distrito industrial.

Esses relatórios remetem ao Estado, pois o Distrito Industrial de Santa Maria era inicialmente vinculado a ele – vale lembrar que só foi municipalizado em 2009. A documentação foi encontrada no acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Borges de Medeiros e na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística, em Porto Alegre.

O segundo capítulo deste trabalho dedica-se quase exclusivamente à análise do caso específico do Distrito Industrial de Santa Maria. Para isso, além dos documentos já mencionados, foram utilizados como fontes o Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria e o Plano Diretor da cidade. Esses materiais foram localizados, respectivamente, na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e no Instituto de Planejamento de Santa Maria, e ajudam a identificar como foi pensada a instalação do Distrito Industrial. Por meio deles, observam-se questões relacionadas à localização e à infraestrutura, bem como aos custos e à origem dos recursos para a sua execução.

Ainda no segundo capítulo, destaca-se o uso de fontes orais. Entre os entrevistados está o senhor Carlos Alberto Robinson que, à época em que se pensava a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, era presidente de uma comissão da Câmara Municipal de Vereadores, cujo objetivo era contribuir para a sua construção. Cezar Augusto Schirmer, vice-presidente da comissão e, mais tarde, em 1974, eleito deputado estadual, também concedeu entrevista. Enfatizamos que, em alguns de seus discursos como deputado, Schirmer manifestava certa preocupação com a indústria de Santa Maria e com o Distrito Industrial.

Os empresários Leonardo K. Veiga e Odilo Pedro Marion também participaram das entrevistas. O primeiro foi presidente

da Associação Distrito Vivo na época em que o trabalho foi escrito; o segundo foi um dos primeiros empresários a instalar sua indústria no Distrito Industrial, além de ser um dos principais idealizadores e presidente, por vários anos, da mesma associação, como já mencionado. Por fim, Sérgio Roberto Cechin forneceu seu depoimento. Na época da criação do Distrito Industrial, Cechin atuava como secretário da CEDIC em Santa Maria. Convém dizer que a CEDIC mantinha um escritório dentro do Distrito Industrial, no qual ele era o engenheiro responsável por executar as principais ações da área – desde verificar quais indústrias seriam viáveis para o local até elaborar relatórios sobre as atividades, que serviam de subsídio para a discussão de quais seriam e de como estavam sendo efetivadas as políticas de industrialização no estado –, além de orientar aqueles que ali desejavam estabelecer-se.

Os depoimentos orais tomados como fontes têm singular importância para trabalhos dedicados à história do tempo presente. Por meio dos testemunhos, é possível chegar a interpretações que não seriam viabilizadas por outros documentos. Entretanto, como qualquer outra fonte, os depoimentos devem ser analisados com cautela, pois muitas vezes podem ser readaptados em função da posição que o depoente assume no presente.

Essa questão foi trabalhada no texto de Ângela Annunciato (2007), que demonstra como um depoimento da mesma pessoa, sobre o mesmo fato, pode ser alterado conforme a posição que ela ocupa no momento da entrevista. Nas palavras da autora, "a construção histórica é seletiva e os critérios de seleção dependem do presente. Este determina o que merece ser 'enxergado' no passado [...]. Ou seja, a história 'modifica-se' em função dos interesses do presente" (2007, p. 146). Isso, de forma alguma, invalida os depoimentos; apenas os situa como fontes que, como

quaisquer outras, apresentam certos limites que devem ser conhecidos e levados em consideração pelo pesquisador.

Cabe ressaltar, ainda a respeito das entrevistas, que elas foram elaboradas de forma específica para cada um dos testemunhos, conforme aquilo que cada depoente poderia contribuir para a pesquisa. As entrevistas foram semiestruturadas e, depois, transcritas e reenviadas aos depoentes, para que autorizassem o uso de seu depoimento.

Outras fontes empregadas na construção desta pesquisa foram as notícias publicadas pelo jornal de circulação local *A Razão*. Os exemplares estão disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) e foram consultados, principalmente, para averiguar o que estava acontecendo na cidade e como o Distrito Industrial era apresentado. Vale dizer que apenas um pequeno número de informações extraídas do periódico foi inserido diretamente no texto. Além disso, utilizamos os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Apesar de terem servido indiretamente à elaboração do trabalho, muito pouco deles foi citado de forma direta. De todo modo, isso evidencia o recurso a um amplo leque de fontes que, entrelaçadas, deram forma a esta pesquisa.

Na sequência, a fim de produzir uma interpretação sobre como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, o texto do segundo capítulo foi dividido em quatro partes. As três primeiras correspondem a três etapas: a primeira, de instalação, consolidada em 1975; a segunda, referente à expansão industrial, que ressalta a inércia das autoridades quanto aos investimentos no Distrito Industrial; e a terceira, relativa ao que pode ser uma retomada, iniciada em 2009 com a municipalização do Distrito Industrial. A quarta parte, por sua vez, é permeada pelos depoimentos dos entrevistados a respeito dos

avanços e dos limites apresentados na fase de municipalização. Essas reflexões ajudam a compreender como o Distrito Industrial mobiliza as preocupações daqueles que, de certa forma, estão mais diretamente vinculados a ele.

1.

Políticas desenvolvimentistas brasileiras e a criação de distritos industriais no Rio Grande do Sul

O estudo do processo que ocasionou a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria precisa ocorrer de forma integrada ao contexto em que ele estava inserido, para que possamos, de fato, compreender o motivo pelo qual esta pesquisa se propõe. No que se refere à reflexão não só sobre os próprios objetos, mas também sobre como relacioná-los a um todo mais abrangente, Rüsen auxilia com a seguinte consideração:

> A competência especializada do historiador começa com o estudo da história, a fim de formar uma visão do conjunto (mediante uma série de objetos e métodos selecionados). Uma vez formada a noção do todo segue a especialização, que sem prévia situação no conjunto seria sem sentido. Em suma: a visão do conjunto é necessária ao trabalho especializado competente a cada tema. A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida (2010, p. 27).

Nesse sentido, optamos por contextualizar os aspectos relacionados ao processo de industrialização do Brasil a partir da produção de historiadores e economistas, antes de nos debruçarmos sobre o objeto de estudo. Afinal, a compreensão do contexto que envolveu a formação social brasileira é fundamental para entender como ocorreu a instalação do Distrito Industrial em Santa Maria e perceber que sua criação não se configurou como uma ação isolada; pelo contrário, estava inserida em uma lógica mais ampla e desempenhava determinada função no contexto ao qual se vinculava. Assim, embora o Distrito Industrial constitua um fenômeno de escala local (micro), sua articulação com aspectos mais gerais permite depreender uma dimensão da história de Santa Maria ainda pouco explorada pela historiografia.

A partir dessa perspectiva, passamos à elaboração de uma interpretação centrada no cenário e nas políticas econômicas correspondentes a cada período da formação histórica brasileira, sobretudo a partir do século XX. Para tanto, buscamos verificar como as ideias relacionadas à industrialização, ao desenvolvimento e ao crescimento econômico atravessaram a história do país e, em particular, a do Rio Grande do Sul.

Após esse retrospecto, procuramos identificar os elementos necessários à compreensão da inserção do Rio Grande do Sul no contexto de crescimento econômico do fim da década de 1960, especialmente por meio da criação de distritos e áreas industriais. Essas iniciativas desempenharam um papel crucial não apenas do ponto de vista econômico, mas também como expressão de apoio às políticas implementadas durante a Ditadura Militar, iniciada com o Golpe de 1964.

1.1. Ideias desenvolvimentistas que ultrapassam décadas de história

Na tentativa de elaborar uma síntese sobre parte do processo histórico que envolveu a industrialização do Brasil e aquilo que se configura como um projeto desenvolvimentista, foi preciso retornar a períodos anteriores, voltando os estudos à década de 1930. Essa delimitação foi necessária, já que demarca uma fase de "reordenação do sistema produtivo" (Pesavento, 1997, p. 104), por meio da transição de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, embora ainda dependente. Com essa iniciativa, o Brasil passaria a industrializar parte daquilo que produzia, de modo a não depender exclusivamente do mercado externo, rompendo com parte da lógica que lhe fora conferida desde o processo colonizador.

Essa mudança foi favorecida pelo contexto internacional, sobretudo pelos efeitos da crise deflagrada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Diante desse cenário, o Brasil enfrentou dificuldades tanto para encontrar mercados para seus produtos quanto para importar os bens de que necessitava. Consequentemente, o governo brasileiro precisou encontrar alternativas que revertessem parte dos efeitos da crise, entre elas a diversificação da economia, por meio do estímulo à produção de outros gêneros agrícolas para exportação, bem como da industrialização. Essa constatação foi esboçada por Pesavento (1997, p. 104-105):

> O novo governo teve de enfrentar, em caráter de emergência, os problemas que afetavam a economia brasileira. A crise do café não representava apenas uma conjuntura de superprodução do principal produto do país. Revelava, fundamentalmente, a falência de todo um modelo de de-

> senvolvimento do capitalismo baseado na agroexportação. A crise de 29, atingindo em cheio a economia brasileira, veio demonstrar a necessidade de reordenação do sistema produtivo nacional. Era preciso que se eliminasse a dependência quase que absoluta, de toda a economia do país, de um só produto de exportação. Isso não queria dizer que o café não merecesse mais atenção, pois continuava a ser o principal produto, sustentáculo do país. Entretanto, ao lado da continuidade de uma política de proteção ao café, o governo pós-30 teve de auxiliar também a produção das economias periféricas, também afetadas pela crise de 29.

Assim, através do incentivo e da difusão da indústria, o Brasil não dependeria exclusivamente do mercado externo, seja para exportar, seja para importar. A crise de 1929, de certa maneira, serviu como um sinal de alerta para o governo, no sentido de demonstrar o esgotamento que o modelo agrário-exportador representava diante de uma economia que passava a se configurar em um formato mais internacionalizado[5].

Contudo, apesar do início de um processo de reordenação econômica, no qual a política de "substituição de importações" passava a ser incentivada, assim como a industrialização, tal processo não se estendeu pelo Brasil de maneira uniforme. Isso porque houve uma maior concentração de incentivos à industrialização na região Sudeste do país, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo Padoin (1992, p. 35-36),

[5] Estas discussões podem ser complementadas com a leitura do seguinte trabalho: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003.

> Além do eixo central [Rio-São Paulo-Minas Gerais] ser beneficiado com a maior disponibilidade de capital para o investimento, acumulado previamente pelo café, a própria política econômica federal tinha suas atenções voltadas, primordialmente, para esta região; ficando o Rio Grande do Sul com o seu papel tradicional de economia subsidiária e complementar.
> O Rio Grande do Sul com suas empresas centradas predominantemente na transformação dos produtos agropecuários e produtos químicos simples, além de uma expressiva produção metalúrgica foi perdendo o seu espaço na participação do Produto Industrial do País.

Politicamente, pode-se considerar que, até 1930, o Brasil era dominado por uma burguesia agrária e cafeeira, que passou a perder parte de seu espaço diante da crescente inserção de uma nova categoria de industriais na política brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, que essa transformação foi gradual, pois

> não se deve negligenciar a presença da continuidade e da permanência. No país não ocorreu uma ruptura brusca que ensejasse tais transformações aos moldes clássicos de revolução "burguesa" ou "social". As mudanças deram-se sem alterar a estrutura fundiária, e a questão da propriedade foi mencionada apenas dentro de estreitos limites. As desigualdades regionais persistiram e até se aprofundaram (Fonseca, 2004, p. 25).

Nessa conjuntura, uma das figuras políticas que simbolizou o fim da tradicional política em que as "oligarquias" de São Paulo e Minas Gerais se alternavam na Presidência e que

passou a ganhar significativo destaque no cenário nacional foi Getúlio Vargas. Com sua chegada à Presidência, aumentaram as expectativas de uma maior representatividade não apenas do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados que se sentiam prejudicados pela forma como a política estava organizada no período. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira simples, pois a tradicional classe dominante não aceitou perder o espaço e parte do poder político que exercia.

Em função disso, alguns autores debruçaram-se sobre tentativas de explicação para a política brasileira no período de 1930 a 1964. Para muitos, tratava-se de uma fase em que o chamado populismo ganhara destaque; há, porém, autores que refutam essa terminologia, em contraposição a um dos trabalhos clássicos sobre o tema, o de Weffort (1978). Em resumo, a análise de Weffort (1978) considerou que, a partir de 1930, o país passou por um processo de modernização, no qual o cenário urbano começou a ganhar maior destaque em relação ao rural. Por conseguinte, a tradicional "oligarquia" perdeu parte de seu espaço, ao passo que novos agentes oriundos do meio urbano passaram a ter maior inserção na política. Todavia, essa dinâmica não suprimiu a presença das elites tradicionais, dando origem a um período de tensão e disputa política que permaneceu sem definição até pelo menos 1964. Como consequência, para o autor, o governo teria atendido às novas demandas sociais, ao mesmo tempo em que buscava conciliá-las com os interesses das "oligarquias" tradicionais e dos novos grupos que ascendiam ao poder.

Segundo essa interpretação, as disputas teriam produzido uma espécie de "vazio", decorrente da ausência de uma hegemonia de classe no poder. Nesse contexto, teria se estabelecido um compromisso entre esses grupos sociais, cuja legitimação se deu por meio de um Executivo forte, personificado na figura de um

conciliador capaz de mobilizar, controlar e manipular a grande massa da população. Em consonância, Weffort (1978) identificou o populismo como um fenômeno político de massa, pautado por essa relação específica entre os indivíduos e o poder político, exercido através da figura de um líder carismático. Conforme destacou o autor, "o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público: é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (1978, p. 28). Também é interessante observar, na perspectiva do trabalho de Weffort (1978), a justificativa para a falta de autonomia dos trabalhadores. Segundo ele, os trabalhadores que migravam do campo para a cidade carregavam uma tradição mais individualista e uma inexperiência de luta por direitos, o que facilitaria a tarefa do líder carismático de manipular as massas.

Além de Weffort (1978), Gomes (2005), Ferreira (2001) e Mattos (2003) são exemplos de autores que produziram trabalhos acerca dos aspectos políticos do mesmo período. Resumidamente, eles apresentam discussões sobre o populismo e sobre outros termos que melhor caracterizariam o período, como as ideias de pacto trabalhista e de trabalhismo, além de debaterem a autonomia e a suposta manipulação dos trabalhadores pelo líder carismático. Vale pontuar que essas discussões terminológicas não são o foco principal desta pesquisa; por isso, limitamo-nos a indicar esses autores como referência para quem quiser aprofundá-las.

Quanto ao período, também merece destaque a tentativa de integração do centro do país às áreas periféricas, promovida por Vargas sob a influência de ideias nacionalistas. Dito de outra forma, por meio do projeto de construção de uma identidade nacional, buscava-se aproximar essas diferentes regiões e estabelecer maior articulação entre elas. A essa ideia vincula-se tam-

bém a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, capaz de inserir o país no que se poderia definir como uma nova ordem mundial, na qual os países industrializados estariam, até então, mais bem posicionados. Além disso, através desse ideário de modernização e de progresso econômico, almejava-se centralizar o poder, de modo a neutralizar o domínio que as "oligarquias" regionais mantinham.

Embora o governo tenha conseguido "conciliar" os interesses entre os industriais e a "oligarquia" agroexportadora, crises contínuas, a partir de 1932, abalaram essa relação. Foi nesse momento que, segundo Dreifuss (1987, p. 21), "os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da Sociedade industrial". A consolidação desse modelo viria, portanto, através de uma reorganização, ocorrida em 1937, com o Estado Novo.

Durante o Estado Novo, a centralização política acentuou-se ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização inserida em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia (Pesavento, 1997). Porém, no caso do Rio Grande do Sul, essa modernização com foco na indústria não ocorreu na mesma proporção que em outros estados: "a instalação do Estado Novo não provocou alterações fundamentais na estrutura econômica do Estado. O Rio Grande continuou na sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional" (Pesavento, 1997, p. 115).

Destaca-se, ainda, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial à época. Após o conflito, alguns países foram beneficiados quanto ao crescimento industrial. O Brasil, de acordo com Pereira, foi um deles:

> O decênio imediatamente após a guerra é portanto uma época de prosperidade econômica. Além dos saldos em divisas estrangeiras, que constituíram um estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que permitia a importação dos equipamentos que a indústria nacional tanto necessitara durante a guerra, a um preço baixo em cruzeiros, diversos outros fatores de maior importância sobre a economia brasileira e explicar essa prosperidade (1985, p. 39).

Isso foi possível porque, em razão da deflagração do conflito mundial, o preço dos produtos primários subiu, permitindo que o Brasil acumulasse reservas para negociar em melhores condições o pagamento da dívida externa contraída durante a recessão provocada pela crise de 1929, quando faltava mercado para a exportação. Com uma situação mais estável quanto às dívidas, o governo brasileiro, diante dos entraves impostos à importação, passou a incentivar a indústria, o que lentamente conduziu à retomada do crescimento. Nesse viés, pode-se destacar que

> o Estado foi gradativamente assumindo a responsabilidade pela produção de alguns insumos básicos, como parte do esforço de guerra ou movido por uma visão mais estratégica acerca do futuro desenvolvimento do País. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção

> de soda e barrilha e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país. No entanto, boa parte das iniciativas governamentais mencionadas só teriam sua completa realização em períodos bem posteriores[6].

A indústria metalúrgica do Rio Grande do Sul também foi beneficiada pela Segunda Guerra Mundial. De acordo com Pesavento (1997, p. 117), a "necessidade de aparelhamento da FEB (Força Expedicionária Brasileira), por exemplo, levou a que a produção da indústria Eberle passasse a ser considerada de interesse militar-estratégico".

Em suma, segundo Dreifuss (1987), foi durante o Estado Novo que o Brasil vivenciou o seu primeiro estágio de nacionalização formal da economia[7]. Isso se deu, basicamente, com a criação de empresas estatais e autarquias mistas e com o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como a mineração, o aço e o petróleo.

No entanto, quando Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência, após o Estado Novo, instaurou-se um governo fortemente influenciado por empresários e uma diretriz econômica que favorecia a empresa privada. Naquele momento, organizações estatais foram desativadas e a tendência ao nacionalismo de desenvolvimento estatizante acabou sendo abalada. Houve, a partir de então, a afirmação de um "novo padrão de acumulação

[6] Estas informações encontram-se disponíveis em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia. Acesso em: 10 jun. 2013.

[7] A respeito desta discussão que envolve questões relacionadas a processos de nacionalização, neste período, ver Lima (2019), tese publicada em um período posterior a versão inicial deste trabalho, mas que elucida alguns pontos que podem ser de interesse para este trabalho.

capitalista baseado na indústria. O eixo da economia nacional passara definitivamente a centrar-se no processo de industrialização, mantendo-se, contudo, apoio ao setor agroexportador" (Pesavento, 1997, p. 121).

Com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência, em 1951, consolidou-se uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiada por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas. Essa política tinha como diretriz combinar o crescimento econômico com a democracia social.

Já com a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, em 1956, o Brasil passou a ter uma política de cunho acentuadamente desenvolvimentista, o que resultou em uma mudança no modelo de acumulação. O principal compromisso do governo de JK, conforme Vânia Maria Losada Moreira, era "acelerar as transformações e o crescimento econômico do 'gigante adormecido' para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, para todos os seus habitantes" (2003, p. 157-158).

É importante dizer que parte dessa política estava expressa no Plano de Metas, executado entre os anos de 1956 e 1961, que tinha como base um padrão de desenvolvimento associado. Isso ocorria, pois:

> esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse a solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know how* (Dreifuss, 1987, p. 34).

Ademais, pautava-se, basicamente, em um conjunto de ações que visavam ao desenvolvimento econômico de vários setores, priorizando a dinamização do processo de industrialização do Brasil. Destacavam-se como prioridades o investimento nos setores de transportes e energia, na indústria de base (bens de consumo duráveis e não duráveis) e na substituição de importações, incluindo a ascensão da indústria automobilística.

Nesse sentido, a aproximação do governo com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[8] ajudou a compor as principais ideias relacionadas à modernização e à industrialização do Brasil. Desse modo, uma das principais preocupações do ISEB era "produzir e divulgar a chamada 'ideologia do desenvolvimento nacional'" (Moreira, 2003, p. 163), tendo em vista a realidade brasileira.

Para alcançar os objetivos previstos no Plano de Metas, julgou-se necessária a intervenção do Estado na economia, priorizando, como já mencionado, a entrada de capitais estrangeiros no país. A ideia de desenvolvimento nacional, porém, era disseminada com o objetivo de conseguir apoio político, ou seja, "o eufemismo 'desenvolvimento nacional' definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista" (Moreira, 2003 p. 165). Ressalta-se que foi justamente nesse período que o Brasil aprofundou sua situação de endividamento externo.

[8] Conforme trabalho de Moreira, o ISEB era "uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática. O ISEB reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK" (2003, p. 162).

O desenvolvimento do setor industrial teve como foco a região Sudeste. Justamente em razão dessa concentração industrial, um grande número de migrantes, principalmente oriundos do Nordeste, buscou melhores condições de vida na região. Esses migrantes, em geral, enfrentavam uma situação de miséria, sobretudo em função das secas que assolavam a região nordestina. Com relação a esse processo migratório, destacamos o trabalho elaborado por Fontes (2002). Ao estudar uma comunidade operária de São Miguel Paulista, entre os anos de 1945 e 1966, o autor contribuiu para a compreensão de como e porque muitos trabalhadores nordestinos "trocaram" a sua vida no espaço rural por um trabalho na região paulista.

Além disso, Fontes (2002) demonstrou como a instalação de um complexo industrial da Nitro Química, empresa de grande expressão nacional na época, foi capaz de alterar o cenário de uma cidade, não somente no que se refere à migração e ao aumento da população urbana, como também através das próprias relações de trabalho e suas consequentes implicações, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais[9].

Efetivamente, a prioridade dada pelo governo ao desenvolvimento econômico do país recebeu apoio de importantes setores da sociedade, incluindo os militares e os empresários. O acelerado processo de industrialização registrado no período, porém, acarretou uma série de problemas de longo prazo para a economia brasileira. Ou seja, se por um lado o Plano de Metas teria alcançado os resultados esperados, por outro, foi o responsável pela consolidação de um capitalismo dependente que foi alvo de críticas.

[9] Algumas dessas ideias foram levadas em consideração no trabalho de STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e JK**. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

O trabalho de Trevisan (1986), por exemplo, criticou a ideia de um capitalismo dependente. A autora destacou que, dentro do sistema capitalista no qual o país estava inserido, o Brasil desempenhou uma função específica que lhe havia sido atribuída. A autora também expôs uma análise diferenciada, que aborda as questões relacionadas à indústria pelo viés do empresariado e que, de certa forma, soou como uma crítica àquilo que se configurou como "Estado de compromisso". Segundo a autora, a utilização desse termo faz parecer que os industriais foram uma classe incapaz de definir um projeto de industrialização e que o Estado teria agido apenas como um árbitro, anulando a complexidade da relação existente entre ambos. A mesma autora complementou sua análise destacando que foi durante esse período que as ideias esboçadas durante a década de 1930 foram enfim efetivadas:

> A transição iniciada em 1930 se completa em 1956, quando a renda do setor industrial supera a da agricultura e a entrada de capitais estrangeiros estimula enormemente a acumulação. Não identifica em 1956 um novo modelo de cumulação, mas a aceleração expressiva de uma acumulação implantada a partir de 1930 e em franca expansão a partir daí (1986, p. 25).

Até o início da década de 1960, considera-se que o Brasil passou por um período de crescimento acelerado da economia. Contudo, entre 1963 e 1967, o crescimento econômico brasileiro apresentou uma significativa redução. Em relação a esse processo, os economistas Prado e Earp (2003) teceram algumas reflexões. A primeira refere-se à existência de uma tese caracterizada como estruturalista, que tentou explicar o crescimento

econômico industrial por meio da "substituição das importações", como resposta a uma situação de desequilíbrio oriunda da grande depressão da década de 1930. Com isso, segundo essa tese, a queda do valor das exportações brasileiras teria reduzido a capacidade de importar do país. Dessa forma, como a demanda interna por bens e serviços, que não havia sido afetada pela crise do setor exportador, seria atendida?

Para solucionar essa questão, os autores esboçaram três possibilidades: a primeira seria aumentar a oferta interna para uma maior utilização da capacidade produtiva já instalada; a segunda referia-se ao aumento da oferta de bens e serviços relativamente independentes do setor externo; e a terceira estaria relacionada à instalação de novas unidades produtivas, a fim de promover a substituição da oferta de bens que anteriormente eram exportados.

Somado a isso, a mão de obra passou a ser um problema no período, pois os setores mais dinâmicos da economia ainda não eram capazes de absorver o crescente número de pessoas em idade produtiva, de forma que essa tarefa deveria ficar a cargo da agricultura. Entretanto, conforme os autores, a dificuldade encontrava-se justamente no setor agrícola, uma vez que a estrutura fundiária brasileira não conseguia gerar aumentos de produtividade. Isso ocorria, principalmente, porque a remuneração do trabalhador rural era reduzida, contribuindo para o agravamento da concentração de renda, o que, por sua vez, limitava o consumo dos produtos industrializados. Dessa maneira, "caso o setor agrícola pudesse absorver grande parte da população e sua produtividade agrícola fosse idêntica a do setor industrial, a renda resultante geraria uma demanda por produtos industriais que alavancaria o processo de crescimento econômico" (2003, p. 214).

Porém, como isso não ocorria, a continuidade do processo de industrialização passou a depender do aumento da renda urbana. Consequentemente, um percentual relativamente pequeno da população precisaria formar um mercado consumidor de produtos industriais mais sofisticados. O Estado, nesse caso, deveria compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados e, ao mesmo tempo, criar mecanismos para superar a deficiência da demanda interna.

A segunda reflexão de Prado e Earp (2003) diz respeito à crise do início da década de 1960, sobre a qual teceram uma explicação sob a perspectiva dos economistas liberais. A saber, esse grupo teria identificado um fenômeno que ficou conhecido por "populismo econômico". Este, por sua vez, teria sido capaz de gerar três desequilíbrios: o populismo fiscal, quando o Estado passa a gastar mais que a sua capacidade de arrecadação tributária; o populismo na política de crédito, quando os investimentos são financiados não com o crescimento da poupança doméstica, mas sim com a expansão da oferta monetária; e o populismo salarial, quando o aumento das folhas de pagamento acaba superando o crescimento da produtividade. Os liberais acreditavam que reformas e um novo plano econômico voltado à estabilização econômica poderiam promover outro modelo de crescimento para o país. Destaca-se que o grupo liberal que sustentava essa perspectiva foi um dos principais apoiadores do Golpe de 1964, ante a expectativa de que uma nova estratégia econômica fosse efetuada.

A esse quadro somava-se a tensão gerada pelas Reformas de Base – elaboradas em 1958 e defendidas com mais vigor a partir de 1961, quando João Goulart assumiu a Presidência –, que complexificavam ainda mais o cenário político. Entre os principais objetivos dessas reformas, pretendia-se reduzir as de-

sigualdades sociais do Brasil. Para tanto, um conjunto de iniciativas foi proposto, entre elas as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se, também, a necessidade de alterar o direito ao voto e de ampliar a intervenção do Estado na vida econômica.

A essa tensão interna, provocada pelas Reformas de Base, juntava-se um fator externo: a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, que, "ao tornar realidade o sonho da experiência socialista na América Latina, passou a representar uma ameaça para a influência norte-americana no continente". Nesse cenário, a política externa dos Estados Unidos passou a ser "orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência" (Napolitano, 1998, p. 4).

É fundamental destacar que o período no qual as Reformas de Base estavam sendo defendidas por um núcleo da sociedade brasileira, também foi marcado, para além da Revolução Cubana, como destacou Napolitano (1998), por uma bipolarização mundial, característica da Guerra Fria. Com isso, tanto as políticas econômicas quanto as sociais, incluindo as relações internacionais, eram influenciadas diretamente por esse conflito.

Sob essa perspectiva, Stormowski (2011) enfatizou que dois grandes paradigmas entraram em contraposição: o socialismo, em que o ideal de igualdade era defendido como fundamento; e o capitalismo, que apresentava como característica principal a exaltação das liberdades individuais. A autora assinalou, também, que não era somente a Europa, os Estados Unidos e a União Soviética que enfrentavam o dilema entre esses dois modelos; afinal, surgia e espalhava-se, dentro desse cenário, o conceito de Terceiro Mundo, que seria constituído essencialmente "pelos países que haviam sido colônias de nações europeias e

que alcançaram independência política, mas não a emancipação econômica" (2011, p. 17).

Nesse contexto, América Latina, África e Ásia teriam passado a lutar pela formação de países independentes, "buscando relações internacionais não mais de colônia para metrópole, mas de nação para nação". A América Latina, em especial, "tomava consciência de que, apesar do desenvolvimento alcançado, ainda era subdesenvolvida" (Stormowski, p. 17). Essa conscientização pautada por Stormowski (2011) partia principalmente do reconhecimento de que os países formados a partir de ex-colônias tinham problemas específicos, que deveriam ser resolvidos com base na realidade de cada um deles. Coube aos países subdesenvolvidos construir uma identidade própria, sem, contudo, abandonar a aspiração de integrar o grupo dos países mais desenvolvidos.

Por conseguinte, a ideia de desenvolvimentismo ganhou espaço entre os principais trabalhos que buscaram abordar a História Econômica do Brasil. Foi justamente nesse ínterim que o pensamento disseminado pela CEPAL ganhou contornos mais definidos, especialmente dentro da produção bibliográfica brasileira da década de 1950 e 1960. A CEPAL, conforme já apresentada por Gomes e Ferreira (1988) na introdução desta pesquisa, era uma das grandes responsáveis por produzir análises específicas, voltadas à realidade latino-americana, em substituição aos modelos teóricos que tinham como base a realidade de países que não compartilhavam das mesmas características históricas latino-americanas.

Foi em meio a esse debate sobre os rumos do desenvolvimento nacional que sobreveio a ruptura de 1964. Em decorrência do Golpe, que resultou de disputas políticas entre dois projetos de sociedade para o país – um nacional-reformista e

outro intervencionista (ou desenvolvimentista-conservador) –, o Brasil passou a vivenciar alterações em sua estrutura política, econômica e social, além de importantes articulações destinadas a criar uma base institucional e conferir legitimidade ao novo regime. Isso "ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de perseguição aos membros mais 'ameaçadores' do antigo governo e a simpatizantes do Partido Comunista" (Napolitano, 1998, p. 14) que pudessem vir a questionar a ordem estabelecida. Ou seja, as forças sociais e políticas que assumiram o governo brasileiro, a partir de 1964, tiveram como uma das suas primeiras tarefas, além de realizar a "operação limpeza", através da repressão político-policial, assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa capitalista (Brum, 1986, p. 94).

É interessante observar a forma como esse grupo, que assumiu o governo após 1964, se apresentava como capaz de recuperar o país política e economicamente, diante da situação de crise estabelecida no início dos anos 1960. Essa compreensão pode ser encontrada no trabalho de Hermann (2005, p. 73), no qual a autora destacou que esse grupo produziu e assumiu um discurso que atribuía ao governo "a missão de 'salvar' o País do caos econômico e político em que se encontrava".

A ideia de que o Estado teria essa missão reforçou ainda mais a postura intervencionista assumida por ele. Como exemplo dessa política, Hermann (2005) recorreu a um dos planejamentos do governo, sintetizado no fragmento a seguir:

> O Paeg, anunciado como um plano emergencial de estabilização, era parte dessa missão. Contudo, para legitimar o regime de exceção junto a sociedade (leia-se, junto a casse empresarial e às camadas de renda ais alta) e ao meio político internacional, era necessário preservar a renda

> agregada de uma queda abrupta, enquanto se implementava o plano de combate à inflação. Numa segunda etapa (com a inflação sob controle), seriam, então, implementadas políticas diretamente voltadas para o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico – o que, de fato, foi feito a partir de 1967 (Hermann, 2005, p. 73).

A partir dessa conjuntura, o medo de uma suposta ameaça comunista foi incrementado e associado ao temor pela perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao chamado mercado de consumo. Com o desenvolvimento de uma concepção de existência de um pretenso inimigo interno, passou a ser imposta uma remodelação da estrutura, idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, com o intuito maior de reforçar o aparato anti-subversão (Gasparotto, 2008).

Para tanto, essas forças que assumiram o governo filiaram-se ideologicamente à chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), matriz teórica elaborada sobretudo por militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), com apoio dos Estados Unidos. Convertida no eixo do novo regime, essa doutrina levou o Estado a ampliar progressivamente sua atuação no controle da sociedade, alcançando os mais variados aspectos.

Cumpre ressaltar, aqui, que a compreensão de que o Golpe de 1964 não partiu apenas das forças militares foi desenvolvida no trabalho de Dreifuss (1987). Nele, o autor identificou as principais forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização, buscando compreender sua atuação no Estado e na sociedade. Com base em uma série de documentos, o estudioso apontou como ocorreram as articulações entre os principais grupos apoiadores e engajados nas

estratégias favoráveis ao Golpe de 1964. Diante disso, Dreifuss (1987) destacou que não se tratou apenas de um golpe das Forças Armadas contra o governo de João Goulart, mas da culminância de um movimento civil-militar estrategicamente organizado[10].

Além disso, foi central no trabalho de Dreifuss (1987) a ideia de que o domínio econômico do capital multinacional no Brasil ainda não contava com uma sustentação política compatível com seus interesses. Isso teria estimulado grupos ligados a esse setor a formar organizações específicas, a fim de expressar de maneira mais efetiva suas demandas perante o governo. Nesse contexto, surgiu o chamado complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que exerceram, entre outras, a função de disseminar a ideologia burguesa. Essa atuação, por sua vez, segundo Dreifuss (1987), teria contribuído para a tomada do poder em 1964. Algumas das ações desenvolvidas por esse complexo podem ser sintetizadas na seguinte passagem do autor:

> As atividades políticas da elite orgânica eram extraordinariamente variadas em natureza e amplas em escopo, cobrindo um número de operações distintas, projetadas para um apoio mútuo e para uma intercomplementação, produzindo um importante efeito cumulativo. O alvo estratégico

[10] A importância do trabalho de Dreifuss para a historiografia foi destacada por Toledo (2006, p. 120): "1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe, publicado em 1981, é o primeiro trabalho que analisa, de forma metódica e em profundidade, a atuação de relevantes setores da chamada sociedade civil no golpe de Estado de 1964. Com o estudo de René Armand Dreifuss, a expressão golpe civil-militar será incorporada pela bibliografia acadêmica sobre 1964. Desde então, a designação de golpe militar – dominante na literatura política – passou a ser questionada pela sua insuficiência explicativa. A extensa documentação apresentada por Dreifuss sobre a atuação das chamadas elites orgânicas demonstrou que importantes atores da sociedade civil foram decisivos na preparação e execução do golpe de abril de 1964".

> da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados pelo IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe "para si". Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a "massa de manobra" da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada (Dreifuss, 1987, p. 281).

No que se refere à política econômica do período da Ditadura no Brasil, ela pautava-se no "combate gradual à inflação, [n]a expansão das exportações e [n]a retomada do crescimento como principais objetivos da política econômica". Porém, de imediato, consolidou-se apenas uma política restritiva, voltada mais especificamente ao combate à inflação. Somente a partir de "1967-68 a retomada do crescimento tornou-se o objetivo predominante" (Hermann, 2005, p. 70).

A título de esclarecimento, Hermann (2005), ao abordar questões relativas à política econômica durante o período compreendido entre 1964-1973, destacou que houve duas fases diferentes: a primeira delas, de 1964 a 1967, caracterizou-se pelo "ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando ao enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica do início do período". Esse período teria sido marcado, principalmente, pela "implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) – e de importantes reformas estruturais – do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho" (Hermann, 2005, p. 70).

Foi também durante a primeira fase, mais precisamente até 1966, tendo em vista as reformas estruturais (tributária e financeira), que foi ampliado o "grau de abertura da economia ao capital externo, de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo" (Hermann, 2005, p. 78). Já a segunda fase, compreendida entre os anos de 1968 e 1973, caracterizou-se "por uma política monetária expansiva e por vigoroso crescimento da atividade econômica (média anual de 11,1%), acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Essas condições justificaram a alcunha de 'milagre brasileiro' para esse período" (Hermann, 2005, p. 70).

A segunda fase caracterizada por Hermann (2005) coincidiu com a imposição de uma nova Constituição, promulgada em janeiro de 1967, e com a escolha de Artur da Costa e Silva para a Presidência. Isso abriu o caminho para que os militares, com relativo apoio de parte da população, controlassem o cenário político do país, objetivando a desarticulação das principais forças de oposição. Além disso, conforme foi observado no trabalho de Dolhnikoff e Campos (2001), a formação de um núcleo

de poder entre os principais representantes do Partido Social-Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), juntamente com as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado, foi imprescindível para a consolidação do poder.

Nesse sentido, existe uma relação entre a opção ideológica do governo pela Doutrina de Segurança Nacional e o planejamento econômico. Isso ocorreu porque, na medida em que havia a intenção de se potencializar o modelo de acumulação capitalista – baseado em uma forte interferência do Estado –, era preciso garantir a atração de investimentos por meio do estabelecimento e da manutenção da ordem. Desse modo, conforme destacou Dockhorn (2002, p. 66), "os investimentos econômicos somente seriam viáveis com uma absoluta paz social, sem agitações ou conflitos". Nesse mesmo trabalho, essa ideia foi complementada com um fragmento de Maria Helena Moreira Alves:

> A segurança, como elemento do conceito de "desenvolvimento com segurança", implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma "arrancada" desenvolvimentista (Alves, 1985 *apud* Dockhorn, 2002, p. 66).

No intuito de superar a crise econômica vivenciada desde o início da década de 1960 e, sobretudo, de elaborar uma justificativa para permanecer no comando do Executivo, o governo configurou um projeto que se pretendia desenvolvimentista, capaz

de favorecer a acumulação capitalista nas mãos de grupos burgueses, tanto nacionais como internacionais. Para tanto, o novo governo contou com a presença de tecnocratas em importantes ministérios, como os da Fazenda e do Planejamento, que se responsabilizaram por empreender um Plano de Ação Econômica, pautado essencialmente no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico brasileiro, por meio da abertura ao capital estrangeiro. Portanto, os sete anos em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda (1967-1973), podem ser caracterizados "como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes" (Lago, 1990, p. 233). Ora, como destacaram Dolhnikoff e Campos (2001, p. 272), foi com o Golpe que se assinalou "a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado" em lugar do anterior modelo de substituição de importações, acentuando, dessa forma, "a interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina com os Estados Unidos".

Efetivamente, o processo de aceleração da economia tinha como um dos seus eixos principais a expansão do setor industrial, visto que o Brasil possuía uma estrutura fundiária incapaz de gerar o aumento de produtividade necessário para alavancar o crescimento econômico, conforme apontado anteriormente por Prado e Earp (2003). Padrós e Fernandes (2009, p. 46-47) também elaboraram algumas considerações referentes a esse processo:

> A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estra-

> tégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o "milagre" significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos.

Assim, a política que estimulava a produção de bens de consumo duráveis deixava de lado outros setores que necessitavam de maior injeção de recursos e atenção do governo, tais como a educação e a saúde. Logo, uma das consequências geradas por esse novo modelo econômico foi o aumento das desigualdades sociais, haja vista que a produção interna não visava ao saneamento das necessidades básicas da população em geral, mas sim aos interesses do mercado externo, bem como de uma pequena parcela da população interna com maior poder aquisitivo. Em outras palavras, "a prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do 'milagre econômico'" (Dolhnikoff; Campos, 2001, p. 335). Precisamente por esse motivo, diz-se que esse período não foi de desenvolvimento, mas sim de crescimento econômico.

Com relação aos termos crescimento e desenvolvimento, utilizados até aqui e que devem permear o restante deste trabalho, são necessárias algumas considerações, pois, embora frequentemente confundidos, não são sinônimos. Para isso, a definição de Pereira, de que "o desenvolvimento é um processo

de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo", deve ser tomada como referência. O autor também acrescentou que o conceito de desenvolvimento está relacionado a "um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações". Assim, "não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social" (1985, p. 19).

Já o termo crescimento pode ser distinguido de desenvolvimento por significar apenas um aumento quantitativo da produção, o que pode ocasionar elevação do nível de vida, porém sem preocupação com a melhoria das condições de vida da sociedade. Diferente disso, como foi mencionado, o desenvolvimento prevê, além do crescimento, uma significativa repercussão no que se refere à qualidade de vida das pessoas e, também, sobre o sistema social em geral, especialmente aliando crescimento econômico com redistribuição de renda. Contudo, isso não parece ter acontecido, pelo menos entre 1968 e 1973.

Outra explicação para que parte da população brasileira não tivesse se beneficiado com os efeitos da política econômica empreendida, e que também pode ser acrescentada a anteriormente apresentada por Dolhnikoff e Campos (2001), alude às reduções salariais. Durante o período ditatorial, registrou-se que "a política salarial e a política de relações trabalhistas do Governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração" (Lago, 1990, p. 287). Isso ocorreu, fundamentalmente, com vistas a concretizar o projeto de crescimento econômico, que tinha como um de seus fundamentos o favorecimento da acumulação capitalista.

Pesavento (1985), além de corroborar a ideia de Lago (1990), foi outra autora a refletir sobre as questões que envolveram o crescimento econômico do país. Segundo ela, os governos que se instalaram no período posterior ao Golpe de 1964 utilizaram como estratégia de crescimento a produção para o mercado externo, a fim de retomar a expansão do setor de ponta da economia nacional. Nesse sentido, destacou que a indústria tradicional e a agricultura foram reorientadas em função dos incentivos às vendas para o mercado externo. Paralelamente, a autora também ressaltou que teria ocorrido uma retomada do crescimento do setor de produção de bens de consumo duráveis, impulsionada, sobretudo, pela adoção de incentivos institucionais especialmente concebidos para esse fim. Um exemplo disso foi a criação do crédito direto ao consumidor. Essa ideia pode ser complementada pelo seguinte fragmento da historiadora:

> Em todo este processo de aceleração industrial, foram criadas condições estimuladoras para a inversão de capital estrangeiro no setor secundário do país, particularmente na produção de bens duráveis de consumo. Deste processo, que se identificou a partir da década de 70, o capital estrangeiro tanto passou a marcar presença na formação de novos empreendimentos industriais quanto passou a participar de empresas já instaladas, através da obtenção do controle acionário das mesmas (1985, p. 114).

Constata-se, dessa forma, que o crescimento econômico brasileiro verificado durante esse período foi possibilitado por uma confluência de fatores não só nacionais como também internacionais (Prado; Earp, 2003). Além disso, dadas as propor-

ções desse crescimento – fenômeno que, ocorrido entre 1968 e 1973, ficou conhecido como "milagre econômico" –, suas principais características foram descritas por Hermann (2005, p. 82):

> Em 1968, a economia brasileira inaugurou uma fase de crescimento vertiginoso, que se estendeu até 1973. Nesse período, o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital. A taxa de investimento que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período de "milagre" em pouco mais de 20%. O crescimento do período de 1968-73 retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado com o Plano de Metas [...]. A façanha da economia brasileira nesse período foi ainda mais surpreendente porque tal ritmo de crescimento foi acompanhado de queda da inflação (embora moderada).

Sobre essa fase, Hermann salientou ainda dois aspectos que, apesar de já terem sido destacados anteriormente, complementam a ideia da autora. Um deles refere-se à reorientação da política econômica em relação ao período anterior, principalmente a partir da entrada de Antonio Delfim Neto no Ministério da Fazenda, uma vez que, além de se pautar pelo combate à inflação, o governo passou a incentivar políticas voltadas à retomada do crescimento. Essa reorientação estava relacionada principalmente à "necessidade de o governo militar legitimar-se no poder como uma alternativa melhor para o país que a do governo deposto" (Hermann, 2005, p. 84).

O outro aspecto refere-se ao lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968, que enfatizava as quatro prioridades que deveriam organizar a ação do governo:

> (1) a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; (2) o fortalecimento da empresa privada visando à retomada dos investimentos; (3) a consolidação da infra-estrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente dos duráveis (Hermann, 2005, p. 84).

Contudo, esse período de "milagre" não perdurou muito. A partir de 1973, em função do aumento dos preços do petróleo e dos juros norte-americanos, surgiram os primeiros sinais de que essa fase de crescimento estaria terminando. Diante da "significativa dependência do Brasil à importação de petróleo e bens de capital e do elevado endividamento externo do País na época, esses choques condicionaram decisivamente a política econômica brasileira no período de 1974-84, exigindo políticas de ajuste externo" (Hermann, 2005, p. 94).

Dentro da perspectiva de elaboração de políticas de ajuste externo, o governo elaborou o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vistas a superar a crise e retomar o crescimento econômico do país. Entretanto, não será realizada, nesta pesquisa, uma discussão acerca da efetividade desse plano no cumprimento de seus objetivos, uma vez que, para tanto, seria necessário estabelecer parâmetros que extrapolariam os limites deste trabalho.

Ainda assim, mesmo com essa tentativa de saída da crise, nascida ainda na década de 1970, a economia brasileira parecia não

reagir, ao menos em um curto período. Segundo estudo desenvolvido por Pedro Fernando Cunha de Almeida (1990), publicado pela FEE, alguns dos principais aspectos dessa crise podem ser atribuídos aos seguintes fatores: estagnação da produção industrial; ociosidade produtiva nos ramos mais importantes; insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais; queda dos salários reais; especulação financeira; redução dos investimentos públicos e privados; e obsolescência da matriz tecnológica.

Logicamente, essa crise econômica também apresentou consequências políticas e sociais. Os economistas Prado e Earp (2003) salientaram que o esgotamento das possibilidades de crescimento não aconteceu apenas em decorrência do aumento dos preços do petróleo. Essa fase de crescimento teria se esgotado, segundo eles, porque, somado aos fatores externos, os próprios fundamentos do modelo que se pretendia desenvolvimentista eram originalmente frágeis e insustentáveis a longo prazo.

Portanto, no Brasil, a crise desse modelo foi consequência tanto da redução da poupança interna quanto do desequilíbrio das finanças públicas, que tornava o Estado cada vez mais endividado. Esse esgotamento se deu em função do acelerado crescimento econômico, caracterizado como um modelo frágil, pois se baseava fundamentalmente na capacidade de o Estado atrair financiamentos externos; ocorre que ele não conseguia garantir a produtividade necessária para conseguir pagar esses financiamentos, o que gerava dívida externa.

Contudo, cumpre ressaltar que, apesar da curta permanência na economia brasileira dessas altas taxas de crescimento, elas foram suficientes para entusiasmar parte da população. Esse entusiasmo, por sua vez, ocorreu sobretudo através do desenvolvimento de um aparato propagandístico em prol do governo. A seguinte passagem ajuda a esclarecer melhor essa assertiva:

> A queda da inflação e os índices de crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – foram suficientes para que os propagandistas do regime apontassem a existência de um "milagre econômico brasileiro" semelhante ao que teria ocorrido na Alemanha e no Japão no pós-guerras. O capital externo afluía de uma maneira nunca vista na história do país e a indústria batia recordes de prosperidade. As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela expansão da linha de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo a poupança interna, corrigida pela correção monetária das taxas de juros. Dirigido por tecnoburocratas civis e militares, o Brasil era anunciado pelas campanhas oficiais como um iminente integrante do Primeiro Mundo (Dolhnikoff; Campos, 2001, p. 335).

Em resumo, o período do "milagre econômico brasileiro", delimitado entre os anos 1968 e 1974, ficou tradicionalmente conhecido por essa denominação por constituir uma fase em que a economia do país alcançou elevados índices de crescimento. Esse desempenho foi suficiente, de certo modo, para que o governo organizasse um aparato propagandístico voltado à divulgação da ideia de que o Brasil caminhava em direção ao progresso. Dessa forma, "a expressão 'milagre brasileiro' passou a ser usada como sinônimo de BOOM econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo" (Prado; Earp, 2003, p. 219).

Além disso, a execução da propaganda em torno do "milagre econômico" pode ser vista e interpretada como uma forma de ofuscar a política repressiva desenvolvida durante esse perío-

do. Segundo Cordeiro, "as perseguições, prisões, torturas, mortes e exílios que se intensificaram nos anos do Milagre levaram à derrota política e militar do projeto ofensivo dos grupos de oposição armada ao regime" (2009, p. 90).

Por fim, antes de se iniciar a segunda parte deste capítulo, é importante frisar que, até o momento, não se buscou realizar uma avaliação das políticas econômicas implementadas desde a década de 1930. O objetivo foi, além de contextualizar o período, identificar alguns elementos que demonstrassem quais ações estavam sendo empreendidas pelos governos no tocante ao desenvolvimento econômico do país, mantendo como foco principal as políticas voltadas à industrialização. Essas políticas, por sua vez, foram as que forneceram mais subsídios para compreender como as ideias voltadas à disseminação de distritos e áreas industriais no Rio Grande do Sul estavam sendo pensadas.

1.2. Distritos e áreas industriais: uma tentativa de fortalecimento e expansão da indústria gaúcha

A ideia de fortalecimento da indústria no Rio Grande do Sul, como solução para os principais problemas econômicos enfrentados pelo estado, remete ao fim do Estado Novo. Além da indústria, também estavam entre os principais problemas o êxodo rural, o transporte e a energia. Essas questões relacionavam-se diretamente a "diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil" (Pesavento, 1997, p. 126).

Entre essas diretrizes político-partidárias situavam-se o Partido Social-Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL) e

o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro deles, seja com o santa-mariense Walter Jobim (1947-1951), seja com Ildo Meneghetti (1955-1959 e 1963-1964), identificava "o problema da industrialização como a meta necessária a atingir. Porém, considerava que a indústria ao incentivar e proteger deveria ser aquela que beneficiasse os produtos oriundos da agropecuária" (Pesavento, 1997, p. 126).

Já o segundo, o PL, constituído por representantes ligados ao setor rural, "defendia ser a agropecuária a forma mais correta de conduzir o progresso econômico". O terceiro, por fim, "identificava a industrialização não apenas como o problema crucial do Estado, como considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional" (Pesavento, 1997, p. 126).

No entanto, a defesa da industrialização ocorreu ainda antes desse período. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, em artigo publicado na *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política* (2004), as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo no Brasil seriam bem mais antigas, remontando ao período final do Império. Ao citar um fragmento de 1844, de Alves Branco[11], o economista manifestou surpresa com o fato de essa declaração

> antecipar em quase um século uma das marcas do desenvolvimentismo brasileiro do século XX: o entendimento de que não há oposição frontal entre os interesses 'nacionais' e da indústria, de um

[11] Fonseca cita Luz (1975, p. 24), para referendar esta opinião: "A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais" (Fonseca, 2004, p. 6).

> lado, e do capital estrangeiro, de outro. O centro da economia deve repousar no mercado interno, o "principal", mas sem o rompimento com outros países, considerados mercados "auxiliares" tanto para a indústria como para a agricultura nacional. Ficava estabelecido, também, que **embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um de seus melhores argumentos**, com apelo emocional e ideológico inquestionável. Dos mais moderados aos mais radicais, os defensores da indústria recorreriam, de aí em diante, ao nacionalismo como ponto importante de seu discurso (Fonseca, 2004, p. 6, grifo do autor).

Essa constatação, além de rever quando as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo tiveram inserção no Brasil, apontou também para a complexidade do conceito: muitas vezes, o termo acaba sendo utilizado para qualificar políticas de governo que nem sempre são efetivamente desenvolvimentistas. Isso ocorre porque o "desenvolvimentismo não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas **o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo**, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita" (Fonseca, 2004, p. 4, grifo do autor).

Nesse sentido, torna-se difícil afirmar se um governo foi ou não, de fato, desenvolvimentista, pois outras questões, além da defesa da industrialização, devem ser levadas em consideração. Assim sendo, apontar apenas para uma inspiração desenvolvimentista talvez seja o mais adequado. Essa inspiração teria permanecido e ganhado expressividade, pelo menos na forma do discurso, em ações do governo gaúcho, principalmente nas

ideias relacionadas à criação de distritos ou áreas industriais no Rio Grande do Sul.

Durante a segunda metade do século XX, no Rio Grande do Sul, situam-se ações mais efetivas, voltadas ao estabelecimento de distritos ou áreas industriais em diferentes regiões do estado, as quais envolviam tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo. Ainda que ambos tivessem os mesmos objetivos finais, atuavam de forma distinta, em razão de suas estruturas organizativas e deliberativas diferenciadas. Por esse motivo, apresentamos, primeiramente, as ações do Poder Legislativo e, em seguida, as do Poder Executivo, para que se possa compreender como eram pensadas e executadas as medidas que visavam dar continuidade à política de incentivo à industrialização do Rio Grande do Sul.

Distrito e área industrial, embora costumem ser tratados como equivalentes, não são a mesma coisa; por isso, a distinção entre eles precisa ser efetuada, para que se possa compreender cada um de acordo com suas especificidades. Com esse propósito, iniciamos citando o relatório elaborado pela Comissão Especial dos Distritos Industriais (CDI)[12], instalada em outubro de 1969. Em linhas gerais, tratava-se de uma comissão parlamentar que tinha por objetivo estudar os problemas relativos ao crescimento industrial do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, apresentar sugestões e definir estratégias capazes de fornecer subsídios não só ao Governo do Estado, mas também aos municípios que estavam elaborando projetos de industrialização. Res-

[12] Essa Comissão era composta pelos seguintes deputados: Fernando Gonçalves, presidente; Martins Santini, vice-presidente; Pedro Simon, relator; e Victor Faccioni, Moisés Velasquez e Sanfelice Netto, como demais membros. A Comissão também contava com a colaboração dos economistas Artur Paulo de Araújo Zanela e Aldo Facin, além do geógrafo Gervásio Rodrigo Neves, sob a coordenação do engenheiro químico Orion Herter Cabral e do economista Luiz Carlos Zancan.

saltamos que o foco da Comissão era estudar as possibilidades de industrialização, tendo em vista a viabilidade de criação de distritos industriais.

Foi para atender a esses objetivos que a CDI esboçou uma diferenciação entre distrito e área industrial. Segundo esse documento, o primeiro poderia ser definido como "uma porção territorial de um ou mais municípios, criado e planejado com a finalidade de locar indústrias e onde se exerce o governo de uma autoridade administrativa, no que se refere à implantação e expansão de indústrias e o suporte 'retro-industrial' necessário". Além da área industrial mencionada, comportaria "outras com características de núcleo urbano independente como: área habitacional, área de serviços, área administrativa, área verde, etc."[13].

Diferentemente do distrito, a área industrial seria apenas a "secção ou divisão de uma cidade ou distrito, criada e planejada com a finalidade de locar indústrias, aproveitando o suporte urbano da cidade"[14]. Diante do exposto, é possível notar que um projeto voltado à criação de um Distrito Industrial exige um planejamento diferenciado, uma vez que prevê e envolve um investimento maior de recursos, seja do poder público, seja da iniciativa privada. Não obstante, ambos possuem objetivos básicos semelhantes, como a necessidade de industrializar para corrigir os problemas ocasionados pelas expansões espontâneas e a "necessidade de aumentar a produtividade do capital social de apoio as indústrias, evitando a pulverização de recursos públicos"[15].

[13] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 19.

[14] Ibid., p. 19.

[15] Ibid., p. 19.

O relatório produzido pela CDI pode ser dividido em pelo menos cinco partes. Descrevê-las ajuda a compreender como seus membros chegaram às conclusões sobre o projeto estadual de fortalecimento da indústria gaúcha, entre o fim dos anos 1960 e o início dos 1970, por meio dos distritos ou áreas industriais.

A primeira parte apontava para a situação da indústria do Rio Grande do Sul naquele período. Além do diagnóstico, o documento reunia elementos que possibilitaram a investigação dos principais problemas e limites impeditivos à indústria de apresentar maior expressividade em todo o estado, em comparação com outras regiões do país. Quais sejam, a Comissão destacou:

> 1. O baixo crescimento da indústria gaúcha não se deve a falta de estímulos de demanda interna, mas a incapacidade dessa indústria em transformar estes estímulos em maior oferta concreta.
> 2. A pequena diversificação do parque industrial é bem marcada na economia gaúcha. Com efeito, oito ramos industriais produzem 76,0% da renda industrial, onde apenas quatro (indústria alimentar, química-farmacêutica, vestuário, calçados e metalurgia) concorrem com a renda gerada no setor. Mesmo dentro de cada ramo, poucos produtos perfazem mais da metade da produção respectiva.
> 3. A distância entre a estrutura industrial gaúcha e o 'padrão' brasileiro aumentou no período de 1949 a 1959, não acompanhando o grau de evolução da estrutura brasileira no tempo considerado, o que dificulta as adaptações necessárias e conduz a uma estreita dependência do setor primário da economia. Face a sua dependência deste setor, não se beneficiou do desenvolvimento industrial brasileiro.

4. Dado o pequeno porte das empresas, pode-se identificar o artesanato em grande parte delas, trazendo consigo o baixo índice de produtividade, o desconhecimento de uma tecnologia moderna e, em consequência, altos custos de produção, causando problemas quando em concorrência com os produtos das áreas mais desenvolvidas do país.
5. A instalação de novas infraestruturas viárias, como BR116, atingiram frontalmente as empresas industriais locais anacrônicas que, por longo tempo, puderam concorrer, sem modificações tecnológicas, num espaço relativamente isolado.
6. A maior parte das empresas é de capital fechado, de caráter eminentemente familiar, não caracterizando, portanto, a participação de poupança popular.
7. Cumpriria examinar todas as possibilidades de lograr uma maior participação da capacidade já instalada. Uma das formas mais visíveis da má utilização dessa capacidade se apresenta pelo seu nível de ocupação. Poucas são as empresas que não detém grau de capacidade ociosa em suas instalações, o que lhes dá possibilidade de aumentar seu produto com o mínimo de inversões adicionais. A solução desse problema depende, essencialmente de capital de giro e de maior organização interna das empresas, fatores que esbarram no tamanho das unidades produtivas.
8. Vencida a etapa de crescimento extensivo em que a produtividade geral aumentou pelo deslocamento de recursos humanos de setores menos produtivos para setores mais produtivos, caracterizada pelos equipamentos antiquados, abre-se a fase do crescimento vertical, donde a necessidade de reequipamento e modernização.

> 9. Embora a taxa bruta de investimentos seja alta, paira a do acima de 20% da renda líquida, o que demonstra alto grau de capitalização, sua estrutura mostra-se direcionada para setores de baixa produtividade, como a imobilização e as variações de estoque. Essas agregam muito pouco a renda regional, comprometendo seu ritmo de crescimento e não oferecendo, como poderia, novas condições de emprego[16].

Com base nesse diagnóstico, foram elaboradas as outras quatro partes do relatório da Comissão, intituladas, respectivamente: Distritos e Áreas Industriais; Escopo (concepção) do Trabalho; Roteiro de Trabalho e Fluxograma Qualitativo. No que se refere ao primeiro ponto, além da diferenciação entre distrito e área industrial e da definição de seus principais objetivos, foi elaborado um texto que refletiu sobre as experiências dessas áreas nos planos internacional e nacional.

Sobre a experiência internacional, o documento situou a origem das ideias relacionadas à criação de distritos e áreas industriais. Embora tenham ganhado uma maior "expressão a partir da Segunda Guerra Mundial, os Distritos Industriais já aparecem no século passado em Manchester (Trafford Park) no Reino Unido e nas proximidades de Chicago (Clearing Industrial Districts) nos Estados Unidos, ambos de iniciativa privada"[17]. Além disso, foram apresentadas outras experiências que envolveram diversos países ao redor do mundo, entre eles Japão, Itália e Austrália. Todavia, segundo o documento, a evolução ou o

[16] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 9.

[17] Ibid., p. 19.

sucesso dessas áreas só se confirmaram "quando definidas num contexto regional e dentro de uma política de desenvolvimento industrial da qual o Distrito Industrial é uma parte"[18], ou seja, de acordo com os objetivos e as especificidades de cada região.

Aspectos da experiência nacional e da localização também fizeram parte dessa segunda parte do trabalho. Quanto aos distritos industriais brasileiros, ressaltou-se que a maioria deles "foram programados dentro de uma concepção urbanística, de mero arranjo físico, isto é, sem uma análise conveniente das potencialidades existentes"[19]. Em outras palavras, muitos dos distritos foram elaborados sem um estudo detalhado de viabilidade. Ora, indiscutivelmente, esse é um dos motivos pelos quais muitas das tentativas brasileiras não atingiram as expectativas de desenvolvimento regional.

Além de todo o planejamento político que envolve a criação de distritos industriais, um dos principais fatores que definem ou não o seu sucesso é a escolha da área. Em vista disso, a localização do distrito industrial precisa ser estratégica, oferecendo o maior número de possibilidades não só para o seu crescimento, mas também para a sua consolidação. Logo, questões relacionadas ao tema também tiveram destaque no relatório:

> As condições de implantação de um Distrito ou Área Industrial, para atender a qualquer dos seus objetivos, variam segundo as peculiaridades de cada região [...], mas em todos os casos, os custos de transporte pesam consideravelmente na escolha da localização dos distritos. A escolha da

[18] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 20.

[19] Ibid., p. 21.

> localização adequada para a implantação de um Distrito Industrial será o fator determinante do sucesso ou fracasso destes empreendimentos[20].

A localização estratégica das indústrias também foi contemplada por outros estudos, entre eles o de Kon (1999). Em uma parte de seu trabalho, a autora considerou que "as escolhas econômicas de uma indústria com relação à ampliação de sua planta ou à construção de novas plantas estão relacionadas não apenas ao preço do produto, à qualidade e à decisão sobre emprego de fatores, mas também à localização a partir da qual conduzirá suas operações" (1999, p. 157). Além disso, a autora situou a origem das teorias econômicas que destacaram a importância da localização das indústrias no trabalho de Alfred Weber, no fim da década de 1920.

Kon (1999) destacou que a preocupação com a localização das indústrias passou a relacionar-se com aspectos do desenvolvimento regional. Portanto, a localização de uma fábrica passou a ser também "um projeto governamental, além de um risco exclusivo das empresas privadas. Essas preocupações, da parte do setor público, estão ligadas aos efeitos multiplicativos ou externos sobre o desenvolvimento regional e nacional, advindos da localização industrial" (Kon, 1999, p. 157)[21].

A terceira parte do relatório da Comissão Especial dos Distritos Industriais contém, entre outras questões, a elaboração

[20] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 22.

[21] No segundo capítulo desta dissertação, a discussão relacionada à localização industrial deve ser retomada. Isso porque, o caso do Distrito Industrial de Santa Maria envolveu uma problemática em que a localização foi uma das principais questões destacadas.

de dois modelos de desenvolvimento industrial considerados os mais adequados à realidade do Rio Grande do Sul. Esses modelos tiveram como base não só o diagnóstico sobre a situação da indústria gaúcha, mas também as experiências nacional e internacional no que diz respeito aos distritos e áreas industriais.

Cabe ressaltar que, para a elaboração desses modelos, levaram-se em consideração tanto a estrutura industrial já instalada quanto as perspectivas relativas à instalação de novas indústrias. Nesse sentido, o primeiro desses modelos referiu-se a complexos industriais interligados, que contemplariam as "indústrias caracterizadas por alta densidade de capital, poder germinativo e altos coeficientes de elasticidade de renda"[22] e poderiam contribuir para a correção de alguns dos problemas da indústria gaúcha, já diagnosticados na primeira parte do relatório. Em relação às indústrias que motivaram a elaboração desse modelo e que poderiam compor os complexos industriais, asseverou-se que:

> A identificação dos polos de desenvolvimento em potencial para os ramos Petroquímico e Metal-Metalúrgico e a extensão desses polos no espaço econômico do Rio Grande do Sul, foi o ponto de partida para o exame de complexos industriais, como por exemplo, a Refinaria Alberto Pasqualini, a Aços Finos Piratini e a Barra do Rio Grande. Pensa-se que a atração natural que as facilidades daquelas áreas exercem sobre aqueles ramos, criam as condições básicas para a localização dos núcleos dos complexos petroquímico e mecânico-metalúrgico[23].

[22] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 25.

[23] Ibid., p. 26.

Por sua vez, o segundo modelo proposto estaria relacionado às "indústrias isoladas, tanto as tradicionais como as dinâmicas, que não estivessem polarizadas pelos complexos e que seriam caracterizadas por uma alta densidade de mão-de-obra, custos competitivos e especialmente voltadas para um mercado local". Com esse segundo modelo, pretendia-se proporcionar, além de um aumento de produtividade, "o abastecimento local, o alto emprego de mão-de-obra e a disputa eventual de novos mercados". A adequação desse modelo à realidade do Rio Grande do Sul ocorreria, principalmente, por meio "do crédito orientado e um eficiente serviço de extensão industrial"[24].

Na sequência, a quarta parte do relatório envolveu o roteiro de trabalho, ou seja, quais poderiam ser as etapas para a concretização do processo de instalação de distritos ou áreas industriais no Rio Grande do Sul. Essas etapas tinham como objetivo auxiliar os municípios em que se pretendia instalar distritos ou áreas industriais. Os principais tópicos que deveriam ser descritos, a fim de se avaliar a viabilidade dos distritos, eram os seguintes: Objetivos, Estímulos Governamentais, Legislação, Levantamentos, Diagnósticos e Oportunidades Industriais. Por fim, na quinta e última parte do relatório, foi apresentado um Fluxograma Qualitativo, que sintetizou os principais resultados encontrados pela Comissão em relação às questões até então apresentadas.

Além do estudo relativo à situação da indústria gaúcha, dos modelos de desenvolvimento industrial que seriam mais adequados à realidade diagnosticada e do roteiro que deveria auxiliar a implantação dos distritos ou áreas industriais em solo sul-rio-grandense, o relatório apresentou considerações referentes às iniciativas que motivaram o estabelecimento dessas áreas:

[24] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 26.

> A iniciativa governamental, nos âmbitos federal e estadual, tem sido o instrumento básico para a implantação industrial no País. Ela se fez, principalmente, pelo aproveitamento hidroelétrico, pelos transportes, pela criação de empresas estatais e mistas e pelo fomento à iniciativa particular. O planejamento de áreas industriais no Brasil se deve em primeiro lugar à iniciativa dos governos estaduais, e secundariamente, aos governos municipais e à iniciativa particular. Ao governo federal, que vem desenvolvendo uma importante participação nas atividades industriais do País, deve-se, entretanto o planejamento das áreas de instalação de suas empresas, geralmente em grandes proporções, mas restritas a um único campo da atividade industrial. Cronologicamente, o Estado do Rio Grande do Sul foi o segundo a formular uma política estadual de desenvolvimento industrial, valendo-se do princípio dos Distritos Industriais, sem ter sido entretanto, acompanhado de medidas capazes de levá-lo à prática[25].

Outrossim, o documento registrou alguns episódios relativos às tentativas de elaboração de políticas voltadas à industrialização do Rio Grande do Sul. A saber, ainda em 1953, teve destaque a criação do projeto de uma "Cidade Industrial", uma das primeiras iniciativas do Governo do Estado em prol de uma política específica de industrialização, com vistas à criação de áreas industriais. O exemplo citado compreenderia a Cidade Industrial do Delta. Nesse caso, na tentativa de sua efetivação, o Estado teria atuado na declaração de desapropriação de terras para esse fim. Essa cidade industrial localizar-se-ia no município

[25] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 5.

de Guaíba, próximo a Porto Alegre. Porém, a ideia foi abandonada em razão das muitas dificuldades encontradas.

Já na década de 1960, cogitava-se a construção de distritos industriais – inclusive em uma área de Porto Alegre, onde o Estado interveio na declaração de utilidade pública da terra, para posterior desapropriação[26] – e discutia-se a forma como o governo deveria intervir para viabilizá-los

> em 1960, técnicos do Gabinete de Administração e Planejamento do Estado estudaram o problema e estabeleceram as orientações básicas de um plano de industrialização estadual, que deveria, a longo prazo, fundamentar-se no estudo da situação vigente da indústria, das suas necessidades e perspectivas. Visava auxiliar a expansão das indústrias existentes e a criação de novas, realizar investimentos regionais de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento industrial e estabelecer o zoneamento industrial do Estado, indicando as indústrias mais aconselháveis para cada região[27].

Outras formas de auxílio que deveriam ficar a cargo do Estado também foram descritas no relatório elaborado pela CDI, inspiradas, essencialmente, na experiência mineira:

> As diversas formas previstas de auxílio por parte do poder estadual às indústrias, cujo interesse ao desenvolvimento econômico se configurasse, eram a facilidade de crédito, a participação do Estado no capital da empresa, fornecimento de energia elétrica gratuita por determinado perío-

[26] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 5.

[27] Ibid., p. 5.

> do e a facilidade de obtenção de áreas urbanizadas por parte das indústrias, através da criação de Distritos Industriais, nos moldes da experiência mineira[28].

Além do relatório da CDI, que se propunha a explicitar de que formas as ações em torno dos distritos e das áreas industriais poderiam promover o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, realizou-se, na Assembleia Legislativa, em 1969, a Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, com as seguintes finalidades:

> a) Proceder ao levantamento sócio-econômico atualizado do Rio Grande do Sul, traçando um quadro tão exto quanto possível da realidade estadual;
> b) analisar as necessidades, tendências e possibilidades econômicas e sociais do Estado;
> c) sugerir medidas para coordenar e acelerar o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul;
> d) dar a mais ampla divulgação aos resultados que alcançar, publicando cada conclave, ao final de seus trabalhos, uma "Carta de Conferência".[29]

Dessa Conferência poderiam participar não apenas os parlamentares gaúchos, mas também "representantes dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, de órgãos técnicos, científicos e culturais, públicos e privados, de entidades de clas-

[28] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 5.

[29] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul: Problemas e Perspectivas para a Industrialização do RGS. Porto Alegre, 1969, p. 2.

se e comunitárias, bem como outros interessados, previamente inscritos"[30]. As discussões e os trabalhos ali gerados serviram de subsídio para a elaboração de planos e projetos voltados à expansão do número de indústrias no Rio Grande do Sul. O próprio relatório da CDI, por exemplo, teve esse material como referência.

Dessarte, essas foram as principais ações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em prol do estudo de elementos que contribuíssem para que a indústria gaúcha aumentasse sua participação na renda do estado.

A partir desse momento, destacamos as ações no âmbito do Poder Executivo estadual. Em 1975, o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, estabeleceu algumas metas voltadas à industrialização. Entre elas, a de que o Rio Grande do Sul pretendia "estruturar e consolidar uma economia dinâmica, moderna e capaz de ofertar um volume de emprego compatível com o seu crescimento populacional, especialmente o contingente urbano, e que contenha os elementos de um crescimento autônomo e qualitativamente saudável"[31], ainda na década de 1970.

Com esse intuito, e levando em conta a realidade do estado – não apenas as vantagens, mas também as limitações existentes para a localização industrial –, "o Governo do Rio Grande do Sul fixou linhas mestras de atuação na promoção industrial, que definiu os diversos níveis e intensidades no uso de seu instrumental de apoio e incentivo a indústria"[32]. Dentro dessas metas, o governo estabeleceu dois níveis de apoio e incentivo.

[30] Ibid., p. 3.

[31] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Política de industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1975, p. 4.

[32] Ibid., p. 4.

O primeiro nível de ação seria aplicável a qualquer atividade industrial, desde que obedecidas as limitações municipais. Nesses casos, o Estado propunha-se a "melhorar progressivamente seu sistema infra-estrutural econômico e social e perseguir tenazmente a adequada expansão do sistema bancário". Essa ação visava aprimorar o apoio oferecido à atividade industrial e era "objeto de ação das diversas Secretarias do Estado, conforme planos propostos e que se orientam no sentido de maior racionalidade e eficácia do aparelho administrativo estadual". Além disso, o governo previa apoiar "os projetos enquadrados plenamente em suas prioridades setoriais e locacionais em seus contatos e pleitos junto ao Governo Federal, o que é facilitado pela concordância existente entre as prioridades federais e estaduais"[33].

No segundo nível de ação, o Estado fixou quais seriam as prioridades setoriais e locacionais. Elas representavam os "objetivos a alcançar no que se refere à estrutura da indústria e sua especialização, cujo atendimento e satisfação constituem as contrapartidas empresariais". Para tanto, pretendia-se mobilizar, "em diversas combinações e intensidades, os diversos incentivos sob comando do Governo Estadual"[34]. Situavam-se entre as prioridades setoriais[35]: matérias-primas para fertilizantes, o Polo Petroquímico, o Complexo Industrial Carbonífero, insu-

[33] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Política de industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1975, p. 5.

[34] Ibid., p. 5.

[35] Conforme consta no material produzido pela Secretaria de Coordenação e Planejamento (1975, p. 9), "na fixação das prioridades setoriais foram levadas em conta as estruturas industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil, a evolução da demanda nacional e local, as vantagens comparativas que deverão prevalecer no atendimento dessa demanda, os 'vazios' industriais já existentes e sua possibilidade de preenchimento no Rio Grande do Sul, a complementação potencial entre novas indústrias e o desenvolvimento da atividade agropecuária gaúcha e o desenvolvimento e melhor uso da base de recursos naturais do Rio Grande do Sul".

mos básicos, o Complexo Metal-Mecânico e as agroindústrias. Já quanto às prioridades locacionais, o governo previa "atingir um duplo objetivo: obter economias de aglomeração que diminuam os custos de infra-estrutura das empresas e reespacializar a atividade econômica, a fim de evitar concentrações urbanas onerosas e desaconselháveis"[36]. A partir dessas diretrizes, distinguem-se as ações para os distritos industriais e as ações para as áreas industriais:

> Os Distritos Industriais contarão com todos os incentivos disponíveis e terão sua organização acelerada de modo prioritário. As áreas industriais terão apoio só na medida em que seus próprios projetos forem passíveis de avaliação econômica. Os primeiros estarão a cargo do Estado e essas sob responsabilidade dos municípios[37].

A maior atenção dada aos distritos em relação às áreas industriais devia-se ao fato de que estas últimas ficariam sob a responsabilidade dos municípios. Não que deixassem de ser incentivadas pelo Estado, mas demandavam um investimento menor de recursos em comparação com os distritos industriais, o que tornava viável uma iniciativa maior por parte dos municípios.

Depois de expostas as ações prioritárias do Governo do Estado, a fim de cumprir o que havia sido estabelecido como política de industrialização para o Rio Grande do Sul, dividiram-se as atribuições entre a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria de Indústria e Comércio, a Comissão Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI) e o

[36] RIO GRANDE DO SUL, 1975, op. cit., p. 19.

[37] Ibid., p. 19.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Agência de Fomento/RS (BRDE-BADESUL).

Em 1977, foi elaborado, pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, um material referente à criação da Comissão Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais, ocorrida em maio de 1971. Essa Comissão foi pensada para formular ações administrativas sistematizadas em prol da difusão de áreas ou distritos industriais no Rio Grande do Sul. Portanto, a publicação desse material tinha por objetivo "divulgar os princípios básicos de atuação sistematizada do Setor Público do Rio Grande do Sul, em relação a concessão de auxílio da Administração Estadual, às solicitações de Municípios, referentes a Distritos ou Áreas Industriais"[38].

Nesse documento, elaborou-se uma espécie de mapa evolutivo das principais fases e características da abordagem institucional em relação ao tema. Convém sublinhar que a criação da CEPEDI aparece como referência para o início de uma atuação administrativa mais sistematizada e eficiente. Há, também, menções a iniciativas isoladas que não estavam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estado e que, por isso, não foram detalhadas. Duas exceções foram o "Plano do Delta do Jacuí (1957)" e a "Cidade Industrial de Porto Alegre (1961)", que chegaram a receber do Estado alguns estudos preliminares:

> Ambas, tomadas com rigor técnico particularmente notável quando situadas em um estágio em que poucas eram as informações e mesmo realizações concretas de Distritos Industriais, pretendiam proporcionar condições de localiza-

[38] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p. 9.

> ção industrial, não em função de necessidades já constatadas de área industrial, mas prevenindo situações que se prenunciavam pela observação do eixo Rio-São Paulo. Essas iniciativas, como realização concreta, não foram além da declaração de utilidade pública das respectivas áreas indicadas [Plano do Delta do Jacuí e Cidade Industrial de Porto Alegre] e, vencido o prazo legal de reserva, encerraram-se quaisquer referências administrativas às mesmas[39].

Depois disso, em 1969, "foi abordada pela primeira vez no Estado, uma orientação quanto à transferência de terrenos do patrimônio público à empresas industriais"[40]. Essa iniciativa foi efetivada por meio da Comissão Especial Coordenadora da Área Industrial do Porto de Rio Grande (CECAIPRG), que reunia órgãos da União e do Estado. Tratava-se do "início do Projeto do Distrito Industrial de Rio Grande que, por sua importância e complexidade crescente, tornou-se o grande elemento motivador da tomada de decisão administrativa de institucionalização dos mecanismos referentes à política de implantação de Distritos e Áreas Industriais no Estado"[41].

Para além das ações sistematizadas, o Estado concedeu, através de suas Secretarias, alguns apoios tanto à elaboração de projetos quanto à realização de obras de infraestrutura. Evidentemente, os apoios foram concedidos a municípios que pretendiam estabelecer suas áreas industriais. Dentre eles, destaca-se o caso de Farroupilha como "o que mais êxito obteve quanto às

[39] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p. p. 11.

[40] Ibid., p. 12.

[41] Ibid., p. 12.

suas reivindicações que, **aliado ao dinamismo local**, realizou boa parcela de sua Área Industrial"[42].

Durante pelo menos um ano e meio, a atuação da CEPEDI ficou praticamente restrita à criação do Distrito Industrial de Rio Grande e ao "acompanhamento das iniciativas do Governo Federal frente à instalação do Complexo Portuário Industrial". Porém, "desde a primeira reunião do CEPEDI, em vinte e um de julho de 1971, foi destacada a necessidade de uma política de distritos industriais em nível de Estado estar embasada em: - detecção de oportunidades industriais e, política de ordenação industrial"[43].

Quanto a uma das primeiras atribuições da CEPEDI, constava, nesse documento, a elaboração de uma triagem que avaliaria quais distritos industriais deveriam ter prioridade de instalação. Além disso, dizia-se "que a colaboração do Estado em áreas industriais não se daria através da aquisição dos respectivos terrenos"[44]. Porém, em 1973, ocorreu uma alteração nas diretrizes da CEPEDI em função das reivindicações dos municípios. Essas mudanças inauguraram uma fase na qual o Estado passou a ter algum tipo de coparticipação nas iniciativas municipais, geralmente relacionadas aos recursos necessários à implantação física. No entanto, as iniciativas mais decisivas ainda deveriam partir dos municípios. Nesse sentido,

> as áreas industriais municipais, **onde, de alguma forma, houve resposta à necessidade mais imediata apontada pela Prefeitura**, foram: Bento

[42] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p.12 [Grifo nosso].

[43] Ibid., p. 13.

[44] Ibid., p. 13.

> Gonçalves, Caxias do Sul, Cruz Alta, Farroupilha, Estrela, Flores da Cunha, Gravataí, Horizontina, Nova Prata, Pelotas, Santa Rosa, Santana do Livramento e Taquara[45].

Também em 1973, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)[46] vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio. A Companhia visava à execução da política de instalação de distritos industriais e estava em consonância com as ações da CEPEDI.

> Entre 1973 e 1974, foram aprovados outros Distritos Industriais de integral responsabilidade do Estado e que desde seu início tiveram execução delegada à CEDIC por determinação da [Secretaria de Indústria e Comércio] SIC: Santa Maria e Butiá, por indicação da STAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social, objetivando, através desse último, amenizar as condições de desemprego oriundas do fechamento das minas de carvão; Cachoeirinha e Gravataí, em função da demanda revestida de prioridade de atendimento a empresas de avançada tecnologia, alta densidade de capital, absorvedoras

[45] RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p. 14 [Grifo nosso].

[46] A CEDIC foi criada pela Lei n.º 6.530, de 12 de janeiro de 1973 e, conforme o Artigo 1º: "É o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade anônima de economia mista e capital autorizado, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul-CEDIC, com o objetivo de prestar assistência e consultoria técnicas na elaboração, execução e implantação de estatutos, programas e projetos relacionados com a política estadual de promoção e dinamização do desenvolvimento industrial e da comercialização do produto do Estado". Esta lei foi decretada pela Assembleia Legislativa, sancionada e promulgada pelo Governador do Estado naquela época, Euclides Triches.

> de mão-de-obra especializada, reclamando localização na região metropolitana[47].

No decorrer dos anos, a CEDIC foi absorvendo as funções da CEPEDI, embora a instalação do Distrito Industrial de Rio Grande tenha sido a última atribuição a ser transferida, em 1975. Em retrospectiva às ações realizadas em prol dos distritos e das áreas industriais, constatou-se que "os recursos encaminhados aos Municípios em atendimento as solicitações formuladas em relação as suas áreas industriais, foram insuficientes para permitir a qualquer uma delas condições de funcionamento". Nesse cenário, evidenciou-se "a necessidade de serem estabelecidos critérios que permitissem alocar os recursos escassos entre Municípios que se caracterizassem como prioritários para receber esse atendimento"[48].

Diante da constatação de que o Estado não conseguia fornecer o atendimento e o apoio necessários para que os municípios criassem seus distritos industriais, a partir de meados de 1975, a CEPEDI fixou algumas diretrizes, quais sejam:

> a) sustar a definição de outros Distritos Industriais sob integral responsabilidade do Estado, concentrando os recursos orçamentários ou captados pela CEDIC na conclusão das etapas iniciadas de Cachoeirinha, Butiá, Gravataí, Rio Grande, Santa Maria;
> b) restringir a participação do estado nos Distritos e Áreas Industriais municipais através da desapropriação de terras, inclusive sustando projetos já iniciados, através de declarações de utilidade pública;

[47] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 14.

[48] Ibid., p. 15.

> c) canalizar sua atuação para municípios que, feita uma seleção através de critérios técnicos, demonstrassem maior grau de viabilidade para a implantação de suas áreas industriais, enfrentando uma realidade administrativa que não permite a total omissão frente as iniciativas municipais[49].

Então, a partir dessas diretrizes, foram elaborados critérios para definir quais locais necessitavam de maior apoio do Estado, bem como quais deles reuniam os fatores mais favoráveis à criação da área industrial. Dentre esses fatores, levaram-se em consideração:

> Como condição básica, a demanda comprovada de área por estabelecimentos industriais em vias de implantação, em confronto com a inexistência de terrenos ou sua existência, mas com precárias condições de infra-estrutura de apoio [...]. Simultaneamente realizou-se a avaliação da capacidade financeira da Prefeitura relativamente ao empreendimento, baseada no pressuposto de que a iniciativa e promoção são municipais, agindo o Estado de forma complementar. Outro fator a ponderar baseou-se em que a criação da área industrial não viesse a ocasionar a sobrecarga da infra-estrutura física e social da cidade, mas que suas necessidades, por hipótese pudessem ser satisfeitas dentro do quadro esperado da evolução urbana, com ajustes de pouca expressão[50].

[49] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 16.

[50] Ibid., p. 16.

Tomando a área ou distrito industrial como um projeto de investimento, a CEPEDI definiu, por meio de uma metodologia específica de trabalho, seus critérios e as áreas prioritárias – ou seja, estratégicas e carentes de uma ajuda mais imediata. Pelo que se pôde perceber, era usual comparar as possibilidades de uso dos recursos entre os municípios, a fim de hierarquizá-los. Além disso, os municípios eram avaliados de acordo com as características e potencialidades das regiões em que estavam inseridos e, posteriormente, agrupados segundo esses critérios.

De imediato, foi excluída a Região Metropolitana, pois nela "as prioridades de distritos e áreas industriais são propostas pela Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN e referendadas pelo Conselho. Decorre daí a exclusão de seis (6) Municípios dessa área". Ainda, "foram eliminados aqueles Municípios já atendidos pela Administração Estadual. Estão suprimidos também, por não se coadunarem com o objetivo básico da pesquisa, os Municípios sedes de programas de incentivo industrial promovidos diretamente pelo Estado". Ou seja, "dessa primeira seleção restaram, corretamente integrados com os princípios básicos do seguimento exposto, 47 Municípios, correspondendo a dez (10) regiões"[51]. De acordo com essas premissas, foi organizado o Tabela 1 a seguir[52]:

[51] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 19.

[52] Ibid., p. 20.

AREA DE ABRANGENCIA DA PESQUISA

	FUNÇÃO (CENTRO)	NÍVEL	NÚMERO DE CENTROS	REGIÃO METROPOLITANA	CENTROS PESQUISADOS
I	SUPRA-REGIONAL (1ª ORDEM)	5º	1	1	-
II	SUPRA-REGIONAL (2ª ORDEM)	4ºA	4	-	3
III	REGIONAL	4ºA	1	-	-
		4ºB	5	-	4
IV	SUB-REGIONAL	4ºB	1	1	-
e	e	3ºA	10	1	6
V	ESPECIAL	3ºB	12	2	7
VI	DE APOIO	2ºA	7	-	4
TOTAL		-	41	5	24

	FUNÇÃO (CENTRO)	NÍVEL	DISTRITOS INDUSTRIAIS E PROGRAMAS ESPECIAIS DO ESTADO	COM SOLICITAÇÃO ATENDIDA	NÃO PESQUISADOS
I	SUPRA-REGIONAL (1ª ORDEM)	5º	-	-	-
II	SUPRA-REGIONAL (2ª ORDEM)	4ºA	1	-	-
III	REGIONAL	4ºA	1	-	-
		4ºB	-	-	1
IV	SUB-REGIONAL	4ºB	-	-	-
e	e	3ºA	1	-	2
V	ESPECIAL	3ºB	-	1	2
VI	DE APOIO	2ºA	1	-	2
TOTAL		-	4	1	7

FONTE: Classificação Regional - SISDRU/SDO.
CEPEDI

I - SUPRA-REGIONAL DE 1ª ORDEM - METRÓPOLE REGIONAL - Porto Alegre desenvolvendo influência a nível estadual, dadas as suas funções de central decisória administrativa e sócio-econômica, caracterizada por elevada concentração populacional e de equipamento.

II - CENTRO SUPRA-REGIONAL DE 2ª ORDEM - Com influência sobre espaços externos ao da Região onde se situam, objetivando a alocação de recursos e equipamentos de âmbito supra-regional com atração na economia e na organização de áreas mais amplas.

III - CENTRO REGIONAL - Representantes do nível regional por excelência com funções importantes na administração do processo do desenvolvimento, dado o seu papel de articuladores diretos da vida das regiões.

IV - CENTRO SUB-REGIONAL - Representando um primeiro nível de polarização no tocante a distribuição de bens e serviços de média especialização, com a influência sobre a organização de unidades sub-regionais.

V - CENTRO ESPECIAL - Assim consideramos pelas funções estratégicas que desempenham no contexto estadual.

VI - CENTRO DE APOIO - Objetivando um maior equilíbrio da rede urbana regional.

Tabela 1. Área de Abrangência da pesquisa. Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p. 20.

De forma mais específica, para a confecção da tabela anterior, foram estabelecidas sete premissas básicas, posteriormente sintetizadas em três critérios que determinavam se um município receberia ou não o auxílio do Estado para a construção de seu distrito ou área industrial. A saber, os três critérios eram:

> a) Capacidade de participação no empreendimento (Área Industrial) por parte da Prefeitura, em um número mínimo de 50% do investimento total;
> b) Investimentos privados (Empresas Industriais) demandando instalação na Área Industrial do Município solicitante;
> c) Suporte urbano e organização regional coerentes com a pretensão da Área Industrial[53].

Ou seja, caso os municípios não atendessem pelo menos aos dois primeiros critérios, não receberiam auxílio do Estado para o estabelecimento de suas áreas industriais. Depois de "definida a necessidade do Município ser o agente promotor da instalação da Área Industrial e o Estado intervir supletivamente na alocação dos recursos, adotou-se como pressuposto que a aplicação municipal não poderia ser inferior a 50% do investimento total", sendo que:

> O tempo médio fixado para a aplicação dos investimentos básicos foi estimado em 10 anos, divididos em duas (2) fases distintas. A primeira, os cinco (5) anos iniciais, caracteriza-se pela criação da infra-estrutura mínima necessária à instalação das primeiras indústrias, correspondendo ao em-

[53] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 22.

> basamento da realização. A segunda, compreendendo os cinco (5) anos restantes, caracteriza-se pela complementação da infra-estrutura básica, instalação de novas indústrias e funcionamento mais produtivo dos investimentos privados; é a fase ativa do processo[54].

No mesmo documento, foi determinado o rateio dos investimentos básicos nas áreas industriais, isto é, as porcentagens de responsabilidade do Estado e das prefeituras. Nesse sentido,

> estimou-se que o primeiro quinquênio deverá consumir em média 30% do investimento total, sendo que o restante dos investimentos (70%) serão realizados durante a segunda fase. Na primeira fase o responsável principal pelas aplicações será o Estado, representado estas, até 24% do total a investir. A aplicação do Município neste período deverá corresponder a, no mínimo, 6% do investimento total. No segundo quinquênio o Estado aplicará até 26% do investimento total e o Município no mínimo 44% (...) no segundo quinquênio, período ativo do processo, o Município estará recebendo diretamente as repercussões positivas da área, possuindo assim maior capacidade e incentivo para investir[55].

Na sequência, foi apresentada a forma como deveria ocorrer a participação das prefeituras nos investimentos:

[54] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 23.

[55] Ibid., p. 23-24.

> A forma de participação da Prefeitura até o montante previsto poderá ter composição variável, sendo constante apenas a parte correspondente ao valor do terreno, uma vez que a desapropriação deverá sempre ser feita pelo Município. O restante do investimento poderá ser realizado através de obras necessárias à implantação, tais como estrada municipal, obras de arte, de acesso a área, prédios para a instalação de entidade encarregada da implantação, horas-máquina de equipamento de terraplanagem ou pavimentação e demais facilidades julgadas oportunas[56].

Posteriormente, foram tecidas considerações a respeito dos investimentos privados nos distritos e áreas industriais. Quanto a isso, estabeleceu-se "uma hierarquização de Municípios, em função do maior ou menor grau de expectativa dos empresários, no sentido de se localizarem nas Áreas Industriais". Essas expectativas eram traduzidas na elaboração, pelas empresas, de um projeto capaz de manifestar a intenção de se instalar em determinado local. Tais projetos, por sua vez, foram substituídos por questionários elaborados pela CEPEDI, que deveriam ser preenchidos pelas empresas interessadas em se instalar nessas áreas. A importância desse questionário também foi destacada no documento:

> A avaliação dos projetos industriais das empresas interessadas em localizar-se em um Distrito ou Área Industrial é importante, porque permite visualizar, prever e quantificar repercussões decorrentes dos investimentos, como também, possibilita uma ade-

[56] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 24.

> quação entre disponibilidade e necessidades. Através das repercussões é possível conhecer benefícios que um conjunto de projetos de uma determinada área irão gerar, os quais comparados ao custo dos investimentos totais na mesma área identificarão a maior ou menor viabilidade de implantação do distrito. Estes dados hierarquizarão os aglomerados industriais, em função do retorno dos investimentos globais aplicados. As necessidades de cada indústria, também são fator importante, pois a comparação entre as disponibilidades e perspectivas da área, indicará o grau de adequação daquele projeto industrial, àquela área. A análise sob este prisma procurará evitar as localizações industriais imperfeitas, auxiliando indiretamente a macrolocalização das áreas fabris[57].

Às questões levantadas e contempladas nos materiais publicados, tanto pelas Comissões da Assembleia Legislativa, quanto pelo Governo do Estado, é necessário acrescentar outros aspectos. Afinal, diferentes fatores podem ter contribuído para que os governos da época optassem pela adoção de uma política industrializante.

Durante a segunda metade do século XX, ocorreu um significativo crescimento da população urbana no Rio Grande do Sul. Esse fato não se restringiu ao estado ou ao país, tratava-se de uma tendência global, que se acentuou em razão do avanço do modo de produção capitalista. Inserido nessa lógica, o governo gaúcho depositava na industrialização a chave para a consolidação de um sistema econômico moderno. Além disso, havia uma atmosfera positiva em torno dessas iniciativas, prin-

[57] RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 25-26.

cipalmente das que foram intensificadas durante o período de "milagre econômico".

Embora as ideias de criação de áreas industriais não sejam recentes, é no contexto de crescimento acelerado da economia, no início da década de 1970, que se situam as propostas de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria. Todavia, esse era um projeto que não se destinava apenas à própria cidade, mas também a outras do Rio Grande do Sul, conforme exposto, pois considerava-se que o estado ainda mantinha problemas nesse setor econômico e, portanto, deveria superá-los.

Desse modo, a tentativa de industrialização foi uma das pautas principais do Governo do Estado, tanto que o próprio governador Euclides Triches, em 1975, por meio do relatório anual sobre a situação dos negócios do estado, encaminhado ao Poder Legislativo, destacou que a indústria era um dos setores prioritários no que se referia à aceleração do crescimento econômico e à elevação dos níveis de bem-estar da sociedade sul-rio-grandense. Ainda, nesse mesmo relatório, houve a tentativa de demonstrar que o Rio Grande do Sul estava forte, unido e imune aos efeitos da crise econômica mundial.

Em suma, neste primeiro capítulo, procuramos estudar de que forma as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo permearam a formação histórica do Brasil, desde pelo menos o início do século XX. Essas ideias também ficaram evidentes durante a fase de crescimento econômico pela qual a economia brasileira passou entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970. Foi justamente nesse período que, no Rio Grande do Sul, se pensou em ações que proporcionassem o desenvolvimento da indústria. Convém acentuar que essas ações estavam teoricamente embasadas em estudos relacionados à criação de distritos ou áreas industriais, tal como apresentado até aqui.

Nesse contexto, Santa Maria também passou a planejar um projeto de industrialização para a cidade, que teria como principal elemento o Distrito Industrial de Santa Maria – o foco do segundo capítulo, apresentado nas próximas páginas.

2.

Santa Maria e o seu Distrito Industrial

Santa Maria é um município localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi emancipado em 1858 e possui uma área de aproximadamente 1.780,194 km², com cerca de 280 mil habitantes[58]. Sua localização geográfica pode ser observada na Figura 1, na página seguinte.

Historicamente, a maior parte do capital econômico da cidade proveio da agropecuária e do setor de serviços, com destaque para o comércio. Isso ocorreu, principalmente, pelo fato de Santa Maria ter sido um dos principais centros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Ademais, a cidade possuía, e ainda mantém, um grande contingente militar, além de ocupar uma localização geográfica favorável, no centro do estado situado no extremo sul do Brasil e, portanto, próxima da Argentina e do Uruguai. Essa posição geográfica privilegiada pode ser observada nas Figuras 2 e 3:

[58] RIO GRANDE DO SUL. **Santa Maria** – Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: https://tinyurl.com/frshszdz. Acesso em: 18 ago. 2026.



Figura 1.
Localização Geográfica de Santa Maria. Fonte: Wikipédia. Município de Santa Maria. Disponível em: https://tinyurl.com/85y2rh9r. Acesso em: 18 ago. 2026.

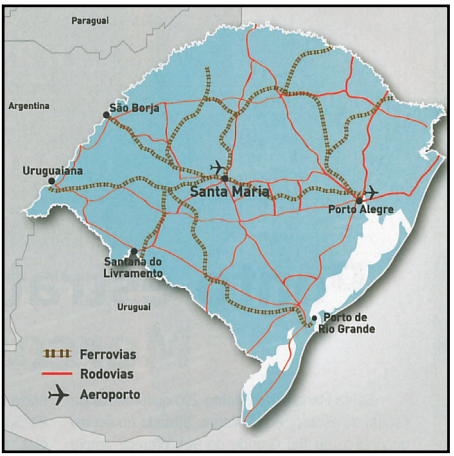


Figura 2.
Mapa do Rio Grande do Sul com destaque para as Linhas Férreas e Rodoviárias. Fonte: ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 18.



Figura 3.
Distância de Santa Maria para outros centros, em km. Fonte: ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 18.

Como já observado, sua posição fez com que a cidade se tornasse um dos principais entroncamento das linhas férreas do estado, conforme detalhou Grunewaldt (2010), a partir da construção da linha Porto Alegre-Uruguaiana, cujo primeiro trecho foi entregue em 1884. Isso fez de Santa Maria um importante e dinâmico entreposto comercial, por onde passava boa parte do tráfego férreo do estado. A partir de então, "a imagem de vilarejo foi sendo deixada para trás e, com a chegada dos escritórios da Cia. Belga, em 20 de julho de 1905, com a construção das oficinas na cidade e no Km 3, Santa Maria chega ao século XX, como importante centro ferroviário" (Grunewaldt, 2010, p. 336).

A pesquisadora Márcia Kaipers Machado também destacou a importância que a localização geográfica teve para a constituição de Santa Maria, já que a cidade estava inserida no contexto das disputas em torno do Prata, surgindo "como uma importante referência geográfica para a conquista portuguesa no Sul e na guarnição das fronteiras" (Machado, 2012, p. 31). A autora evidenciou a influência e a relevância militar de Santa Maria, iniciada mesmo "antes de sua fundação com o acampamento da comissão demarcadora de limites" (Machado, 2012, p. 44). Nesse sentido, correlacionou o fato de a cidade permanecer com significativo contingente militar justamente a esse processo histórico-geográfico que a originou:

> O município de Santa Maria, localizado na região central do Rio Grande do Sul, se constitui, hoje, no segundo maior contingente militar do país, em termos operacionais (poder bélico), conferindo a cidade uma importância estratégico-militar. Essa presença militar no território de Santa Maria pode ser analisada de acordo com o processo histórico-geográfico que determinou a sua origem.

> As unidades militares federais hoje aqui instaladas reportam-se a história colonial, imperial e republicana do Brasil, através da materialização de algumas delas que no passado desempenharam importante papel na conquista e defesa das fronteiras no sul do país (Machado, 2012, p. 31).

Antes disso, Padoin (1992) havia relacionado o início da atividade comercial em Santa Maria ao Acampamento Militar, instalado na região em função da necessidade de demarcação dos limites territoriais, que, por sua vez, acabava atraindo um grande número de comerciantes para a região. Nesse caso, "o grande número de funcionários públicos ligados a Viação Férrea, acrescido dos militares, gerou uma demanda considerável, ou seja, eram consumidores em potencial (setor alimentício, vestuário, habitação)" (Padoin, 1992, p. 10).

Posteriormente, mesmo com a crise do sistema ferroviário, o setor de serviços conseguiu se sustentar, pois a cidade foi se delineando como um importante centro universitário e passou a abrigar a primeira Universidade Federal do interior do Brasil, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960. Em síntese, "com a criação da Universidade Federal de Santa Maria, o número de estudantes (população flutuante), de professores e funcionários ligados a esta, contribuíram para que a tradição de centro comercial se mantivesse" (Padoin, 1992, p. 10-11). Além disso, o contingente militar da cidade também permaneceu em constante ascensão. Um exemplo dessa presença militar foi a inauguração da Base Aérea de Santa Maria, em 1971.

As atividades ligadas à agropecuária também tiveram origem na formação histórica do município. Segundo Machado (2012, p. 32), "em torno do gado vacum fez surgir o tropeirismo, que abriu caminho pelos quais conduziam-se as tropas de gado

vacum, muar e cavalar para serem comercializados nas feiras em Laguna, Sorocaba, São Paulo e Minas Gerais". Até o fim do século XIX, no caso, a pecuária configurou-se como a principal atividade econômica agrícola de Santa Maria.

Depois disso, principalmente por conta dos fluxos migratórios da Europa para o Brasil, a agricultura passou a ser fortalecida em Santa Maria. Essas afirmações encontram correspondência no trabalho de Beber (1998, p. 151-152):

> Até fins do século XIX, assim como ocorria em toda a campanha gaúcha, a mais importante atividade econômica de Santa Maria foi a pecuária. A partir da década de 1880, dada a forte participação de sucessivas levas de imigrantes alemães e italianos, estes em maior número, a agricultura, paulatinamente, foi superando a pecuária em valor produzido [...]. No fim do século passado e nas três primeiras décadas do século XX, a produção agrícola era tanta que se tornou necessária exportação em grande escala de alfafa, milho, banha, fumo, arroz, feijão e batatinha. Nas estações da Viação Férrea de Estação Colônia (atual Camobi), Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria, embarcavam-se produtos para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Uruguai e Argentina. Santa Maria tornou-se a maior exportadora de alfafa da América Latina. Favorecida pela nova fonte de riqueza, mais dinheiro passou a circular na cidade, sobretudo no comércio. Para cá vinham os colonos a cavalo ou de carroça, portando suas malas de garupa para realizarem compras de mercadorias, não existentes nos bodegões de seus redutos coloniais.

Em consonância, Padoin (1992) já havia relacionado a produção agrícola de Santa Maria à presença de imigrantes europeus. Segundo a autora, essa considerável produção deveu-se em grande parte ao "elemento imigrante alemão e italiano, que se dedicavam a esta atividade, principalmente no terceiro e quarto distritos rurais, São Pedro do Sul e Silveira Martins, respectivamente" (Padoin, 1992, p. 29).

É provável que, entre outros fatores, tenha sido em decorrência do desempenho histórico dos setores citados que Santa Maria não ficou reconhecida por suas indústrias, pois, em comparação com o setor de serviços, por exemplo, a indústria mantinha uma expressão menor, – o que pode ter contribuído para que ela recebesse menos atenção.

Não obstante, assim como acontecia com o comércio, mas em menor proporção, a indústria local também se beneficiava da existência da Viação Férrea, pois era favorecida pelo escoamento de sua produção, voltada principalmente à "elaboração de matérias-primas agropecuárias" (Padoin, 1992, p. 30).

Padoin (1992) aprofundou essa reflexão ao explicar os motivos pelos quais pode ter ocorrido uma redução dos investimentos na indústria, não só em Santa Maria, mas também em boa parte do Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisadora, como a industrialização da cidade esteve vinculada à agropecuária, facilitada pela Viação Férrea, a crise desta última e a política governamental orientada para a agricultura empresarial de exportação "contribuíram para o declínio da produção agropecuária local, onde se dedicavam, nesta região, a policultura em pequenas e médias propriedades. Isso contribuiu consequentemente, para o decréscimo da indústria vinculada a este setor" (Padoin, 1992, p. 61-62).

Essa realidade permaneceu até pelo menos o fim da década de 1960, quando as prioridades governamentais passaram a ter

uma orientação maior para a indústria. Obviamente, existiam estabelecimentos industriais em Santa Maria, mas a maioria deles ou beneficiava os produtos agrícolas ou era artesanal, isto é, não dispunha de muita tecnologia e empregava pouca mão de obra. Nesse contexto, a incipiência da indústria santa-mariense foi registrada no Plano Diretor Municipal de Santa Maria, elaborado em 1969:

> A atividade industrial em Santa Maria pode ser caracterizada, não apenas pela sua incipiência, mas também pela ausência nos últimos anos de qualquer força dinamizadora.
> No modelo Colonização da Região – voltada mais para a pecuária e de formação do núcleo urbano de Santa Maria – centro militar e ferroviário – devemos buscar as causas desse desleixo pela industrialização. Não houve até agora motivos que induzissem à atividade industrial, eis que sempre surgiam válvulas de escape para a ocupação dos fatores de produção disponíveis[59].

No entanto, foi a partir desse mesmo ano que a cidade acompanhou, pelo menos ideologicamente, a euforia propiciada pelo crescimento acelerado da economia. Logo, discussões acerca da necessidade de se desenvolver um projeto de industrialização local, que revertesse a situação da indústria na cidade, passaram a ganhar evidência. A proposta de se criar um Distrito Industrial, no caso, foi o exemplo mais concreto desse cenário. Essa mesma constatação também foi observada no trabalho elaborado por Padoin (1992, p. 43-44):

[59] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Diretor de Santa Maria**, 1969, p. 18.

> A partir do final dos anos 60, as regiões mais desenvolvidas do Brasil (eixo Rio – São Paulo – Minas Gerais) estavam em uma fase eufórica – expansionista do capitalismo industrial, destacando na década de 70, a fase do chamado "milagre brasileiro". Em Santa Maria, no referido período, prevalecia o acúmulo de capital, oriundo, especialmente, da atividade comercial (65% do dinheiro que circulava). O momento histórico e os empresários de Santa Maria, através da CACISM, contribuíram para a construção de um projeto de industrialização local, no qual o Brasil estava inserido, mais efetivamente a partir de meados dos anos 30.

Como mencionado anteriormente, a destinação de uma área para a instalação de um Distrito Industrial foi a principal alternativa de crescimento para o empresariado local, em grande parte por causa da política de disseminação de distritos e áreas industriais no Rio Grande do Sul. Assim, além da política favorável, empresários e políticos santa-marienses concentraram esforços para a concretização desse projeto.

Padoin (1992, p. 59) destacou que o Distrito Industrial de Santa Maria era "aspiração máxima da CACISM". Todavia, salientou que, apesar de o projeto do Distrito Industrial ter surgido no período de "milagre brasileiro", sua oficialização só aconteceu posteriormente, no período de crise econômica, agravada pela alta dos preços do petróleo, pela elevação da inflação e pelo aumento dos preços das matérias-primas e dos produtos industrializados. Com isso, "como soluções para todos esses problemas, a classe empresarial [via], na industrialização local, a solução mais indicada, gerando empregos e criando riquezas" (Padoin, 1992, p. 59).

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Beber (1998) também registrou como a questão da industrialização de Santa Maria circulava entre os empresários locais. O autor enfatizou que, no início da década de 1970, a diretoria da Associação Comercial de Santa Maria havia identificado o problema das indústrias locais e, por isso, teria se convencido da "necessidade de promover uma campanha em prol da industrialização do município. Para atingir esse objetivo, várias propostas de incentivos foram cuidadosamente analisadas. Uma delas foi aprovada imediatamente: propor à Prefeitura Municipal a criação de uma área industrial ou um distrito industrial" (Beber, 1998, p. 270).

Contudo, embora os estudos de Padoin (1992) e Beber (1998) apontem que a ideia de industrialização de Santa Maria, a partir da construção de um Distrito Industrial, tenha origem no empresariado local, representado pela CACISM, é possível afirmar que o modelo de distritos ou áreas industriais já vinha sendo pensado, ao menos de forma mais ampla. Em outras palavras, ainda que Santa Maria tenha elaborado um projeto próprio – seja por incentivo da CACISM, seja dos próprios políticos locais – voltado à expansão industrial, essa perspectiva já vinha ocorrendo em boa parte do Rio Grande do Sul e em outros estados, que, inclusive, serviram de modelo para a política de industrialização sul-rio-grandense.

Isso retoma o que foi apontado na segunda parte do capítulo anterior, em que se situou a Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, realizada em 1969, como um importante espaço no qual se debateram os principais problemas e as perspectivas para a industrialização do estado. A Conferência apontava os distritos e as áreas industriais como importantes meios para se chegar a esse fim, os quais deveriam ser incentivados pelo Governo do Estado. Além disso, em nível

local, o Plano Diretor de Santa Maria, de 1969, já apontava para a criação de um Distrito Industrial na cidade – isso antes mesmo do projeto supostamente elaborado pela CACISM em 1971, segundo Padoin (1992, p. 45).

Todavia, é preciso dizer que essa atuação do Estado, de forma alguma, invalida o que foi construído pelos empresários e políticos santa-marienses, principalmente no que se refere às ações voltadas à construção do Distrito Industrial de Santa Maria; apenas recua um pouco a origem dessa discussão, situando-a no debate mais amplo sobre os distritos industriais, favorável a esse tipo de política de industrialização.

As dificuldades que envolviam o setor industrial em Santa Maria também ganharam espaço no jornal *A Razão*. O periódico chegou a veicular informações a respeito de ações que estavam sendo efetuadas com a finalidade de sanar essa problemática, tal como mostram diversos de seus fragmentos, principalmente no período entre 1968 e 1973. O trecho a seguir foi selecionado por demonstrar, com clareza, a proporção que esse problema atingia e, ao mesmo tempo, como estavam sendo articuladas as alternativas de solução:

> Atendendo a um chamado da Delegacia Regional do Banco Central da República, no Rio Grande do Sul, o Dr. Luiz Menna Barreto Pellegrini, presidente da Câmara de Vereadores da nossa cidade, viajou para a Capital do Estado. Aproveitando a sua estada em Porto Alegre, o presidente do Poder Legislativo da cidade convidará o Secretário da Indústria e Comércio, Roberto Pires, para vir a Santa Maria, a fim de debater com as autoridades e entidades locais, o problema da industrialização de nosso município. Pretende o Presidente da Câmara de Vereadores de nossa cidade, realizar aqui

> uma mesa redonda com o Secretário da Indústria e Comércio do Estado e as principais autoridades e forças vivas da cidade, para debater a urgente industrialização do município. Sabe-se que diversas indústrias desejam instalar-se em Santa Maria, daí o maior interesse do vereador Luiz Menna Barreto Pelegrini, em trazer o Sr. Roberto Pires, para debate o assunto[60].

Em outra passagem, a ação dos empresários em prol da industrialização também foi evidenciada. Nela, destacou-se o papel da indústria como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e o Distrito Industrial como o grande viabilizador desse desenvolvimento:

> A industrialização. Considerando-o como um fator definidor do desenvolvimento, sob todos os seus aspectos, implicações e repercussão procuram dar-lhe prioridade sobre todos os outros problemas que estão a espera de uma correta e adequada solução [...]. Para o gradativo e crescente robustecimento da economia do município, nada poderá ser mais decisivo do que a implantação de um parque de indústrias. Implantando-o, instalando um conjunto de fábricas e fazendo-as funcionar e produzir, é que se dará uma resposta construtiva ao apelo formulado em torno das exigências do progresso. Por força de circunstâncias diferentes ensejadoras de felicidade não proporcionadas anteriormente, nossa cidade possui invejável condições para promover a sua industrialização. É isso o que interessa [...]. Implantar um

[60] SECRETÁRIO de Estado virá a Santa Maria: industrialização. **A Razão**, 08 de abril de 1971, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

> Distrito Industrial é um tema santa-mariense, que está sendo perfeitamente interpretado pela classe empresarial do nosso município. É o grande tema da atualidade santa-mariense para o qual convergem todas as atenções, indistintamente, porquanto a todos interessa. É tema que, de certa forma, significa um desafio à capacidade realizadora da nossa gente. É desafio que deverá ser enfrentado resoluta e corajosamente por todos quantos forem convocados para essa importante empreitada, decisiva para o desenvolvimento do nosso município[61].

Paralelamente, a concepção que relaciona o Distrito Industrial à possibilidade de proporcionar a expansão industrial e o desenvolvimento foi registrada em 1972, no Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria, encomendado pela Prefeitura Municipal, em nome do então prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, com autorização da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, à empresa Urbanismo, Planejamento, Arquitetura e Administração Municipal Ltda. (URPLAM). Conforme apresentado no documento, "o crescimento populacional urbano, gerado pelo equipamento de serviços disponível na cidade, não foi, porém, acompanhado pelo crescimento econômico". Essa teria sido "a principal circunstância que determinou a contratação dos estudos do Distrito Industrial, como primeiro passo para o desenvolvimento do secundário"[62].

No Plano Diretor de 1969, inclusive, há uma referência que demonstra como, em outras cidades brasileiras e em outros paí-

[61] O OBJETIVO do empresariado. **A Razão**, 28 de outubro de 1971, p. 4. AHMSM.

[62] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. URPLAM, 1972, p. 19-20.

ses, a criação de distritos industriais contribuiu para promover, de forma eficaz, o desenvolvimento industrial: "A experiência mundial e mesmo nacional tem demonstrado que quando se deseja intensificar ou ativar um processo de desenvolvimento industrial rapidamente, a maneira mais adequada é a criação dos chamados Distritos Industriais"[63].

Ora, essa mesma constatação, com base em exemplos bem-sucedidos, também foi feita no Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. Para demonstrar a funcionalidade dos distritos, os autores utilizaram exemplos de estados como Minas Gerais, Paraná, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Também salientaram o pioneirismo do estado de Minas Gerais e identificaram o Rio Grande do Sul como "o segundo estado brasileiro a traçar uma política de desenvolvimento industrial baseando-se nos distritos industriais"[64].

O exemplo de outros estados também foi um dos principais argumentos utilizados por deputados estaduais ao solicitarem a constituição de uma Comissão Especial para estudar a viabilidade dos distritos industriais no estado, dadas as respostas positivas que eles já estariam demonstrando. Esse argumento constou no processo de criação da Comissão Especial dos Distritos Industriais, n.º 1.746, de outubro de 1969, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, requerido pelo deputado Fernando Gonçalves e outros dezesseis parlamentares.

> Sabe V. Exa. também, que no Brasil, no campo da implantação de distrito industrial, temos algumas experiências, a grande maioria com sucesso.

[63] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Plano Diretor de Santa Maria, 1979, p. 73.

[64] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1972, op. cit., p. 27.

> Os objetivos que levaram a criação de distritos industriais no país, podem ser resumidos assim: Nordeste – finalidade precípua de proporcionar locais favoráveis para implantação de indústrias que aproveitem os incentivos fiscais; Minas Gerais – drenagem de capitais provindos do setor de produção primária e sua destinação à área industrial, além de fixar a mão-de-obra no próprio território mineiro. Em São Paulo se tem feito loteamentos industriais que vem alcançando sucesso, simplesmente pelo fato de o Estado oferecer condições para que as indústrias se localizem em áreas mais amplas[65].

Efetivamente, o processo de industrialização de Santa Maria estava sendo discutido nos mais variados meios, sejam eles políticos, empresariais ou de comunicação. Nesse sentido, merece destaque a realização de um seminário, organizado pela Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Santa Maria (SEASM), que tinha como objetivo principal o estudo sobre a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria:

> A SEASM convidou para primeiro conferencista o Arquiteto Danilo Menezes Landó, autoridade gaúcha no setor de planejamento, dissertando sobre a necessidade de iniciar-se os trâmites com racionalização e acompanhada de um planejamento adequado das nossas condições para atingirmos uma industrialização compatível com as necessidades e alternativas da região. A seguir e com a concordância unânime da gabarita assis-

[65] ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Processo n° 1.746, 1969, p. 2.

> tência presente, foi salientada pelo Arquiteto Landó, a necessidade imediata de execução do projeto do Distrito Industrial, pois a partir dele é que teremos os parâmetros definitivos, como localização do Distrito, disponibilidade de mão-de-obra, energia e todas as demais condições primárias que juntas, dirão da magnitude do Distrito[66].

Antes disso, ainda em 1969, o jornal *A Razão* já destacava as expectativas em torno da efetivação de um projeto de industrialização da cidade. Entre elas, apontavam-se as principais vantagens que a concentração industrial em uma área específica poderia proporcionar à cidade:

> A implantação de um Distrito Industrial, traria vantagens imediatas, pois além de absorver uma grande parte da mão de obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grandes somas de recursos que viriam de fora, e que muito beneficiariam a economia local.
> O Distrito Industrial reduziria os custos para que as empresas aqui pudessem se instalar facilitando a sua operação e instalação, além do que poderia aumentar o processo da instalação de indústrias. Diminuiria o custo dos Serviços Públicos, pois estaria o mesmo reduzido com a concentração de indústrias[67].

Sem dúvida, a instalação de um Distrito Industrial fazia parte de uma discussão mais ampla, que também envolvia a cons-

[66] SEASM - INDUSTRIALIZAÇÃO de Santa Maria em pauta: SEASM. **A Razão**, 17 de abril de 1971, p. 16. AHMSM.

[67] O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. **A Razão**, 29 de maio de 1969, p. 6.

trução do primeiro Plano Diretor de Santa Maria, o de 1969. Os planos diretores, de forma geral, podem ser importantes fontes de pesquisa, pois se configuram como um dos principais documentos que norteiam as ações do poder público, bem como da iniciativa privada, no que tange ao planejamento municipal. Portanto, esse tipo de documento deve ser elaborado a partir do diagnóstico e da avaliação das potencialidades e limitações locais, para que então possam ser formuladas as diretrizes mais adequadas e capazes de resultar em ações mais efetivas.

Entretanto, nem tudo o que aparece descrito nos planos diretores acaba sendo cumprido por aqueles que têm a responsabilidade sobre a sua execução. De qualquer forma, é possível reafirmar a importância desse tipo de planejamento, apresentado como um elemento de aspiração, ou seja, um instrumento definidor do que se pretende para a cidade, principalmente em termos de desenvolvimento e orientação urbana.

Além disso, é um instrumento que vai além do planejamento, sendo também de natureza política, pois, ao definir quais são as ações e as prioridades do poder local, fazem-se escolhas. Nesse viés, a respeito do Distrito Industrial de Santa Maria, que até então deveria localizar-se no Bairro Camobi, o Plano Diretor de 1969 tecia algumas considerações, levando em conta o caráter político que o documento também assumia.

Ou seja, segundo o que foi registrado no Plano Diretor, o Distrito Industrial poderia proporcionar aos empresários a oportunidade de reduzir de imediato seus custos, principalmente no que se refere à instalação das indústrias. Por conseguinte, isso poderia contribuir para o aumento dos investimentos em outros itens necessários, relacionados não só à instalação, mas também ao funcionamento dos empreendimentos.

Com base no estudo elaborado por Bryce (1970), salientamos que "o preço da terra e dos edifícios constitui, no caso de muitas indústrias, parte substancial dos investimentos totais", pois as "medidas que permitirem ao investidor potencial evitar toda ou parte dessas despesas reduzirão os riscos a que está exposto e poderão contribuir para aumentar-lhe a calculada taxa de lucratividade" (1970, p. 341).

O senhor Odilo Pedro Marion, a respeito desse tema – que envolve não só a área, mas também a construção dos pavilhões –, detectou um problema que, segundo ele, contribuiu para que o Distrito Industrial de Santa Maria não tivesse sucesso imediato, principalmente entre os empresários, e que, de certa forma, está em conformidade com o que fora descrito anteriormente por Bryce (1970). Trata-se da prática utilizada pela CEDIC para a distribuição dos lotes e dos benefícios de instalação no Distrito Industrial de Santa Maria:

> [...] assim que a empresa recebesse o lote, tinha quatro anos para se instalar, pagando as prestações, depois de instalada e funcionando recebe a escritura e tem quatro anos no máximo para se instalar, porém qual a fábrica, qual é a indústria que vai pegar o seu dinheiro, o seu capital para fazer o galpão? Quem fizer isso está falido no dia seguinte, pois perde o seu capital de giro, o seu capital próprio, faz o galpão e não tem matéria prima, não tem dinheiro para contratar[68].

O excerto ajuda a dimensionar o quão complexas eram as questões que envolviam a criação de um Distrito Industrial,

[68] Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

as quais não se resumiam à sua localização ideal e estratégica. Em outros termos, um Distrito Industrial deveria estar bem orientado por uma por política de industrialização, de modo que as principais diretrizes de ação, embora complexas, já deveriam estar determinadas desde o momento em que se pensara que Santa Maria poderia abrigar um distrito industrial.

Além dessas questões, a criação de um distrito industrial também possibilitaria o aumento do número de empregos na cidade, o que poderia beneficiar a população de Santa Maria e região. Assim como ocorreu em outros locais, esperava-se que a cidade recebesse uma população migrante para trabalhar nas indústrias. Nesse sentido, o aumento da oferta de mão de obra contribuiria para a redução dos custos de produção, uma vez que, à medida que aumenta o número de trabalhadores disponíveis, intensifica-se a pressão sobre o mercado de trabalho, podendo contribuir para a redução dos salários. Em suma, esse processo permite não apenas a redução dos custos de mão de obra, mas também a produção de bens a preços mais baixos e, consequentemente, mais competitivos no mercado.

É possível que a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria tenha estimulado, em alguma medida, o processo migratório; contudo, a comprovação dessa relação demandaria uma investigação específica. De todo modo, é possível afirmar que a busca por "trabalho" se configura como um dos principais fatores impulsionadores da migração[69]. Kon (1999, p. 141) assevera:

[69] Essa conclusão pode ser alcançada com base comparativa em um estudo realizado por Antico (1997, p. 98), que apontou os principais motivos das migrações para o estado de São Paulo entre o período de 1980 a 1993: "Os resultados relacionados aos motivos da última mudança (entre 1980 e 1993 apontam que a grande maioria destes refere-se a fatores profissionais, familiares e de moradia, os quais representam 40,6%, 21,1% e 12,8%, respectivamente, do total dos motivos declarados. Em seguida, apresentam-se conhecimento anterior do local (7,1%), maior acesso à infra-estrutura e serviços (4,7%), segurança e qualidade de vida (3%) e custo de vida mais baixo (2%)".

> A transferência de mão-de-obra do setor Primário para o Secundário em busca de novas oportunidades, embora se dê em condições de excedente de população rural, não se verifica apenas quando seriam compensadores os custos sociais de transferência do setor tradicional para o moderno. Em fases iniciais do desenvolvimento econômico, à medida que aumenta a oferta de empregos industriais, ditos modernos, através de novos investimentos da coletividade, ela é atendida pelo trabalhador então subempregado no setor tradicional agrícola ou nos centros urbanos em atividades terciárias. Com este aumento de oportunidades no setor moderno, um maior número de pessoas se anima a emigrar, de modo a deixar constante o contingente de desempregados, que esperam serem absorvidos, pelo setor, o que nos países em desenvolvimento raramente se verifica completamente.

A ocorrência de um processo migratório para Santa Maria em função da instalação do Distrito Industrial também pode estar relacionada à formação de um exército de reserva de mão de obra – tal como mencionado anteriormente e reforçado pela discussão de Kon (1999) –, o que poderia contribuir para a redução dos custos com a mão de obra. Ou seja, ainda que Santa Maria não apresentasse, no mesmo período, um desenvolvimento industrial avançado em comparação com outras regiões do Brasil, ou mesmo do Rio Grande do Sul, a possibilidade de redução dos custos com a mão de obra, influenciada por um fluxo migratório, poderia ter incentivado os empresários a instalar suas indústrias na cidade. Essa ideia pode ser observada a partir do estudo elaborado por Pacheco e Patarra (1997, p. 25-26):

> Uma vez retirados os últimos obstáculos à mercantilização da força de trabalho, criaram-se as condições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial: a grande indústria reflete aqui não apenas uma forma técnica de organizar a produção, mas sintetiza a ideia de uma dinâmica de acumulação especificamente capitalista, que resolve *per se* os entraves à acumulação, entre eles o da oferta e demanda da mão-de-obra.
>
> A análise desse processo, desde que efetuada por seu vínculo estrutural ao sistema social emergente, remete a questão migratória ao processo de formação de um exército industrial de reserva – na formulação clássica de Marx para o excedente populacional do capitalismo originário. Desta forma, a questão da dimensão da transferência populacional se redefine, sendo focalizada sob o prisma de sua possibilidade de inserção no sistema produtivo, e não sob o ângulo de seu tamanho absoluto. A gênese da questão migratória na sociedade industrial, portanto, é inerente a formação do excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista (1997, p. 25-26).

Na mesma perspectiva, Nogueira (1991) abordou questões referentes aos processos migratórios no contexto de acumulação capitalista, entendidos como estratégia de recomposição da força de trabalho e do exército industrial de reserva e como modo de anular as pressões sobre os níveis salariais. Dessa forma, o rearranjo espacial da população, "antes de ser um ato soberano [...], seria uma determinação da estratégia de desenvolvimento capitalista, que, com a criação de desigualdades regionais, condicionaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central" (Nogueira, 1991, p. 42).

Sobre isso, Botega (2012) considerou a existência de uma "especificidade do processo de urbanização de Santa Maria", pois, segundo ele, o crescimento da população urbana da cidade "não se deu especificamente ao êxodo rural gerado pela industrialização, conforme a lógica geral do Brasil" (Botega, 2012, p. 81). Para o historiador, o crescimento urbano teria ocorrido muito mais em função do comércio e da criação da UFSM.

Ainda assim, apesar de a ocorrência de migrações em função da indústria ter sido planejada quando se pensou o Distrito Industrial, algumas questões podem ter contribuído para que esse processo não ocorresse de forma imediata. Entre elas, destaca-se o estímulo tardio às indústrias em Santa Maria, de modo que, quando se vivenciou a grande inversão populacional, parte dos migrantes teve de buscar outros espaços de trabalho.

Em virtude disso, não é possível verificar a ocorrência de um surto migratório para a indústria como o que Fontes (2002) detectou em São Miguel Paulista; embora se trate de uma cidade do interior como Santa Maria que, durante a década de 1970, ainda estava construindo uma política de industrialização, com base na criação de um Distrito Industrial. Vale dizer que isso, de modo algum, nega a existência de outras indústrias na cidade, apenas salienta que a preocupação com a industrialização em Santa Maria passou a ser mais efetiva e/ou mais evidente a partir do fim da década de 1960, ou seja, quando novos espaços de trabalho precisavam ser criados para uma população cada vez maior.

Em relação à absorção de mão de obra, o Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria fez referência ao comércio santa-mariense, visto que, mesmo em crescimento, não estaria conseguindo absorver toda a mão de obra disponível, principalmente se levada em consideração a ocorrência de migrações, sobretudo originárias do campo:

> Dentro do setor terciário do Município, avulta a atividade comercial. O ritmo de crescimento do setor supera, em muito, os níveis estaduais, no período da análise. O crescimento das vendas do município é de 7.7% a.a., enquanto que, no Estado, é de 3,7% a.a.. O crescimento do pessoal ocupado igualmente duplica em Santa Maria, os índices relativos ao Estado.
>
> No entanto, a capacidade de absorção de mão-de-obra, no setor, é limitada e não proporcional ao aumento das vendas. Mesmo assim, foi responsável, em 1970, pelo emprego de 38.600 pessoas[70].

Nesse contexto – no ínterim entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970, período em que a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria estava sendo planejada não só no âmbito local, mas também nas perspectivas nacional e estadual –, a ociosidade, ou a não ocupação da mão de obra disponível, era uma questão relativamente preocupante. Afinal, vivenciava-se, no Brasil, uma Ditadura de Segurança Nacional, em que a falta de ocupação era um fator determinante para a desordem[71].

Padoin (1992) destacou que, em Santa Maria, principalmente a partir da década de 1980, houve um número acentuado de demissões, não só na indústria, mas também no comércio, em função do crescimento negativo que ambos apresentaram. Decerto, Santa Maria não se diferenciava quanto à crise econômica pela qual passava o Brasil durante toda aquela década. A falta de

[70] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971, op. cit., p. 20.

[71] Algumas das ideias que relacionam o crescimento econômico do período do "milagre econômico" a manutenção da ordem social já foram abordadas no primeiro capítulo, mas podem ser complementadas com o seguinte trabalho: DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

emprego não atingia apenas os trabalhadores não qualificados: "a mão-de-obra profissional/intelectual formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)" também era afetada. Isso fortalecia a ideia da "industrialização de Santa Maria como a solução de um dos problemas da região" (Padoin, 1992, p. 66): o desemprego.

Por conseguinte, no Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria, há referências à possibilidade de um "fazendeiro moderno" tornar-se um "proprietário de indústria":

> Pela complexidade que envolve a administração de uma "fazenda moderna", crê-se ser possível a transformação do moderno fazendeiro, especialmente aqueles com uma vivência mais ampla, em capitães de indústrias, e, na história da industrialização do Rio Grande do Sul, existem inúmeros exemplos dessa transformação[72].

A transformação mencionada estaria relacionada ao processo de modernização agrícola e à valorização e ao incentivo do latifúndio durante a década de 1970. Tais mudanças, por sua vez, teriam contribuído para o deslocamento em direção às cidades de trabalhadores e famílias que detinham pequenas propriedades e/ou menos recursos para continuar investindo no campo. Nesse ensejo, considerou-se que um "fazendeiro moderno" poderia transformar-se em um "proprietário de indústrias": aquele que, não conseguindo permanecer no campo, dadas as novas demandas impostas pelo processo modernizador, poderia

[72] DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 43.

encontrar espaço na cidade, atuando, por exemplo, como um empresário do ramo industrial. Cabe ressaltar que havia ainda um outro grupo de população migrante, que não dispunha de recursos e propriedade, necessitando de algum tipo de trabalho para angariar meios de sustento.

Conforme acentuado, essa transformação estava relacionada ao fenômeno global que alterou a estrutura social, na qual uma sociedade urbana passou a atrair um contingente populacional cada vez maior. Esse tipo de migração, ficou historicamente conhecido como êxodo rural. Santa Maria também vivenciou esse processo, tal como mostra a Tabela 2 a seguir:

Ano	População total (hab.)	População urbana (hab.)	População rural (hab.)	Taxa de urbanização (%)
1950	83.001	35.097	47.904	43.2
1960	120.975	36.961	85.014	30.6
1970	156.609	124.193	32.473	79.3
1980	181.579	154.565	27.014	85.1
1990	214.159	192.415	21.744	89.8
2000	243.611	230.696	12.915	94.7
2010	261.031	248.347	12.684	95.1

Tabela 2. Evolução Populacional de Santa Maria/RS (1950 a 2010). Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Escritório da Cidade: Diretoria e Planejamento. **Indicadores socioeconômicos e ambientais de Santa Maria/RS**: Análise demográfica do Município. Santa Maria, 2012, p.5.

Os dados acima ajudam a dimensionar o quão expressiva foi a inversão populacional ocorrida entre os anos 1960 e 1970.

Os valores mostram que a população urbana de Santa Maria, na década de 1970, multiplicou-se por mais de três vezes em relação à década anterior, enquanto a população rural decaiu em proporção semelhante. Esse fenômeno, que paulatinamente foi alterando o cenário urbano e rural, produziu transformações sociais que acabaram gerando certos desequilíbrios, principalmente os relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação, entre outros.

Em suma, as questões relacionadas à migração influenciaram diretamente no planejamento de uma área ou distrito industrial, visto que havia pessoas sem qualificação que precisavam ser inseridas no sistema produtivo, o que, efetivamente, impactava os níveis salariais. Ou seja, quanto maior o número de pessoas não qualificadas, menores os salários que tendem a receber. Por esse motivo, era interessante produzir uma propaganda favorável a esse tipo de migração. Um exemplo disso pode ser verificado no fragmento extraído do jornal *A Razão*, de 1974:

> O gaúcho de ontem e de hoje, com a sua simplicidade não se conteve e parou para ler a placa de identificação do local onde teremos, muito breve, o Distrito Industrial de Santa Maria. O espaço físico já existe e está materializando e inspirando confiança. As indústrias ainda são uma expectativa, mas que com o trabalho e cooperação de todos, será uma realidade.
>
> O gaúcho de ontem e de hoje, com seu olhar tranqüilo, sereno e esperançoso, antevê no Distrito Industrial de Santa Maria a perspectiva de dias melhores para si e sua família, pois que ao natural estarão, nesse local de trabalho, necessitando de sua mão-de-obra e quem sabe da de seus familiares. Hoje, apenas uma placa, amanhã, prédios

> e chaminés e uma cidade cada vez maior e com melhores condições de vida[73].

Outro tipo de migração possível está relacionado à mão de obra qualificada, ou em vias de qualificação. Nesse caso, Santa Maria teria condições de impulsionar esse processo, devido à presença da Universidade Federal de Santa Maria e de cursos técnicos voltados à formação de profissionais para atuar na indústria. Exemplo disso é a própria criação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), em 1967, com o objetivo inicial e principal de "formar mão-de-obra técnica de nível médio", em decorrência "dos interesses e da necessidade do setor industrial que estava em processo de afirmação na região, nas décadas de 1960 e 1970" (Pommer; Lima, 2012, p. 377).

Na documentação pesquisada, encontramos referência ao papel que a UFSM poderia assumir como fornecedora de mão de obra qualificada para o setor industrial. Esse papel viria também a colaborar para "a mobilização de recursos humanos do setor terciário para o processo de industrialização"[74].

Após o exposto, passamos ao estudo mais detalhado de como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, levando em consideração todas as questões mencionadas e, ainda, outras que precisam ser incluídas ao longo desta reflexão.

[73] UMA realidade. **A Razão**, 02 de julho de 1974, p. 01.

[74] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971,op. cit., p. 43.

2.1 A primeira proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria como uma das fases da sua etapa de instalação

No caso do Distrito Industrial de Santa Maria, mais especificamente em seu processo de instalação, convém, para uma melhor apreciação do trabalho, realizar uma subdivisão em três etapas. A primeira é composta por duas fases, a saber: uma relacionada à ideia inicial de criação do Distrito Industrial; e outra relacionada ao seu deslocamento, ou seja, à sua transferência para outra área da cidade.

Essas duas fases compõem a primeira etapa, isto é, a instalação do Distrito Industrial, que teve como marco inicial o ano de 1968, quando as políticas de aceleração do crescimento se tornaram mais efetivas e a criação de distritos industriais no Rio Grande do Sul passou a ser uma alternativa para solucionar os principais problemas da indústria gaúcha. Essa etapa encerrou-se em 1975, quando o Distrito foi oficialmente instalado. Cabe destacar, porém, que as indústrias só começaram a se estabelecer nele a partir de 1977, dando início, efetivamente, à sua ocupação.

Em seguida, iniciou-se a segunda etapa, correspondente à fase de expansão do Distrito Industrial, que se estendeu até, pelo menos, 2009. Nesse período, ocorreu certa inércia em relação ao Distrito, pois foram poucas as ações efetivas, frutos de alguma política industrial local e/ou regional. Essa etapa não foi objeto desta pesquisa; por isso, apenas alguns aspectos mais pontuais devem ser abordados.

A terceira e última etapa refere-se à fase de afirmação e retomada de uma política de industrialização para a cidade, tendo como foco principal o Distrito Industrial de Santa Maria. Essa retomada produziu resultados interessantes, entre os quais a

municipalização, em 2009, e a criação do Parque Tecnológico, o Tecnoparque, inaugurado em 2013.

Em relação à primeira etapa do processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, destacamos o que foi publicado no jornal *A Razão*:

> Num acontecimento qualificado de "histórico" o prefeito Rolim Sobrinho assinou ontem o Decreto executivo nº 024/71, que declara a utilidade pública, para fins de desapropriação da área onde será instalado o Distrito Industrial. O decreto relativo assinala: "O Prefeito municipal de Santa Maria, usando as atribuições que lhe são conferidas em lei e de acordo com proposições da Comissão do Plano Diretor decreta: Artigo 1-É declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 93 hectares, localizada na zona de expansão urbana da cidade de Santa Maria, próximo ao quilômetro 4, da faixa Santa Maria-Camobi (RS-3), destinada a implantação do Primeiro Distrito Industrial de Santa Maria". O decreto assinala ainda as confrontações da área considerada: "Ao norte, faixa de domínio da estrada de ferro Santa Maria-Porto Alegre (RFFSA), a leste, a avenida principal da Vila Presidente Vargas, ao sul, faixa de domínio da estrada de rodagem – RS3, e, a oeste a linha seca continuação sul-norte da estrada municipal para São José, até encontrar a faixa de domínio da RFFSA". O segundo artigo do decreto estipula: "Este decreto entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições ao contrário"[75].

[75] PREFEITO desapropria a área do nosso Distrito Industrial. **A Razão**, 05 de junho de 1971, p. 16. AHMSM.

Instalado oficialmente em 1975 – com as indústrias chegando a partir de 1977 –, o Distrito Industrial teve seu projeto inicial previsto para o Bairro Camobi, nas margens da BR-287, tal como antecipado anteriormente. Contudo, negociações entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal fizeram com que ele fosse construído em uma área da Fazenda Santa Marta, que seria desapropriada, na região oeste da cidade.

Para a escolha da primeira área, onde deveria situar-se o Distrito Industrial, foi elaborado um projeto (Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria), em 1971, produzido por técnicos especializados que avaliaram, entre outras questões: a disponibilidade de transportes, de energia elétrica, de água e de comunicações; o lançamento de resíduos; a topografia, o solo e a vizinhança; e como seriam os processos de aquisição da terra (desapropriações) e de mão de obra.

Esses elementos, apontados pelo estudo como determinantes para a escolha do local de instalação de indústrias, foram descritos no trabalho de Kon (1999) como a macro e a microlocalização da indústria. A primeira, para a autora, seria responsável por definir "a região mais ampla onde deverá ser estabelecida a planta industrial, tendo em vista além de razões de ordem econômica aspectos técnicos" (Kon, 1999, p. 158). Nesse caso, destacam-se os custos e a eficiência dos transportes, as áreas de mercado, a disponibilidade e os custos da mão de obra, o custo da terra, a disponibilidade de energia, o suprimento de matérias-primas, a disponibilidade de água, a eliminação de resíduos, os dispositivos fiscais e financeiros e as economias de aglomeração, além de elementos intangíveis.

Já a microlocalização industrial seria uma etapa posterior à macrolocalização. Nessa fase, segundo Kon (1999, p. 166), ocorre a "análise locacional para a escolha do terreno dentro da região

que oferece as melhores vantagens para aquele tipo específico de produto". No que se refere aos aspectos da microlocalização industrial, a autora destacou as condições do relevo, a qualidade do solo, as vias de acesso e de comunicação, os serviços públicos, a capacidade de infraestrutura e a situação legal da propriedade, além de outros dispositivos legais e da existência de instalações.

No primeiro projeto do Distrito Industrial, houve um planejamento sobre quais indústrias poderiam ocupar a área industrial, feito de acordo com o desejo das indústrias de se instalar na cidade e com os fatores locacionais, ou seja, com aquilo de que a indústria necessitaria para sua instalação e funcionamento em determinada região e com a possibilidade de dispor desses elementos necessários[76].

Através desse estudo, foram selecionados os vinte perfis industriais mais adequados, conforme os critérios anteriormente mencionados, a saber: Centro de Sucata; Calçados para Homens; Ventiladores; Refrigeradores Comerciais; Folha de Borracha Recuperada; Artigos de Couro; Frigorífico de Aves; Corretivos de Solos; Inseticidas; Rações para Animais; Maionese; Arquivos e Móveis de Aço; Mobiliário de Madeira; Conservação de Produtos Perecíveis; Pães, Massas, Doces e Biscoitos; Recuperação de Óleo Lubrificante; Esquadrias de Alumínio; Ferragens e Ferramentas; Sacos de Plástico e Moldagem de Plástico[77]. Depois de elaborada a lista, foi traçado o perfil de cada indústria, levando em consideração aspectos relativos à característica do produto, às vantagens e aos problemas que elas poderiam encontrar, bem como à quantidade de produção, à área de construção, à mão de obra, ao investimento e à rentabilidade prevista.

[76] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, op. cit., 1971, p. 44.

[77] Ibid., p. 57.

Em consonância ao estudo, os principais desafios referentes à concretização do Distrito Industrial de Santa Maria estavam relacionados aos custos de sua instalação, que deveriam ser assumidos não somente pelo setor público, mas também pela iniciativa privada. Além disso, o projeto inicial previa a construção em etapas, sendo que a primeira delas mantinha a preocupação com o escoamento da produção: "A primeira etapa contém a avenida principal do Distrito Industrial, o Centro Comunitário e 28 lotes de 1500 m². Está delimitada, ao sul, pela RS-3 e, ao norte pela ferrovia – possibilitando, assim, a disponibilidade de transporte ferroviário ao Distrito, desde sua primeira etapa"[78].

Indubitavelmente, o projeto de construção do Distrito Industrial era completo, no sentido de que previa, além de todas as etapas do desenvolvimento, o traçado a ser adotado, o sistema viário, as áreas destinadas a carga, descarga e estacionamento, o tamanho e as condições de ocupação dos lotes, o projeto urbanístico, o centro comunitário, os serviços auxiliares e o conjunto habitacional.

O conjunto habitacional aparece como um elemento que merece atenção, haja vista que os trabalhadores residentes nas proximidades do local de trabalho influenciam nos custos finais dos produtos: além de poderem produzir pressões que contribuem para a redução dos níveis salariais, também colaboram para a diminuição dos custos com transporte, por exemplo. Esse dado é relevante, pois, conforme salientado por Sérgio Roberto Cechin em fragmento anterior, a criação de complexos habitacionais nas áreas próximas ao Distrito Industrial havia sido prevista, visto que esse era um dos principais elementos que diferenciavam um distrito de uma área industrial.

[78] PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971, op. cit., p. 123.

Sabe-se que a escolha do local mais adequado para a instalação de um Distrito Industrial é praticamente determinante para o seu sucesso. Nesse sentido, o senhor Odilo Pedro Marion, proprietário da indústria AGRIMEC, em depoimento concedido à autora desta pesquisa em junho de 2012, também fez referência à importância que a localização adequada de uma indústria, ou de um Distrito Industrial, pode ter. Ao ser questionado sobre a ideia de criação do Distrito Industrial de Santa Maria, ele fez uma analogia com o que seria um "efeito aeroporto", ou seja, a instalação de indústrias em uma área adequada, de modo a evitar sua realocação com o passar do tempo. Ele detalhou melhor essa ideia destacando que:

> Surgiu na década de sessenta a história dos Distritos Industriais no mundo todo, e no Brasil não foi diferente, isso veio importado, veio de fora a ideia de se criar distritos industriais, ou seja, áreas exclusivamente para a indústria, para se evitar o falado efeito aeroporto. A indústria seria o aeroporto e no futuro não muito longo tu terias que (re)localizar, teria que trocar a indústria do local porque a cidade, de local tu não vais trocar. Então, como se sabe, a (re)localização de uma indústria, muitas vezes inviabiliza a própria indústria, se ela tiver que se (re)localizar, pelos custos que isso envolve, ela acaba e se não tiver um Distrito Industrial ela vai se (re)localizar em outro local e a longo prazo vai se repetir a tragédia anunciada. O Distrito Industrial tem esse objetivo, uma área em que não se coloca moradias, somente indústria, indústria e indústrias, em área definida para isso, geograficamente determinada. Então essa história chegou aqui no Rio Grande do Sul e foi

> criado pelo governo do estado a CEDIC, com esse objetivo de criar diversos distritos industriais no Rio Grande do Sul para que se desse algum incentivo fiscal para as indústrias se localizarem em suas áreas definidas, sem o risco de precisar, no futuro, não muito longe, ter de se (re)localizar[79].

Em outros termos, a localização de uma empresa ou, nesse caso, de um Distrito Industrial é de fundamental importância, tanto para evitar o que fora anunciado pelo entrevistado quanto para planejar a estrutura urbana da cidade, prevenindo problemas futuros, sobretudo relacionados à habitação, ao transporte e à comunicação. No local onde se pretende construir um distrito industrial, também precisa ser levada em consideração a possibilidade de crescimento populacional em seu entorno. O planejamento, nesse sentido, torna-se essencial para reduzir os efeitos de desequilíbrios sociais.

Cumpre dizer que essas reflexões foram tecidas com base na documentação encontrada sobre a primeira proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria. Entretanto, apesar de tudo o que fora planejado, ele não foi efetivado naquela área, que até então parecia ser a ideal. As razões para isso são múltiplas, destacando-se a localização, já que, segundo alguns depoimentos, na área em que o Distrito Industrial estava sendo previsto, os ventos carregariam a poluição para a cidade. Todavia, alguns dos entrevistados não acreditavam muito nessa justificativa. Cezar Augusto Schirmer foi um deles: "Havia uma discussão um pouco bizarra, porque tinha uma tese de que [o Distrito Industrial] não poderia ser em Camobi porque os ventos da região trariam

[79] Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido à autora em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

poluição para a cidade. Era uma discussão um pouco estúpida [...] até porque os ventos não vêm daquela direção"[80].

Não por acaso, um motivo que parecia plausível para a troca de local era de cunho político, envolvendo disputas político-partidárias entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Além dessas disputas, cogitava-se a possibilidade de que alguém, ou algum grupo de pessoas, tenha sido beneficiado com a troca. Essas hipóteses também foram levantadas por outras fontes orais, no entanto, quando questionados, os testemunhos não quiseram falar sobre o assunto, ou, nas entrelinhas de seus depoimentos, deixaram transparecer algo nesse sentido, principalmente no que diz respeito à última possibilidade.

Ao ser questionado sobre as razões que levaram a essa transferência, o senhor Sérgio Roberto Cechin, em entrevista, revelou que a mudança de local teria ocorrido porque o Governo do Estado acreditava que "Santa Maria podia se desenvolver industrialmente", tanto em razão de sua localização, no centro do Rio Grande do Sul, quanto por constituir um entroncamento de rodovias e ferrovia. O outro motivo levantado por ele relacionava-se ao fato de Santa Maria ser "um polo formador de mão-de-obra universitária e também de cursos técnicos, isso também foi pensado. Também se tinha a preocupação da mão-de-obra estar longe do distrito, a COHAB foi construída para ter mão-de-obra"[81].

Em síntese, conforme o seu depoimento, um dos principais fatores que teriam levado à troca de local para a construção do

[80] Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

[81] Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

Distrito Industrial de Santa Maria estaria relacionado à proximidade entre a mão de obra estar e o local de trabalho. Nessa perspectiva, a Fazenda Santa Marta disporia de uma área maior, que poderia ser destinada à construção habitacional.

Esse depoimento também fortalece as ideias anteriormente destacadas, ao mesmo tempo em que abre outras possibilidades de pesquisa, principalmente relacionadas às ocupações ocorridas nas proximidades do Distrito Industrial.

De fato, tanto o senhor Carlos Alberto Robinson quanto o senhor Sérgio Cechin confirmaram e relataram um pouco do ambiente de tensão e das disputas políticas do início da década de 1970, em Santa Maria. Entretanto, não chegaram a mencionar de forma explícita a possibilidade de alguém ter sido beneficiado com a troca de local do Distrito Industrial. Em meio a essas teorias, convém pontuar que a primeira fase terminou quando se decidiu construir o Distrito Industrial em outra área da cidade. Em suma, abandonou-se o projeto inicial em favor da construção em um novo local, tema abordado na próxima seção.

2.2. O Distrito Industrial em sua nova área: a segunda fase da sua etapa de instalação

> Na administração do Dr. Luiz Alves Rolim Sobrinho à testa da Prefeitura de Santa Maria, S. Ex.ª, instituiu e implantou ali um distrito industrial. Fez um planejamento e implantou o distrito industrial inaugurado no final da gestão de S. Ex.ª e localizado no Distrito de Camobi, próximo a universidade, do Aeroporto e da Base Aérea. Ocorre que assumindo o Governo de Santa Maria o Dr.

> Artur Marques Pfeifer, da Aliança Renovadora Nacional, resolveu, em comum acordo com o Estado, estabelecer uma outra área para o Distrito Industrial de Santa Maria, transferindo-o para a antiga fazenda Santa Marta. E iniciou-se, embora de modo lento, a implantação ali do Distrito Industrial, ficando o Estado com a responsabilidade não só da desapropriação da área como, inclusive, de toda a infraestrutura para a implantação do mesmo, que ficou a cargo da CEDIC[82].

A segunda fase da etapa de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, conforme mencionado anteriormente, refere-se ao abandono do primeiro projeto, que previa a sua instalação na região do Bairro Camobi. Como já explicitado, essa questão mostrou-se um pouco delicada e causou certo desconforto no período em que foi debatida – daí a dificuldade de se definir quais foram, de fato, os motivos que induziram essa alteração de local.

Em todo caso, diferentemente do que havia sido planejado, o Distrito Industrial de Santa Maria não foi construído no local onde se realizara o estudo de viabilidade. Ele fora transferido para uma área na região oeste da cidade, onde, até então, se localizava uma grande propriedade rural, conhecida como Fazenda Santa Marta, "que na época era propriedade do Pacífico de Assis Berni"[83]. Parte dessa propriedade foi desapropriada pelo Estado, em 1974, cedendo lugar ao Distrito. O senhor Odilo Pedro Marion detalhou, em depoimento oral, alguns aspectos a respeito da alteração do local de instalação:

[82] ANAIS DA 126º SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Setembro de 1977, p. 498.

[83] Conforme depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora em 1º de novembro de 2013.

> Um tempo depois desse projeto pela força de políticos, políticos de nome na região, influenciados por interesses, alguns que a gente não sabe exatamente quais, resolveram adquirir a Fazenda Santa Marta, uma fazenda de grandes extensões territoriais e reconhecida como produtora de afamadas linhagens de bovinos, que é onde o Distrito Industrial, a FUNDAE, essa área toda da Cohab, o Horto Municipal, o Assentamento Marighela, isso aí tudo era Fazenda Santa Marta e tudo seria Distrito Industrial. Então, desistiram de fazer o distrito lá e passaram para cá. Então, foi abandonada a área de Camobi que já tinha iniciado algumas instalações de indústrias, e se criou esta área aqui, área muito grande, de difícil estabelecimento de vez que a infraestrutura era zero[84].

Diante do exposto, a mudança pode ter sido um dos fatores responsáveis pela alteração dos rumos do Distrito Industrial de Santa Maria, pois, inversamente da primeira área, que foi cedida para tal finalidade, sobre a segunda não encontramos estudos que atestassem a sua viabilidade. Segundo Cezar Augusto Schirmer, esse pode ter sido um dos motivos que contribuíram para que indústrias não se instalassem em Santa Maria. Em depoimento, ele declarou que acreditava ser Camobi a área mais adequada para a criação do Distrito:

> [...] prevaleceu a tese de desapropriação da Fazenda Santa Marta, que na época era do Pacífico de Assis Berni. Dizia-se, naquela época que se escolheu essa área por razões políticas, mas esse era

[84] Depoimento oral de Odilo Pedro Marion, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

> um assunto de discussão marginal, mas nós, e eu pessoalmente achava que deveria ser em direção de Camobi, porque era uma área plana era uma área ainda de grande possibilidade de expansão, próxima à universidade, enfim mil razões, tinha a barragem do DNOS, com água que garantiria esse abastecimento, enfim tinha muitas razões que devia ser Camobi. Bom, mas o Estado desapropriou essa área da Fazenda Santa Marta [...][85].

Outro motivo apontado como determinante para a demora na construção do Distrito Industrial de Santa Maria foi a omissão por parte da Prefeitura Municipal. Essa assertiva foi defendida por Cezar Augusto Schirmer:

> [...] historicamente a Prefeitura de Santa Maria não tem uma política de industrialização nem de desenvolvimento, eu não quero criticar ninguém, mas é assim. Tem gente que diz, não é nem um nem dois, é uma posição bem defendida de que Santa Maria não tem que trazer indústrias porque nós não temos vocação industrial, tem muita gente que diz isso e com convicção, é uma posição que tem que ser respeitada, mas que eu não concordo e ainda hoje dizem que o nosso futuro é serviço, comércio, educação e saúde [...]. O Estado era o responsável pelo Distrito Industrial e nunca fez o que deveria ser feito, como fez em outros distritos industriais no Rio Grande do Sul, e a Prefeitura historicamente, se omitiu, não só em relação ao Distrito Industrial, as obras e a im-

[85] Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

> portância de seu papel, mas a política de desenvolvimento industrial[86].

Cabe esclarecer que a demora diz respeito ao tempo em que a área do Distrito Industrial ficou em discussão, o que perdurou por pelo menos seis anos.

Além da Prefeitura Municipal, registrou-se que o Governo do Estado também teria sido omisso quanto ao Distrito Industrial de Santa Maria: "o daqui [Distrito Industrial] foi abandonado pelo Estado, infelizmente essa expressão é verdadeira, é literal, ele foi abandonado"[87]. Em depoimento, o empresário Leonardo K. Veiga fez uma constatação semelhante, relatando sua experiência pessoal, ligada ao Distrito Industrial:

> Foram mais de 30 anos sem qualquer melhoria significativa em infraestrutura. Eu conheci o Distrito quando fiz um estágio de férias ainda como aluno do curso técnico em mecânica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTSM) no ano de 1991. Naquela época, estagiei na empresa Silenkar, onde ajudava na fabricação de algumas máquinas para a reciclagem de plástico. Eu me lembro que a avenida de acesso era de chão batido, com valetas de quase um metro de profundidade, totalmente abandonada. A iluminação era precária e o barro tomava conta nos dias de chuva. Os horários de ônibus eram escassos e eu acabava indo e voltando de carona com um dos donos, o Sr. Julio Kirchhof. Passados mais de 10 anos, já formado em Engenharia Mecânica,

[86] Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

[87] Ibid.

> voltei ao distrito industrial para visitar algumas empresas e ele continuava exatamente da mesma forma[88].

Ora, essa é uma questão que pode parecer um tanto contraditória, especialmente quando se leva em consideração a existência de um projeto político desenvolvimentista. Afinal, como pode haver, em uma cidade marcada pela omissão do poder público, um projeto político de caráter desenvolvimentista, sobretudo voltado ao setor industrial? Sabe-se que a ideia de um projeto desenvolvimentista se sustenta na proposta de criação de um distrito industrial, partida do próprio município e apoiada por políticas nacionais e estaduais. Entretanto, como um município que pretendia expandir-se industrialmente poderia, ao mesmo tempo, nutrir uma percepção negativa acerca da industrialização?

Uma hipótese para a existência dessa percepção de que Santa Maria não teria uma vocação industrial pode estar na própria CACISM. Ao reproduzir esse tipo de entendimento, a entidade poderia estar garantindo seu espaço de atuação na cidade, tendo em vista que, durante o período estudado, essa instituição de classe exercia influência sobre importantes decisões municipais e, apesar de seu nome conter a palavra "industrial", seus dirigentes eram, majoritariamente, representantes do comércio.

Ademais, não somente o poder público teria parcela nessa omissão, pois, embora houvesse uma defesa do Distrito Industrial por parte dos empresários, muitos almejavam o lucro imediato. Isso pode tê-los motivado a investir muito mais no comércio, setor de retorno mais rápido do que a indústria. De acordo

[88] Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 29 de outubro de 2013.

com Padoin (1992, p. 70), "Há, então, um projeto de industrialização, com uma base de inovações no setor de infraestrutura da cidade e há um discurso que leva a isto, mas ao mesmo tempo, não se investe nesta atividade". A autora complementou essa ideia atribuindo à mentalidade do empresariado local o fato de a indústria encontrar dificuldades:

> As causas apresentadas pela CACISM como fatores da não industrialização de Santa Maria, ou de sua desindustrialização, a partir dos anos 80, são: as altas taxas de juros, a situação econômica e social que constituíram inseguranças para os investimentos (não se pode projetar um futuro) e a falta de apoio do poder público local. Além dessas, é acrescentado outro aspecto: a mentalidade do empresariado local, [...] onde se justifica o porquê do investimento em outros setores, bem como a prioridade, ao comércio em relação a indústria. Observa-se também que o discurso pela industrialização não levou em consideração a realidade histórica-econômica local, ou seja, foi construído um projeto desvinculado da indústria que, desde o século passado, vinha trazendo um relativo crescimento à cidade, que era a atividade ligada ao setor agropecuário (agroindústria) (Padoin, 1992, p. 71).

Cezar Augusto Schirmer também compartilhou da posição de Padoin quanto ao fato de o empresariado local almejar retornos imediatos, atribuindo isso ao que considera uma formação econômica conservadora de Santa Maria:

> Santa Maria é uma cidade que tem uma formação econômica conservadora, não do ponto de vista ideológico, mas sim empresarial porque ela

> se forjou nos últimos 150 anos em cima de três atividades, o comércio, que do ponto de vista empresarial é conservador, mais conservador que a indústria e o de serviço. Nada contra os comerciantes, meu pai era comerciante, mas é que tu tem que comprar bem e vender bem, o segundo é a pecuária de corte que também é conservadora do ponto de vista empresarial, isso vem mudando da mesma forma que tem pecuaristas muito arrojados empresarialmente e tem comerciantes também. No geral essas atividades de reduzido grau de empreendedorismo e a terceira é o serviço público, os servidores públicos, que é a ferrovia, os militares, a Universidade Federal, muito serviço público em Santa Maria[89].

Além dessas hipóteses, outra – que parece ter influenciado não só a área do Distrito, mas também a sua demora – remete novamente às divergências políticas entre MDB e ARENA. Essa possibilidade baseia-se no que foi mencionado pelo senhor Carlos Alberto Robinson. Segundo ele, a localização do Distrito Industrial foi, inicialmente, uma questão político-partidária, pois um dos partidos políticos defendia que ele deveria ficar em um determinado local, enquanto o outro propunha outra localização[90]. O senhor Sérgio Roberto Cechin também compartilhou dessa mesma ideia ao mencionar, ao longo de seu depoimento, que a definição do local foi essencialmente uma questão político-partidária[91].

[89] Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

[90] Depoimento de Carlos Alberto Robinson, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 20 de novembro de 2013.

[91] Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

O que pretendemos demonstrar até o momento é que, ainda que a localização do Distrito Industrial seja um elemento importante para atrair indústrias, ela, por si só, não bastava: outros fatores também pesaram. Os principais problemas parecem ter tido início quando as primeiras indústrias se instalaram no Distrito Industrial. Afinal, foi a partir daí que as fragilidades decorrentes da falta de uma ação política começaram a ficar evidentes em diversos aspectos, como a infraestrutura, a agilidade na concessão dos lotes, o licenciamento ambiental e o incentivo para que as indústrias procurassem o Distrito, entre outros.

2.3 A instalação das primeiras indústrias no Distrito Industrial de Santa Maria e o início de seu processo de expansão

Após apresentarmos as principais problemáticas e discussões que envolveram a área do Distrito Industrial de Santa Maria, retomamos que ele foi criado, oficialmente, em 1975. No local, havia um escritório da CEDIC, na época responsável por organizar o Distrito. Entre suas atribuições, estavam avaliar a viabilidade das indústrias que queriam se instalar no local, demarcar os lotes a serem ocupados, planejar as novas instalações e enviar relatórios semanais ao escritório central, em Porto Alegre.

Nesse ínterim, Sérgio Roberto Cechin era o responsável pelo escritório da CEDIC em Santa Maria. Ele havia sido indicado para o cargo pelo engenheiro e então presidente do Clube de Dirigentes de Empresas Industriais de Santa Maria (CDEI), Adi João Forgiarini. A CEDIC, como mencionado no capítulo anterior, estava vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, e o secretário, na época, era o senhor Cláudio Ênnio Strassburger.

Era comum a CEDIC manter escritórios espalhados nas áreas definidas para a construção de distritos industriais no Rio Grande do Sul. Aliás, essa prática estava descrita no estatuto da companhia. Nesse sentido, algumas das principais atividades que o escritório desenvolvia em Santa Maria foram relatadas no depoimento do próprio Sérgio Roberto Cechin:

> Uma empresa que se instalasse em Santa Maria nós fazíamos a documentação, inicialmente uma carta consulta preliminar, um questionário, seus planos etc. A carta consulta era pró Governo do Estado para CEDIC. Fazer análise da viabilidade dessa empresa, visitávamos empresas locais, porque eu tinha a seguinte ideia, se nós não vamos conseguir uma FORD, General Motors, vamos dar forças para as empresas locais, porque daqui um pouquinho uma pequena empresa pode se tornar no futuro uma grande empresa, então essa era a nossa ideia. Nós trabalhávamos muito em cima disso[92].

Em relação à instalação das empresas no Distrito Industrial, a primeira delas foi a Vontobel, atual CVI, em 1977. Também nesse mesmo ano, a AGRIMEC saiu de outra área da cidade em direção ao Distrito. Durante a fase inicial de instalação, a infraestrutura do local era precária. Tal afirmação pode ser observada na autobiografia de Odilo Pedro Marion:

> Quando foi criada a fábrica, em 1974, eu a havia inscrito para ocupar um lote no Distrito Industrial (DI) de Santa Maria e para lá me dirigi. Nada ti-

[92] Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

> nha do empreendimento, além de ruas demarcadas. Não havia energia elétrica, água ou qualquer outra infra-estrutura, e foi neste lugar, que cravei a minha bandeira, no primeiro lote da quadra B (Marion, 2011, p. 185).

Em seu depoimento oral, ele precisou ainda mais as questões que envolviam as dificuldades iniciais de instalação das indústrias no Distrito Industrial:

> Em 1974 eu tinha solicitado a área e provisoriamente me instalei em outro local alugado, aguardando a vinda para cá. Até que chegou num certo momento que eu tive que me mudar, por razões diversas, isso lá em final de 76, início de 77, eu tive a necessidade de mudar e aqui não tinha nada, tinha só as ruas demarcadas e então, em julho, melhor, em setembro eu vim para cá. Lá pela metade do ano de 77, sem existir nada aqui, naquele momento a Coca-Cola estava se instalando, construindo ali na beira da faixa, usando a infraestrutura que existia, a rodovia na frente e a energia elétrica de alta tensão passando perto e a água vindo da cidade. E como eu precisava me mudar, vim para cá, entrei aqui, escolhi este terreno porque ele era alto, ali abaixo era um banhado. Tanto é que teve inundação com essa chuva que caiu aqui, ali nas empresas de baixo está tudo cheio de água, vim para cá, escolhi um terreno firme e invadi. Eu tinha a solicitação, avisei que ia vir para cá, vim aqui, marquei os quatro cantos do terreno de acordo com o mapa, tinha um mapa, onde as ruas estavam sendo traçadas. Em 1977, metade do ano, então o Distrito Industrial já estava to-

> mando forma porque estavam marcando as ruas, não havia energia elétrica, não tinha comunicação, água, não tinha ruas etc. A energia elétrica que está até hoje ali, aquela rede ali é minha, fu eu que mandei colocar e paguei[93].

A Figura 4, extraída da autobiografia do entrevistado, ajuda a dimensionar a falta de estrutura por ele mencionada. O registro retrata uma das primeiras indústrias que passaram a funcionar no Distrito Industrial de Santa Maria, em 1974:



Figura 4. Primeiro pavilhão da AGRIMEC no Distrito Industrial de Santa Maria. Fonte: MARION, Odilo Pedro. **Empreender - ousadia ou loucura?** A Jornada de quem vislumbrou criar e administrar seu próprio negócio. Histórias de vida, empreendedorismo e desafios. Santa Maria: [s. n.], 2011.

[93] Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

As dificuldades iniciais relacionadas à instalação do Distrito Industrial também foram relatadas por Sérgio Roberto Cechin. Ele chegou a comentar que elas muitas vezes estavam "em buscar algum incentivo municipal, uma terraplanagem do lote [...], por mais que o município quisesse ajudar, tinha a parte política da coisa, dificuldades, enfim nada foi fácil o início foi muito difícil". Além disso, relatou uma curiosa estratégia criada pela CEDIC a fim de contornar o problema inicial de falta de água no Distrito Industrial:

> Não existia água. Sabe o que a CEDIC fez? Fizemos um poço artesiano no nosso escritório e por gravidade a água do poço artesiano acabava cedendo pra AGRIMEC e depois lá em baixo se instalou também, em forma precária, mas gerava empregos a Tulipa, então a água por gravidade ia lá também e em troca eu ocupava o telefone do Marion[94].

Muitas das dificuldades iniciais decorreram da falta de investimentos do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. Isso, inclusive, foi uma das questões que ganharam destaque em uma reunião entre o governador do estado, Sinval Guazzelli, e o prefeito de Santa Maria, Osvaldo Nascimento da Silva, em 1977, a qual tinha por finalidade reforçar a parceria entre o estado e o município em relação ao Distrito Industrial e, ao mesmo tempo, delimitar a atuação de cada uma das duas instâncias governamentais.

A reunião ganhou destaque no jornal *A Razão*. Em uma das falas do governador, foi possível perceber o quanto essa parce-

[94] Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

ria era um dos fatores determinantes para a consolidação da proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria: "No encontro com Guazzelli, foram tratados assuntos referentes ao apoio, pelo Estado, ao Distrito Industrial de Santa Maria. O governador salientou, na ocasião que o andamento do Distrito não dependerá apenas do governo estadual, mas do próprio governo do município"[95].

Na mesma ocasião, o prefeito, em resposta a questionamentos dos empresários e da imprensa que acompanhavam a reunião sobre a forma como a Prefeitura poderia incentivar a industrialização municipal, ressaltou que:

> A obrigação do Estado é dar a infra estrutura para o distrito industrial, o espaço físico. E a obrigação da prefeitura é dar infra estrutura para as firmas que forem se instalando no distrito industrial [...], desta forma a prefeitura incentiva através dessas confissões e de uma legislação específica de incentivos fiscais[96].

O entendimento do que seria propriamente uma área industrial também pode ter contribuído para que as dificuldades iniciais demorassem a ser solucionadas, pois

> uma área industrial não deve ser concebida simplesmente como uma vizinhança de indústrias, mas como um instrumento de ação governamental destinado a promover a organização urbana, o desenvolvimento e a estruturação industrial, a

[95] ESTADO e município juntos para a industrialização de S. Maria. ***A Razão***, 7 de abril de 1977, p.16. AHMSM.

[96] Ibid.

> economia e a eficiência dos esforços e investimentos governamentais, destinado, enfim, a promover o bem-estar social[97].

Em síntese, vários problemas confluíram para que o Distrito Industrial não atingisse todos os objetivos nele depositados. Conquanto, um estudo mais detalhado precisa ser efetuado, com a finalidade de verificar quais foram, além dos já citados, os motivos que não permitiram o sucesso imediato do Distrito Industrial.

No início da década de 1980, a empresa Corrieri transferiu-se para uma área no Distrito Industrial. No final da mesma década, outras empresas também passaram a adquirir lotes, como a Metalúrgica Hunninghausen e os Móveis Mitri. Até 2011, o Distrito Industrial de Santa Maria contava com cerca de vinte empresas instaladas no local. Porém, mesmo com o crescimento do número de indústrias em Santa Maria, o setor ainda não conseguiu apresentar o desempenho esperado na cidade, o que nos leva a refletir sobre quais seriam os principais obstáculos reservados a esse setor.

O Gráfico 1 e o Quadro 1 elucidam o crescimento da indústria em Santa Maria até o ano de 2010, bem como apresentam o que esse crescimento representou para a cidade. Salientamos que os dados foram obtidos na página da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM):

[97] FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **Modelo de simulação dos efeitos do desenvolvimento industrial na estrutura urbana**. Porto Alegre, 1979, p. 5.

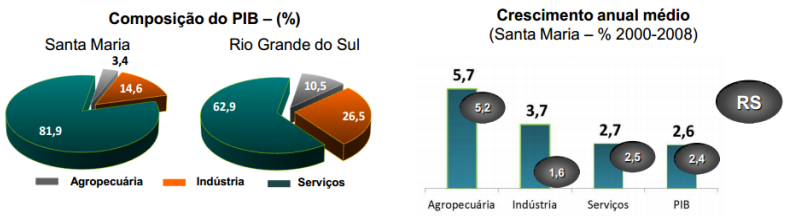


Gráfico 1. Composição do PIB – (%) e Crescimento Anual Médio de Santa Maria em comparação com o Rio Grande do Sul. Fonte: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf. Acesso em: 26 nov. 2013.

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB total (R$ mil)
	PIB em %	PIB em %	PIB em %	PIB em %	
1949*	21,77	10,32	67,94		R$ 319.925,41
1959*	15,27	8,29	76,43		R$ 510.069,41
1970*	9,62	9,2	81,18		R$ 950.837,71
1980*	11,14	8,2	80,66		R$ 2.591.465,85
1990	9,62	14,53	71,66	4,18	R$ 1.976.108,07
2000	2,45	12,96	74,27	10,32	R$ 2.847.653,34
2001	3,06	12,36	73,65	10,93	R$ 2.744.031,36
2002	3,05	12,01	74,6	10,34	R$ 2.894.123,89
2003	3,61	12,26	73,1	11,03	R$ 2.699.419,87
2004	3,36	13,73	72,24	10,67	R$ 2.759.854,31
2005	1,89	13,2	74,2	10,71	R$ 2.841.439,34
2006	2,76	13,52	73,83	9,89	R$ 3.152.933,02
2007	2,85	12,86	75,23	9,06	R$ 3.309.542,53
2008	3,16	12,85	74,5	9,49	R$ 3.253.463,09
2009	3,01	14,32	73,79	8,88	R$ 3.457.584,68
2010*	2,57	16,11	81,32		R$ 3.460.000,00

*Nestes anos a metodologia incluiu os impostos.

Quadro 1. Evolução do PIB na cidade de Santa Maria, desde o ano de 1949 até 2010 nos setores: Agropecuária, Indústria e Serviços. Fonte: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf. Acesso em: 26 nov. 2013.

Os dados apresentados indicam um cenário positivo no que se refere ao avanço da participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Maria. Além disso, reforçam a ideia de que a indústria santa-mariense passou, a partir de 2009, por uma retomada de investimentos, com reflexos no PIB.

Evidentemente, a indústria ainda não apresenta a mesma expressividade que o setor de serviços em Santa Maria, mas já registrou, em determinados períodos, uma taxa de crescimento superior à deste último. Decerto, isso demonstra que, apesar de todos os problemas e dos discursos que afirmam ser Santa Maria uma cidade sem vocação industrial, esse cenário está em gradual alteração.

2.4 A retomada: os problemas e as perspectivas para o Distrito Industrial de Santa Maria e as suas implicações para o mundo do trabalho

Neste trabalho, elaboramos um esboço que buscou compreender, entre outros objetivos, alguns dos motivos pelos quais o Distrito Industrial de Santa Maria não atendeu grande parte das expectativas nele depositadas, principalmente no que se refere ao crescimento econômico do setor industrial da cidade.

Em 2005, diante da pouca vontade política em relação à industrialização da cidade, os empresários com empresas instaladas no Distrito Industrial motivaram-se a criar uma associação. Essa entidade passou a levar o nome de Associação Distrito Vivo e, entre outros objetivos, buscava fortalecer o Distrito Industrial. Algumas das motivações para a sua criação foram descritas por Leonardo K. Veiga, presidente à época em que a entrevista foi realizada:

> Na metade da década de 2000, após muito lutar pelo distrito industrial, o Sr. Odilo Marion, que foi o primeiro empresário aqui instalado, começou uma campanha para a criação de uma associação para defender nossos ideais e sensibilizar o governo a investir no local. Na época o DISM era propriedade do Estado do RS, gerenciado pela SEDAE com sede em Porto Alegre, o que dificultava os trâmites burocráticos do processo de aquisição de lotes. Com a criação da ADV em 2005 foi intensificada a busca por melhorias na infraestrutura no distrito e pela facilitação do processo de implantação de novos negócios. Uma das nossas principais bandeiras foi a da municipalização do distrito industrial, que após muita articulação política acabou ocorrendo no último ano do governo Yeda. Na época acreditávamos que isto seria bastante positivo e agilizaria e simplificaria o processo, pois evitaria as seguidas viagens á capital para resolver os trâmites legais da aquisição dos lotes e da construção do novo empreendimento. Em resumo, a criação da Associação Distrito Vivo, foi uma forma de unir os empresários para pressionar o poder público de maneira que o DISM não permanecesse mais 30 anos no esquecimento e para que o processo de instalação de novas empresas fosse facilitado[98].

As finalidades da criação da Associação Distrito Vivo também foram descritas nos dois primeiros artigos de seu Estatuto:

[98] Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido à autora, em Santa Maria, em 29 de outubro de 2013.

Artigo 1º - A Associação Distrito Vivo (ADV) é uma associação civil, de pessoas jurídicas instaladas no Distrito Industrial de duração indeterminada, apartidária, sem fins lucrativos e econômicos, com sede no Distrito Industrial, Av. Pedro Cezar Saccol, s/n (SENAI), no município de Santa Maria (RS) e foro na Comarca de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com início de suas atividades previstas para 1º de março de 2005.

Parágrafo Único – A ADV objetiva a defesa dos interesses legítimos de seus Associados e o desenvolvimento do Distrito Industrial, e seus aspectos urbanísticos,culturais, funcionais, sociais e orgânicos, de forma a transformá-lo num grande, forte e eficiente pólo industrial que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da cidade de Santa Maria.

Artigo 2º - A ADV tem por finalidades: Desenvolver a união das empresas do Distrito Industrial de Santa Maria entre si e promover integração destas através da Associação com outras entidades civis, empresariais, educacionais, etc. Contribuir para a revitalização do Distrito Industrial, tanto na sua imagem quanto na sua infra-estrutura. Promover ações conjuntas e integradas com vistas à melhoria das condições de seus Associados dentro do Distrito Industrial. Ser um agente de aproximação de interesses comuns dos Associados e de desenvolvimento local, capaz de gerar maior participação de receita para o Município e de renda para a comunidade, promovendo a inclusão desta no mercado formal de trabalho[99].

[99] Estatuto da Associação Distrito Vivo, p. 1. Disponível em: http://www.distritovivo.org.br/quemsomos.asp. Acesso em: 30 out. 2013.

Com a municipalização do Distrito Industrial, em 2009, esperava-se que os principais entraves burocráticos que envolviam a instalação de indústrias fossem reduzidos, estimulando novos empreendimentos no local. Entretanto, a municipalização parece não ter correspondido às expectativas dos empresários. Inclusive, conforme relato do presidente da Associação Distrito Vivo[100], em vez de solucionar o problema, a medida teria contribuído para agravá-lo:

> Na realidade essa era a ideia, teoricamente as pessoas estando mais próximas tudo ficaria mais fácil, mas isso nem sempre é verdade. Hoje vemos que se o distrito continuasse sendo administrado pelo Estado talvez tivesse sido melhor, porque os municípios têm uma deficiência muito grande, tanto em pessoal quanto em orçamento. O governo federal centralizou todos os impostos em Brasília, para os estados e municípios ficaram só as obrigações e os serviços de atendimento a população. Além disso, a burocracia criada para evitar desvios de dinheiro público fazem com que as prefeituras percam a agilidade, o que seria uma das vantagens da administração mais próxima. Sendo assim, sem agilidade e sem dinheiro, a situação do distrito industrial evoluiu muito pouco[101].

[100] A Associação Distrito Vivo é uma associação entre os empresários que mantém seus empreendimentos no Distrito Industrial de Santa Maria, conforme aparece descrito no site, é "uma organização associativa sem fins lucrativos que representa de forma autônoma, democrática e apartidária as empresas instaladas no Distrito Industrial de Santa Maria desde 1º de março de 2005. De um encontro realizado no final de 2004 entre os dirigentes das empresas localizadas no Distrito Industrial para discutir os enfrentamentos diversos que passavam dentro da área e para dialogar quanto aos seus rumos futuros". Disponível em: http://www.distritovivo.org.br/quemsomos.asp. Acesso em: 30 out. 2013.

[101] Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 29 de outubro de 2013.

Nessa conjuntura, os empresários esperavam estabelecer um diálogo mais próximo com o Poder Público após a municipalização. Conforme assinalado, o contato com a Prefeitura ocorre, mas não apresenta resultados imediatos, o que, além de não promover melhorias na infraestrutura do local, reduz as possibilidades de atração de novas indústrias.

Um exemplo dessa dificuldade pode ser observado no caso da empresa alemã KMW. Até meados de 2013, verificava-se o interesse de a indústria – fabricante de blindados – instalar-se na cidade. Tal intenção figurava, ademais, entre os destaques do Anuário de Potencialidades 2012, produzido pelo Grupo *A Razão*:

> Santa Maria é uma cidade que sabe tirar proveito de sua vocação. Tradicionalmente voltada para educação, comércio e serviços, o município acorda para um novo filão, que já começa a colher frutos. Tendo como premissa a Estratégia Nacional de Defesa, que estabelece em sua política a descentralização da indústria bélica como u dos principais parâmetros, Santa Maria se articula a formação de um Complexo Industrial de Defesa (CID), reunindo a vocação militar, poder público, mão de obra gerada pelas universidades, incentivos e privilegiada geografia estratégica como forma de atração de grandes investimentos para o setor. Nesse contexto, a gigante alemã fabricante dos blindados Leopard 1A1, Krauss Maffei Wegmann (KMW) escolhe Santa Maria para instalar uma unidade de manutenção dos carros de combate de última geração, recentemente comprados pelo Exército Brasileiro num lote de mais de 250 unidades. A empresa já adquiriu terreno na região Oeste da cidade, e está recrutando profissionais de alta performance, formados nos cursos de En-

> genharia da Universidade Federal de Santa Maria. A chegada da KMW também cumpre outro requisito da Estratégia Nacional de Defesa: estabelece a transferência de tecnologias em caso de investimentos no Brasil. Se por terra a KMW chega a Santa Maria, pelo ar as prospecções são por investimentos da israelense Elbit Systems, fabricante dos Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). A Base Aérea de Santa Maria (BASM) sedia o 1º Esquadrão VANT do Brasil. Uma subsidiária da israelense, a AEL Sistemas, já formalizou interesse em investir e Santa Maria[102].

De fato, a KMW tentou sua instalação em Santa Maria, mas sempre esbarrou em algum tipo de problema que impedia a concretização do empreendimento. Essa situação manteve-se por alguns anos, até que, ao anunciar que procuraria outra cidade para se estabelecer, a empresa conseguiu, de maneira quase imediata, autorização para construir sua sede em Santa Maria.

Esse episódio elucida o que foi mencionado pela maioria dos empresários entrevistados. Segundo eles, essa falta de agilidade, causada pela quase inexistência de uma política industrial, apresenta-se como um dos principais motivos para que indústrias desistam de se instalar em Santa Maria. O caso da empresa KMW também foi utilizado por Leonardo K. Veiga para ilustrar esses entraves:

> Os nossos secretários de desenvolvimento trabalharam muito em questões pontuais e esqueceram de ver o lado estratégico. Hoje no Brasil as verbas grandes só vem através de emenda parla-

[102] ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 40.

> mentar e as prefeituras precisam fazer seus projetos com antecedência e pensar no amanhã. Além disso, a prefeitura é muito burocrática e tem pouca gente que realmente entende do assunto e que trabalha de verdade (...). Um caso típico que nós tivemos aqui é o da KMW, a fábrica de blindados, uma empresa mundial estratégica para o Brasil que ficou quase 2 anos aguardando a liberação ambiental da FEPAM. Quando os alemães já estavam a fim de abandonar o barco, colocaram no jornal a sua insatisfação e aí na outra semana a licença ambiental foi liberada[103].

Odilo Pedro Marion, em seu depoimento, igualmente relatou alguns aspectos referentes à ausência de uma política industrial. O empresário chegou a apontar que parte da falta de indústrias em Santa Maria pode ter ocorrido em função da própria instalação do Distrito Industrial. Ora, isso parece uma contradição; no entanto, é um elemento fundamental que demonstra a inexistência de uma política de planejamento industrial na cidade:

> Existia a CACISM, com um lugar e tal, mas estava na mão de comerciantes, isso está escrito no livro, eu só não disse quem, mas ficou nas mãos de uma família por muitos anos e não fez nada e hoje eles estão de cara torta comigo porque eu falei a verdade, mas eu não citei nome, mas quem é que não sabe quem é que mandou na CACISM por muitos anos. Então quando eu vim para cá eu criei um problema para as autoridades, pois

[103] Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido à autora, em Santa Maria, em 29 de outubro de 2013.

enquanto não tinha ninguém aqui tudo bem, era só notinha de jornal e eu vim para cá e criei um problema e uma coisa que poucas pessoas sabem que Santa Maria está mal de indústrias hoje, isso tu pode anotar bem isso aí, foi por causa do Distrito Industrial. O Distrito Industrial de Santa Maria foi um atraso para a indústria santa-mariense, isso é forte, partindo de mim é forte, pois tu sabe o quanto eu defendo, mas foi um atraso a existência do Distrito Industrial. Muitas empresas que viriam para a cidade, se inscreveram aqui no Distrito industrial, um anos, dois anos, três anos e não tiveram resposta e acabaram indo para outro município, ou desistiram porque a industrialização não era certa, desistiram esperando, esperando, esperando, cansaram e desistiram, se não tivesse o Distrito Industrial eles teriam comprado um terreno na beira da faixa, se instalado, correndo o risco do efeito aeroporto, mas teriam se instalado e Santa Maria teria mais uma, mais outra, mais outra, mais outra indústria, que depois poderia ser trazido para o Distrito Industrial, então, a existência do Distrito Industrial atrasou a industrialização de Santa Maria, enquanto outros municípios não tinham distrito industrial estão recebendo indústrias, botando lá num canto ou em outro, lá no outro, na beira da faixa, mais adiante, e nós aqui enquanto aguardávamos o distrito industrial , que não saia do papel, ninguém dava resposta, ninguém acolhia as pessoas que queriam se instalar, as indústrias tem que ser abraçadas na hora, senão passa a hora ou alguém abraça com um abraço mais forte e leva, então isso aconteceu muito forte em Santa Maria. Santa Maria perdeu muitas indústrias porque tinha um

> distrito industrial, dá para acreditar nisso? Partindo de mim acho que pode acreditar e é duro dizer isso aqui porque o pessoal acha que para instalar uma indústria (...) não é assim, tem que instalar o distrito industrial e dar condições, arrumar rua, asfaltar ruas, dar energia elétrica, água. Água chegou agora, por ação da Associação Distrito Vivo, senão não teríamos água até hoje, poço artesiano aqui e ali, esgoto colocado lá, poço negro essas coisas assim, não tem até hoje um esgoto aqui, então como é que você vai convidar uma indústria para se instalar no Distrito Industrial se não tem estrutura?[104]

Nesse depoimento, há pelo menos duas questões que necessariamente precisam ser levantadas, dada a importância que têm para a compreensão de como se estruturou o Distrito Industrial de Santa Maria e a sua problemática: a primeira refere-se ao problema criado em função da instalação da AGRIMEC; a segunda, à falta de decisão política imediata em relação à instalação das indústrias no Distrito Industrial.

Quando o entrevistado menciona "problema", quer dizer que, enquanto apenas se falava e se discutia sobre o Distrito Industrial, não havia problema algum; mas, quando uma indústria de fato se instalou em um dos lotes do Distrito e requereu aquilo que lhe havia sido proposto, como incentivos para a sua instalação, foi então que começaram a surgir os impasses para as autoridades. Ou seja, a estruturação do Distrito descambou a partir do momento em que uma indústria se instalou naquele local e pressionou o poder público – tanto o Estado quanto a

[104] Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

Prefeitura – para o desenvolvimento de ações mais efetivas relacionadas à infraestrutura do local.

A indústria Vontobel também representou um problema para as autoridades na época de sua instalação, que coincidiu com a da AGRIMEC. Essa situação foi verificada em um discurso do parlamentar Moisés Velásquez, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no qual a situação da linha telefônica se apresentou como exemplo dos problemas que as primeiras indústrias causaram ao poder público ao requererem investimentos no Distrito Industrial:

> [...] ocorre que duas indústrias, entre elas a Vontobel, que vai instalar ali, a fábrica da Coca-Cola, acreditaram no Governo do Estado e resolveram construir seus prédios no novo Distrito Industrial, implantado na antiga "Fazenda Santa Marta". A indústria Vontobel já está em fase final da construção das obras e a outra indústria já está com o seu prédio bastante adiantado. Ocorre que a indústria Vontobel já está próxima à inauguração de sua indústria e está com um problema seríssimo que são as comunicações telefônicas. Era para ser implantado lá no novo Distrito Industrial, de responsabilidade do Estado, um cabo telefônico com capacidade para noventa ligações. Ocorre que até agora este cabo telefônico não foi instalado. E para dar possibilidade para essas duas indústrias de funcionarem, o que fez a CRT? Esta cobrou-lhes cento e trinta mil cruzeiros de cada linha que vai instalar, lá, no Distrito Industrial. E, além disso, há o preço de custo do aparelho telefônico! A CODESMA, a CACISM, todos os organismos de classe de Santa Maria, especialmente estes dois, tem apelado para o Poder Público estadual

> no sentido da solução urgente desse problema. Recebi juntamente com o Deputado Sérgio de Moreira e Deputado Cezar Schirmer, da CACISM e do CODESMA, vários apelos, no sentido da solução desse problema[105].

O segundo ponto destacado pelo senhor Odilo Pedro Marion assevera que, ao invés de ter promovido a industrialização de Santa Maria, o Distrito Industrial produziu efeito contrário. Esse mesmo quadro foi constatado por Padoin (1992, p. 63): "A construção do Distrito Industrial foi o ato maior da entidade [CACISM]. Mas um 'ato inovador não bem sucedido'. Santa Maria nos anos 80, sofreu uma desindustrialização, apesar da propaganda, do discurso".

Portanto, a desindustrialização santa-mariense pode ser considerada reflexo da ausência de uma política industrial efetiva no Distrito. Entre os motivos dessa desindustrialização, Padoin indicou a distância da cidade em relação aos outros centros industriais: Santa Maria "fica distante da região mais industrializada do Estado (perimetropolitana e Caxias do Sul) e não tem a vantagem, como a região industrializada do Estado, de localizarem-se uma próxima a outra" (1992, p. 64).

No depoimento de Cezar Augusto Schirmer, prefeito à época em que concedeu a entrevista, há o relato das principais ações e dos principais problemas que a Prefeitura identificou em relação ao Distrito Industrial de Santa Maria. Segundo ele, a municipalização foi muito bem-vista, porém os recursos eram parcos, tendo em vista a demanda existente no Distrito. Ao ser questionado a respeito da relação entre a Prefeitura e a Associação

[105] ANAIS DA 126ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 498-500.

Distrito Vivo, o prefeito salientou que, apesar de existir um bom diálogo, isso não significa que os empresários estejam contentes:

> Sei que eles se queixam das ruas, mas é que nós abrimos as ruas, nós gastamos um bom dinheiro para asfaltar as ruas, os reparos tudo isso vai um bom dinheiro. O terreno lá vem altamente subsidiado, tem 80% de subsídio, no mínimo para cada terreno vendido, tem um prazo de 36 meses para pagar. Se nós fossemos vender pelo preço de mercado certamente teríamos todo o dinheiro para fazer a infraestrutura[106].

Dessarte, esta pesquisa pretendeu demonstrar como a história é construída a partir de problemáticas do presente e como há uma estrita articulação entre o local e o nacional/global. O Distrito Industrial de Santa Maria foi concebido como resultado de uma política estratégica de determinado período, e não de uma política ou ação isolada, portanto, seu êxito – ou a falta dele, do ponto de vista econômico –, passou a depender, principalmente, da continuidade de políticas de incentivo à industrialização e da própria atitude do empresariado.

Em relação à disposição do empresariado para investir em Santa Maria, algumas considerações foram tecidas por Padoin (1992, p. 74-75) acerca do insucesso do Distrito Industrial:

> A construção do Distrito Industrial foi um ato ousado dentro da realidade histórico-econômica da cidade, mas que não foi capaz de romper com as resistências dessa mesma realidade. Assim, pode-

[106] Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido à autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

> -se afirmar que a construção do Distrito Industrial foi uma "inovação mal sucedida" ou, de menor relevo, pois realmente não proporcionou o progresso desejado. [...]. O empresariado local na sua maioria (80%) e não na sua totalidade, pretende ter com sua empresa (empresa familiar) uma renda estável no qual investe no que é estritamente necessário para produzi-la novamente e, o excedente, investe em artigos de luxo para o uso particular/familiar e/ou em outros setores, como na aquisição de latifúndios.

O que foi apontado pela autora é de singular importância para esta pesquisa, que já se encaminha para algumas conclusões referentes ao porquê de o Distrito Industrial ter ficado estagnado por muito tempo. Essas colocações reforçam que não é apenas o poder público que tem responsabilidade pela efetivação da industrialização; boa parte desse papel também cabe aos próprios empresários: de nada adianta haver a melhor política de industrialização se os empresários não quiserem investir nela. Em outras palavras, os resultados efetivos em relação ao Distrito Industrial de Santa Maria só virão a partir do momento em que uma ação coletiva acreditar e investir nele e nas potencialidades que a cidade pode oferecer nesse setor.

Conclusão

O estudo do processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria permitiu verificar diversos elementos que se entrelaçaram para chegar a determinado fim. Esses elementos referem-se, principalmente, a questões políticas, econômicas, sociais e, também, ideológicas.

Políticas, pois constituem não só uma plataforma de governo nacional ou estadual, mas também uma expressão de poder local. Este, por sua vez, está intimamente relacionado ao poder econômico e às disputas político-partidárias que, entre outros elementos, exerceram influência em Santa Maria durante o período estudado e afetaram os rumos de seu Distrito Industrial, desde o momento em que ele foi pensado e estruturado.

Essa interpretação apoia-se, principalmente, na própria substituição da área inicialmente escolhida para a implantação do Distrito Industrial pela região em que ele se encontra atualmente. Ou seja, o que foi exposto neste trabalho aponta para a

hipótese de que outros interesses, para além daqueles relacionados à escolha da localização mais adequada, teriam motivado a mudança de local do Distrito Industrial de Santa Maria. A essa conclusão, entre outras referências, chegamos por meio das fontes orais e dos estudos de viabilidade.

Esse aspecto suscitou uma questão central: como um projeto que havia sido tão bem estruturado pôde ser simplesmente abandonado? Foi nesse momento que temas, sobretudo de natureza econômica e político-partidária, começaram a aparecer com maior clareza, seja nos depoimentos, seja nas notas de jornais. Sobretudo nas entrevistas, ficou evidente a existência de um espaço de disputa entre MDB e ARENA, o que pode ter tornado mais complexa a discussão sobre o Distrito Industrial e sua localização. Isso ocorreu, em grande medida, porque o Distrito parece ter se configurado mais como uma plataforma para ascensão política e/ou econômica do que propriamente como um objetivo em si.

Efetivamente, esse cenário influenciou a discussão, mas não a determinou. Afinal, não se pode negar e/ou anular o interesse de Santa Maria em promover a industrialização; se esse interesse não existisse, possivelmente não teria sido elaborado um projeto com essa finalidade. Além disso, às questões políticas somavam-se interesses econômicos, muitos deles de caráter pessoal, que podem ter exercido influência na definição do local para a instalação do Distrito Industrial.

Cumpre pontuar que essa é uma questão que somente pôde ser assinalada ao longo deste trabalho, haja vista que os elementos concretos para confirmar a hipótese não foram suficientes. Ainda assim, ela não deve deixar de ser mencionada, pois a pesquisa não se encerra por aqui. Esperamos que este trabalho possibilite outros, capazes não só de compreender as questões que

não foram suficientemente elaboradas, mas também de encontrar novas possibilidades de investigação.

A investigação trata-se, ademais, de uma questão ideológica, pois o Distrito Industrial, além de possibilitar o desenvolvimento industrial, poderia contribuir para a redução do desemprego na cidade. Nesse caso, quanto maior a ocupação da população, menor seria a possibilidade de surgirem organizações que pudessem questionar a ordem estabelecida, tendo em vista que, no período em que o Distrito Industrial estava sendo concebido, o país enfrentava uma Ditadura Militar.

Outro ponto que merece atenção é a opção por um distrito, e não por uma área industrial. Essa escolha abriu espaço para a formulação de um projeto desenvolvimentista em Santa Maria, tendo em vista que o conceito de distrito não abrange apenas a indústria em si, mas também uma organização social mais ampla, voltada ao desenvolvimento econômico. Essa dimensão torna-se mais explícita a partir do momento em que a iniciativa de criar distritos ou áreas industriais partia dos municípios. Ainda que o estado fornecesse apoio, cabia aos municípios essa iniciativa, com exceção do Porto de Rio Grande e do Polo Petroquímico, que eram considerados prioridades.

Contudo, mesmo existindo uma iniciativa e um projeto desenvolvimentista, por que o Distrito Industrial não produziu os resultados esperados? A falta de uma ação política efetiva, principalmente por parte do município, a prevalência de interesses particulares sobre os coletivos e todo o cenário político anteriormente descrito podem ser algumas das respostas mais adequadas para essa questão, mas certamente não são as únicas.

O estudo do Distrito Industrial de Santa Maria insere-se no que se considera os "mundos do trabalho". Embora esta pesquisa não tenha abordado de modo específico temas como as rela-

ções de trabalho e os aspectos políticos da formação da classe trabalhadora – mais usuais entre os pesquisadores inseridos nesse núcleo, que pensam e debatem o trabalho –, isso não exclui a sua participação no grupo. Pelo contrário, pode servir como exemplo de que outras temáticas podem e devem ser incorporadas a esse campo de pesquisa.

Ainda, é necessário destacar que este trabalho foi apenas uma das possibilidades de investigação, diante de tantas outras que podem ser desenvolvidas a partir do Distrito Industrial de Santa Maria. Ou seja, esse objeto permite várias abordagens que ainda precisam ser exploradas em trabalhos futuros. A definição pelos limites temporais e estruturais desta pesquisa deveu-se não só às fontes encontradas, mas também à quase ausência de estudos sobre o Distrito Industrial de Santa Maria.

Não obstante, com o que foi apresentado, é possível chegar a outras conclusões interessantes, principalmente relacionadas à ideia de haver, ou não, a vocação de uma cidade para atrair determinados investimentos. Esse ponto foi bastante desenvolvido pelos entrevistados e nos permite pensar sobre a intencionalidade dessas vocações. Ou seja, até que ponto não é vantajoso, para determinado grupo, defender e disseminar ideias relacionadas à vocação que uma cidade teria para determinado tipo de atividade econômica.

O fato é que a disseminação desse tipo de ideia atrapalhou e ainda pode estar atrapalhando o fortalecimento do Distrito Industrial de Santa Maria, sendo, muitas vezes, utilizada como uma espécie de "desculpa" para a falta de uma ação efetiva em prol da industrialização. No entanto, contrariando a ideia de que Santa Maria é uma cidade sem indústrias, o Distrito Industrial, apesar de todas as dificuldades já relatadas, despontou como uma negação de tal afirmação, demonstrando que, muitas ve-

zes, o discurso de vocação pode ser construído. Atualmente, o Distrito Industrial é uma realidade para Santa Maria e não deve ser desconsiderado, pois além de apresentar resultados no que se refere à arrecadação municipal, também é um espaço que abriga centenas de trabalhadores.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. **Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul.** Disponível em: http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf. Acesso em: 26 nov. 2013.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (org.). **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Tomo 01. Porto Alegre: FEE, 1990.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PIASSINI, Carlos Eduardo; PADOIN, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria:** novos olhares. Porto Alegre: Casaletras, 2022.

ANNUNCIATO, Ângela. Uma voz, um fato, duas versões: lembranças que se escolhem. **Oralidades**. São Paulo, v. 2, p. 143-151, 2007.

ANTICO, Claudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980 – 1993. São Paulo: UNICAMP, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**. Porto Alegre, RS, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**: História da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Urbanização e ocupações na formação da periferia de Santa Maria na segunda metade do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2012.

BOTELHO, Marisa dos Reis A. Distritos industriais e política industrial: notas sobre tendências recentes. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v.19, n. 1, p. 103-124, 1998.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRYCE, Murray D. **Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial.** Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1970.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009.

DIRETRIZES do Estado Novo (1937-1945). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia. Acesso em: 20 jun. 2013.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. **Manual do candidato**. História do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O nome da coisa: o populismo na política brasileira. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICHEIRO RIO GRANDE DO SUL. **Município de Santa Maria**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SantaMaria.svg. Acesso em: 18 out. 2013.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). 412 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. São Paulo, SP, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, jan./mar. 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **Modelo de simulação dos efeitos do desenvolvimento industrial na estrutura urbana**. Porto Alegre: FEE, 1979

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. 'Clusters e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF, n. 21, p. 3-49, 2000.

GASPAROTTO, Alessandra. **"O terror renegado"**: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar

no Brasil (1970-1975), 271 f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro**: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

GRUNEWALDT. Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2010, p. 335-350.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "Milagre" Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.69-92.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 93-115.

KELLER, Paulo Fernandes. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**. Minas Gerais, MG, v. 8, n. 16, p. 30-47, 2008.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do "milagre": 1967-1973. In. ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACHADO, Márcia Kaipers. A Atuação Histórica e Geopolítica das Forças Armadas em Santa Maria. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria:** outras contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2012.

MARION, Odilo Pedro. **Empreender - ousadia ou loucura?** A Jornada de quem vislumbrou criar e administrar seu próprio negócio. Histórias de vida, empreendedorismo e desafios. Santa Maria: [s. n.], 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os historiadores e os operários: um balanço. In. MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca.** Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 3**. O tempo da experiência democrática: da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Adriana Souza do. Considerações sobre o processo de industrialização no Brasil: uma análise via Distrito Agroindustrial em Anápolis/GO. **Revista de Magistro de Filosofia**. Faculdade Católica de Anápolis, GO, v. 2, n. 7, p. 01-10, 2011.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, MG, v. 6, n 1, p. 38-47, jan./abril 1991. Disponível em: http://www.

fjp.mg.gov.br/revista/analiseeconjuntura/viewissue.php?id=16. Acesso em: 17 out. 2011.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980 – 1993. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM).** 1992. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1992.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Amanda Simões (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985)**: História e memória. Vol. 2. Repressão e resistência nos "anos de chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POMMER, Roselene Moreira Gomes; LIMA, Bruna. O processo histórico de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria: a produção de uma identidade pedagógica. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 4**. O Tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro. A luta ideológica na conjuntura do Golpe de 1964. **E-premissas**: Revista de Estudos Estratégicos. Dossiê Dreifuss, n. 1, jun./dez. 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.08.pdf. Acesso em: 31 out. 2011.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5**: a FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis: Vozes, 1986.

WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

Documentos

ANUÁRIO 2012. **Santa Maria**. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais da 126ª sessão**. Setembro de 1977.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais.** Porto Alegre, 1970.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul**: problemas e perspectivas para a industrialização do RGS. Porto Alegre, 1969.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo n.º 1.746**, 1969.

ASSOCIAÇÃO DISTRITO VIVO. **Estatuto**. Disponível em: http://www.distritovivo.org.br/. Acesso em: 30 out. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem a Assembleia Legislativa** – Administração Eng° Euclides Triches, exercício 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Escritório da Cidade Diretoria e Planejamento. **Indicadores socioeconômicos e ambientais de Santa Maria/RS:** Análise demográfica do Município. Santa Maria, 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Diretor de Santa Maria**. 1969.

RIO GRANDE DO SUL. **Santa Maria** – Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431690. Acesso em: 21 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Política de industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1975.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. CEPEDI. **Distritos e áreas industriais**: prioridade de atendimento às solicitações municipais. Porto Alegre, 1977.

Jornais

ESTADO e município juntos para a industrialização de S. Maria. ***A Razão***, 7 de abril de 1977, p. 16. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O OBJETIVO do empresariado. ***A Razão***, 28 de outubro de 1971, p. 4. AHMSM.

O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. ***A Razão***, 29 de maio de 1969, p. 6. AHMSM.

PREFEITO desapropria a área do nosso Distrito Industrial. ***A Razão***, 05 de junho de 1971, p. 16. AHMSM.

SEASM - INDUSTRIALIZAÇÃO de Santa Maria em pauta: SEASM. ***A Razão***, 17 de abril de 1971, p. 16. AHMSM.

SECRETÁRIO de Estado virá a Santa Maria: industrialização. ***A Razão***, 08 de abril de 1971, p. 1. AHMSM.

UMA realidade. ***A Razão***, 02 de julho de 1974, p. 01. AHMSM.

Entrevistas

CECHIN, Sérgio Roberto. **Sérgio Roberto Cechin**: depoimento [nov. 2013]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 29,31 min. Entrevista concedida à autora.

MARION, Odilo Pedro. **Odilo Pedro Marion**: depoimento [jun. 2012]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2012. 92 min. Entrevista concedida à autora.

ROBINSON, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Robinson**: depoimento [nov. 2013]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 68,85 min. Entrevista concedida à autora.

SCHIRMER, Cezar Augusto. **Cezar Augusto Schirmer**: depoimento [nov. 2013]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 33,51 min. Entrevista concedida à autora.

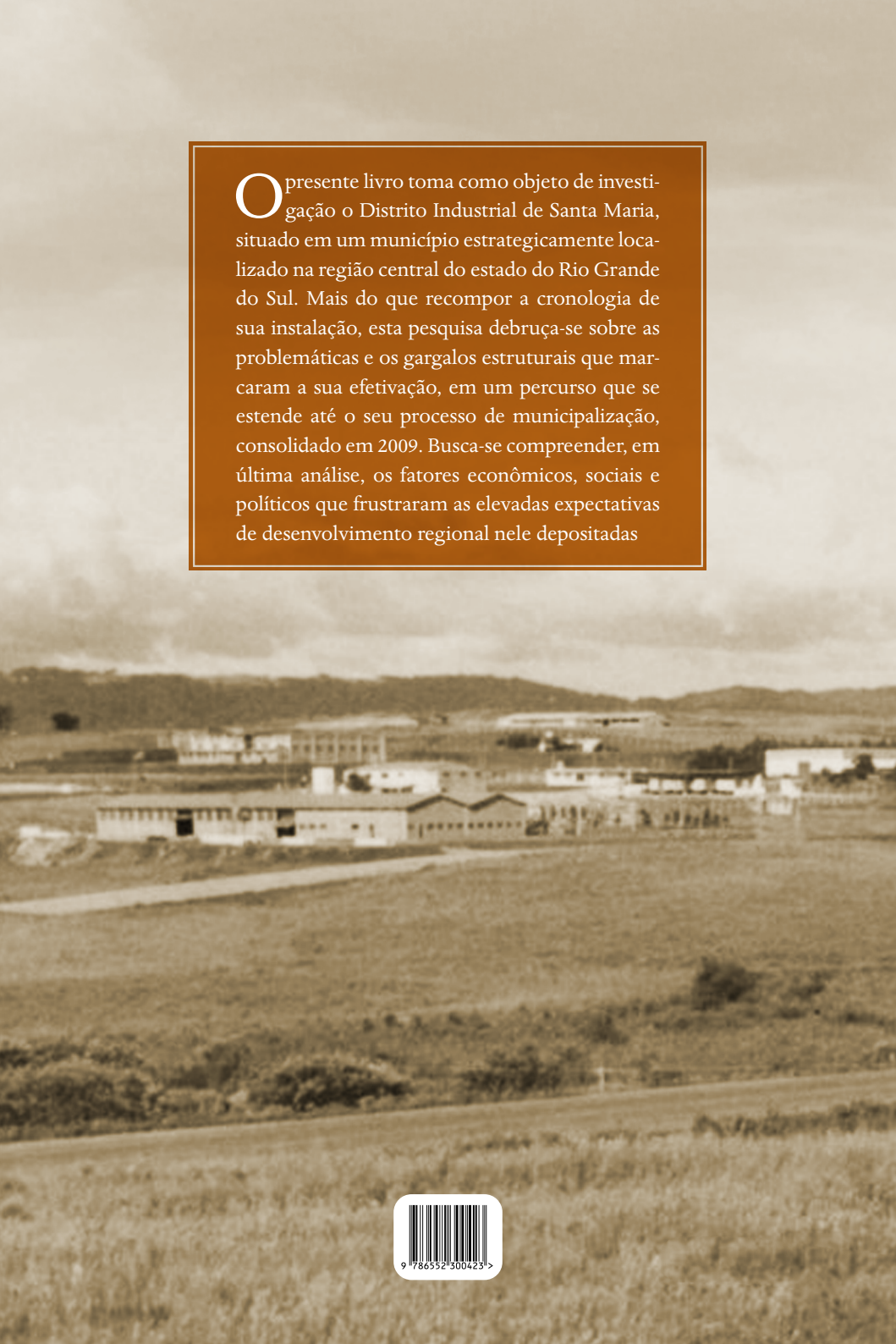
VEIGA, Leonardo K. **Leonardo K. Veiga**: depoimento [out. 2013]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 71 min. Entrevista concedida à autora.

Esta obra foi composta em Dante MT
Std pela Acervus Editora



Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

O presente livro toma como objeto de investigação o Distrito Industrial de Santa Maria, situado em um município estrategicamente localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul. Mais do que recompor a cronologia de sua instalação, esta pesquisa debruça-se sobre as problemáticas e os gargalos estruturais que marcaram a sua efetivação, em um percurso que se estende até o seu processo de municipalização, consolidado em 2009. Busca-se compreender, em última análise, os fatores econômicos, sociais e políticos que frustraram as elevadas expectativas de desenvolvimento regional nele depositadas



9 786552 300423